



DIAGNÓSTICO DO USO PÚBLICO
EM PARQUES BRASILEIROS:

A PERSPECTIVA DOS GESTORES

DIAGNÓSTICO DO USO PÚBLICO
EM PARQUES BRASILEIROS:

A PERSPECTIVA DOS GESTORES





>	Introdução	5
	Sobre o Semeia	6
	Sobre a pesquisa	7
>	Mensagem aos respondentes	8
>	Resumo executivo	10
>	Notas metodológicas	15
	Caracterização geral da amostra	18
>	Caracterização geral dos indivíduos respondentes	22
>	Caracterização geral dos parques sobre os quais a pesquisa foi respondida	26
>	Situação do uso público (UP) nos parques brasileiros	33
>	1. Dimensão visitação	34
	1.1 Visitantes recebidos	34
	1.2 Índice visitação	38
	1.2.1 Satisfação das necessidades básicas de apoio à visitação	40
	1.2.2 Manutenção das estruturas de apoio à visitação	41
	1.2.3 Aproveitamento do potencial de visitação	42
	1.3 Outros resultados que não compõem o índice	43
>	2. Dimensão acesso	46
	2.1 Índice acesso	47
	2.1.1 Facilidade de acesso	49
	2.1.2 Tempo médio para acessar o parque	50
	2.2 Outros resultados que não compõem o índice	51
>	3. Dimensão planejamento e gestão	52
	3.1 Índice de planejamento e gestão	53
	3.1.1 Documentos de planejamento e gestão	55
	3.1.2 Situação fundiária	57
>	4. Dimensão monitoramento e regulação	60
	4.1 Índice de monitoramento e regulação	61
	4.1.1 Monitoramento dos impactos do uso público	63
	4.1.2 Controle de qualidade de serviços prestados por terceiros no parque	64
	4.1.3 Existência/nível de atividade de Conselhos e Câmaras Técnicas no parque	64
>	5. Dimensão recursos financeiros associados ao uso público	66
	5.1 Índice recursos financeiros para o uso público	67
	5.1.1 Existência de rubrica específica para uso público	69
	5.1.2 Busca por recursos externos para projetos de uso público	70
	5.1.3 Cobrança por serviços e atividades de uso público dentro do parque	72
	5.2 Outros resultados que não compõem o índice	73

>	6. Dimensão parcerias e terceirizações	78	
	6.1	Existência de contratos	79
	6.2	Prazo médio dos contratos	82
	6.3	Valor médio dos contratos	83
	6.4	Objeto dos contratos	84
>	7. Dimensão condições de trabalho nos parques	85	
	7.1	Índice condições de trabalho	86
	7.1.1	Satisfação em fazer parte do quadro de funcionários do órgão ambiental	88
	7.1.2	Satisfação em fazer parte do quadro de funcionários do parque	88
	7.1.3	Condições da estrutura física do espaço de trabalho	90
	7.1.4	Disponibilidade dos recursos necessários para o trabalho	90
	7.1.5	Sentimento de realização profissional	92
	7.1.6	Aproveitamento do potencial de realização profissional	93
	7.1.7	Oportunidades de crescimento profissional	93
	7.2	Outros resultados que não compõem o índice	94
>	8. Panorama geral da situação do uso público nos parques	98	
>	Referências bibliográficas	103	
>	Notas	105	
>	Apêndice	108	



Introdução



> Sobre o Semeia

O Semeia é uma instituição sem fins lucrativos que, desde 2011, trabalha pela missão de transformar as áreas protegidas em motivo de orgulho para todos os brasileiros. Acreditamos que essas áreas podem ser fontes de riqueza para o Brasil, contribuindo para a geração de oportunidades de lazer, emprego, renda e bem-estar dos brasileiros. A construção de parcerias do setor público, seja com o setor privado empresarial ou com organizações da sociedade civil, para aportar novos recursos e ferramentas para a gestão desses espaços, pode ajudar a tornar tal potencial uma realidade.

A visão do Semeia é ser referência na articulação entre os setores público e privado para o desenvolvimento e as aplicações de modelos de gestão inovadores, que valorizem a conservação, o uso público¹ (UP) e a sociodiversidade no entorno das áreas protegidas, com foco em parques. Para isso, desenvolvemos e divulgamos conteúdo, difundimos melhores práticas, buscamos o engajamento com os setores público, privado, com os gestores das áreas e com a mídia para dar visibilidade à nossa causa. Também construímos projetos aplicados junto a governos municipais, estaduais e federais, para implementar, na prática, modelos de gestão que promovam, a partir desses espaços, experiências inovadoras e oportunidades para a população e o país. ■



> Sobre a pesquisa

O estudo **Diagnóstico do Uso Público em Parques Brasileiros: A Perspectiva dos Gestores** foi idealizado para mapear a situação do uso público nos parques brasileiros, a partir da percepção dos profissionais que atuam cotidianamente na gestão dessas áreas.

Os dados foram coletados entre junho de 2015 e setembro de 2015, e se referem ao ano de 2014. Dentro de uma abordagem metodológica quantitativa, adotou-se um questionário *online*. A amostra é composta por 187 respondentes, das cinco regiões geográficas, distribuídos entre 24 estados. Os resultados foram analisados a partir de sete dimensões: *visitação, acesso, planejamento e gestão, monitoramento e regulação, recursos financeiros associados ao uso público, parcerias e terceirizações e condições de trabalho*. Além disso, por meio do questionário, buscamos entender, de maneira geral, o perfil do gestor de parques brasileiros e algumas características dos locais onde atuam.

Terceira pesquisa dessa natureza realizada pelo Semeia, o estudo faz parte de uma iniciativa independente que busca construir, de forma longitudinal, a análise evolutiva do uso público nas Unidades de Conservação (UC) do Brasil e, assim, identificar desafios e oportunidades para o aprimoramento da gestão desses espaços. Nesta edição, o foco da pesquisa foram os parques nacionais, estaduais e municipais.

O Semeia considera fundamental a participação dos gestores, visto que esses são os atores que melhor conhecem a realidade local e os entraves para se implementarem práticas sustentáveis de uso público – especialmente o turismo.

Nesse contexto, a atividade turística configura-se como um instrumento concreto para fomentar fenômenos de aparente ambivalência: a conservação da biodiversidade e o desenvolvimento socioeconômico da região em que as UC estão inseridas. ■



Mensagem aos respondentes



Os gestores dos parques nacionais, estaduais e municipais e outros profissionais dedicados à administração desses espaços certamente estão entre os maiores conhecedores do contexto político, social, econômico e ambiental do qual fazem parte. Por isso a participação desses atores é condição *sine qua non* para a realização de um estudo como este que aqui apresentamos.

Não seria possível apreender, com a clareza necessária, os desafios e as oportunidades que se mostram no cenário configurado pelos parques sem a contribuição dos profissionais envolvidos diariamente em sua gestão. E sem uma análise bem fundamentada não se pode, em última instância, trabalhar concretamente para o aprimoramento e o fortalecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

Explicitamos aqui o nosso reconhecimento e a nossa gratidão a todos os respondentes que, com generosidade, dispuseram-se a compartilhar conosco números e percepções sobre a atividade que desempenham e o parque a que se dedicam. Em especial agradecemos aos gestores de parques estaduais, onde obtivemos um número significativo de respostas.

Em estados como Acre, Bahia, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima e Tocantins foi possível alcançar 100% de respostas na esfera estadual. Em outros estados alcançamos um percentual bastante significativo de respostas, como Minas Gerais (86%) e São Paulo (85%), trazendo à tona informações inéditas que evidenciam a importância dos sistemas estaduais dentro do SNUC. Expressamos também nossa gratidão a todos os gestores de parques nacionais e municipais participantes.

O Semeia entende que há espaço para avançarmos nessa iniciativa e, por isso, estará focado em constante aprimoramento nas próximas edições do estudo. Neste ano, pela primeira vez, cada respondente recebeu uma devolutiva

que compara as suas respostas individuais com a média dos respondentes que atuam no mesmo órgão a que estão vinculados e com a média do total de participantes da pesquisa. Da mesma forma, entregamos uma devolutiva aos órgãos gestores nos níveis estadual e federal, que receberam uma análise comparativa das respostas médias dos parques sob sua gestão em comparação com a média dos respondentes de outros órgãos gestores do país. Nessa devolutiva aos órgãos ambientais, nenhuma resposta foi individualizada e apenas médias foram apresentadas, zelando pelo nosso compromisso de sigilo junto aos respondentes.

Acreditamos que, se construirmos uma robusta base de dados sobre a realidade do uso público e da conservação das nossas UC, com foco especial nos parques, estaremos todos em melhores condições para contribuir ativamente com o fomento à (re)formulação de políticas públicas que sejam, de fato, capazes de fortalecer o SNUC.

Sabemos que, para gerar transformação efetiva, a gestão dessas áreas deve ser coerente com o seu imenso potencial. Áreas que colocam o Brasil entre os países mais megadiversos, ricos em recursos naturais e, claro, em beleza cênica. Enxergamos os parques como espaços catalisadores de conservação e desenvolvimento socioambiental.

Contudo, para que esse componente catalisador seja capaz de transformar os parques em polos geradores de riqueza para o país, sob a forma de emprego, renda, bem-estar e conservação, a participação colaborativa de todos os setores da sociedade é pré-requisito. Acreditamos que é possível fazer muito mais nos (e pelos) nossos parques.

Estamos juntos nesta jornada e deixamos aqui nossas portas abertas para continuarmos este diálogo.

Cordialmente,
Equipe Semeia



Resumo executivo



O presente documento é fruto de pesquisa realizada entre julho e setembro de 2015 com gestores e demais envolvidos no dia a dia da gestão dos parques brasileiros. Trata-se da terceira pesquisa dessa natureza realizada pelo Semeia, por meio da qual pretendemos construir, ao longo dos próximos anos, uma análise evolutiva do uso público nesses espaços.

A pesquisa foi realizada com gestores de parques nacionais, estaduais e municipais distribuídos por todo o país. Alcançamos 187 respostas válidas em cerca de 67% do total de parques estaduais e 54% dos parques nacionais do país. Nos estados Acre, Bahia, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima e Tocantins alcançamos 100% de respostas dos parques estaduais. Em Minas Gerais (86%) e em São Paulo (85%) também atingimos número significativo de respostas entre os parques estaduais.

Os gestores de parques no Brasil têm em média 42 anos de idade e em sua grande maioria são homens (65%). Noventa e cinco por cento (95%) deles possuem formação superior completa e 43% cursaram algum tipo de pós-graduação ou mestrado. Em média, eles trabalham há aproximadamente 5,6 anos no parque sobre o qual responderam a pesquisa e investem aproximadamente 40% do seu tempo de trabalho semanal em atividades administrativas, 17% em fiscalização e 15% em atividades relacionadas ao uso público.

Cerca de 64% dos respondentes afirmaram que há conflitos sociais no interior das unidades em que trabalham. Quando perguntados sobre conflitos sociais no entorno dos parques, esse percentual cresce para 71%. Apenas 9% dos respondentes afirmaram não haver conflitos no interior nem no entorno. Entre os principais conflitos reportados estão aqueles com populações vizinhas aos parques, pescadores, mineradoras e condomínios.

Vinte e quatro por cento (24%) deles são funcionários efetivos, padrão que se mantém similar entre os parques nacionais e estaduais. Quarenta por

cento (40%) dos funcionários são terceirizados, sendo os demais temporários, comissionados, cedidos, ou outros. Os parques de ambas as esferas administrativas utilizam-se de mão de obra terceirizada em grande proporção, evidenciando que contratos com o setor privado já ocorrem nesses espaços, tanto em nível federal quanto estadual, na forma de terceirização de mão de obra. Outro dado relevante é a baixa participação de voluntários nos parques, o que denota o envolvimento tímido da sociedade civil brasileira com essas áreas.

A pesquisa avaliou ainda a *performance* dos parques nas seguintes dimensões, a partir das respostas recebidas: *visitação, acesso, planejamento e gestão, monitoramento e regulação, recursos associados ao uso público, parcerias e terceirizações e condições de trabalho no parque*. Para cada uma dessas dimensões, sempre que pertinente, foram elaborados índices, expressos em notas de 0 a 100, sendo 0 a pior nota. Tais índices permitem estabelecer comparativos entre os parques, as diferentes esferas administrativas, órgãos gestores ambientais, biomas e regiões. Ao longo dos anos, esperamos avaliar a evolução desses índices e construir análises comparativas temporais, de modo que os resultados da pesquisa se tornem uma ferramenta útil para apoiar a gestão dos parques.

Na dimensão visitação foi calculado o índice que reflete o resultado das respostas de três perguntas relacionadas à (1) satisfação das necessidades básicas de apoio à visitação, (2) manutenção das estruturas de apoio a visitação e ao (3) aproveitamento do potencial de visitação do parque. O valor médio desse índice (0 a 100) para todos os órgãos ambientais foi de 30,1, indicando uma qualidade baixa de visitação, em todas as esferas administrativas, regiões e biomas. Os órgãos gestores ambientais que se destacaram positivamente foram os dos estados do Mato Grosso do Sul, do Espírito Santo e de São Paulo.

Sessenta e oito por cento (68%) dos parques respondentes informaram não possuir estruturas bá-



sicas de apoio à visitação ou possuir estruturas que não atendam as necessidades básicas dos visitantes, como banheiros, por exemplo. Já entre os parques nacionais respondentes, esse percentual chega a 84%. Entre os parques que fazem contagem de visitantes, a visitação atinge apenas 37% da capacidade que o parque poderia receber.

Aproximadamente 40% dos respondentes informaram que não há contagem nem estimativa do número de visitantes recebidos em 2014. Dentre aqueles que informaram tal dado, contabilizamos por volta de 4,1 milhões de visitantes, sendo que 3,2 milhões desses estão entre os parques estaduais². Destaque ficou para os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso, que reportaram por volta de 1.280.000, 687.000 e 410.000 visitantes em seus parques, respectivamente.

Na dimensão acesso, o índice reflete (1) a facilidade de acesso e (2) o tempo de deslocamento necessário para chegar até o aeroporto mais próximo ao parque. A média geral do índice entre todos os respondentes foi de 63,7. Os órgãos gestores dos estados do Rio de Janeiro, Ceará e Santa Catarina são os que obtiveram as melhores pontuações.

Setenta e três por cento (73%) afirmaram que o tempo de acesso ao aeroporto mais próximo é de até 4 horas. A pesquisa retrata a grande diversidade de realidades presentes entre os parques, a depender, entre outros fatores, de sua localização. Mais de 45% daqueles localizados nas regiões Sul e Nordeste podem ser acessados em até duas horas, a partir do aeroporto mais próximo. Esse percentual cai para 18% na região Norte, onde em mais de 30% dos parques é preciso um dia de viagem para acesso.

Na dimensão planejamento e gestão, o índice foi aferido em função da (1) existência de documentos de planejamento e gestão, como plano de manejo e plano de uso público e (2) situação fundiária no parque. A média geral desse índice, entre todos os respondentes, foi de 36,5. Os órgãos gestores que mais se destacaram positivamente

foram os dos estados do Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Paraná.

Em muitos parques faltam as iniciativas básicas para a sua real implementação, seu planejamento e sua gestão. A pesquisa mostra que 59% dos parques participantes possuem plano de manejo, porém apenas em 19% esse plano está aprovado e é condizente com a realidade. Aqui vale um destaque positivo ao estado do Mato Grosso, onde perto de 53% dos respondentes afirmam que possuem um plano de manejo atualizado.

Quanto à regularização fundiária, 44% dos parques informaram que possuem menos de 25% da área total do parque regularizada. Vinte e cinco por cento (25%) dos parques possui 100% de sua área regularizada. O destaque positivo nesse quesito fica para o Paraná, onde 60% dos gestores dos parques administrados pelo órgão estadual informaram que 100% da área do parque encontra-se regularizada em termos fundiários.

Na dimensão monitoramento e regulação, definimos um índice que é medido em função (1) do monitoramento dos impactos de uso público, (2) do controle da qualidade de serviços prestados por terceiros no parque e (3) da existência e do nível de atividade de Conselhos e Câmaras Técnicas no parque. A média geral entre todos os respondentes foi de 46,6, com destaque positivo aos órgãos gestores do estado do Tocantins, Goiás e Rio de Janeiro.

O monitoramento do impacto do uso público, bem como o controle da prestação de serviços de terceiros ainda podem ser bastante aprimorados em todas as esferas administrativas, tanto na sistemática quanto na periodicidade de realização. Os Conselhos Consultivos, quando existem, nem sempre são acompanhados de Câmaras Técnicas para tratar de assuntos relacionados ao uso público.

Na dimensão recursos financeiros associados ao uso público, o índice reflete: (1) a existência de rubrica orçamentária específica para UP, (2) a busca por recursos externos para projetos de UP



e (3) a cobrança por serviços e atividades de UP dentro do parque. O índice entre os respondentes foi de 22,2, muito baixo considerando a nota máxima possível (100). O destaque está nos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, que se mostraram acima da média dos demais, com pontuação de 44,4 entre os respondentes.

Dos 187 participantes da pesquisa, 67% informam que não possuem uma rubrica específica no seu orçamento do parque para uso público e que não receberam recurso específico algum para o desenvolvimento dessas atividades no ano 2014. Apenas 3% dos gestores informaram que possuem rubrica específica para uso público de forma sistemática e suficiente.

Sessenta e oito por cento (68%) dos respondentes afirmaram que buscam outros recursos externos para o desenvolvimento de projetos relacionados ao uso público (parcerias, compensação ambiental, doações, investimentos internacionais, etc.). Porém, apenas 6% conseguem tais tipos de recursos de maneira sistemática.

Quanto à cobrança por serviços e atividades de apoio ao uso público, 75% dos parques afirmaram que serviços não são oferecidos e que não há iniciativas para instaurar cobrança por tais serviços. Apenas 13% dos parques possuem algum tipo de receita proveniente da prestação de serviço de apoio ao uso público e, em geral (10%), esse recurso não retorna para a própria unidade.

Além das perguntas relacionadas ao índice, questionamos os respondentes acerca da cobrança de ingressos para visitação e do orçamento total disponível para gastos correntes e investimentos no parque.

Aproximadamente 70% dos respondentes afirmaram que não há cobrança de ingresso para visitação e não existem iniciativas em andamento para tal. Esse padrão mantém certa similaridade entre parques estaduais e federais. A cobrança de ingressos é reportada em alguns parques estaduais de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Rio Grande do Norte e também em alguns parques nacionais que participaram da pesquisa.

Nesses onde a cobrança é realizada, o valor médio do ingresso é de R\$ 12. Apenas 2% dos respondentes alegam que os recursos arrecadados com a cobrança pela visitação retornam à unidade.

Quando perguntados acerca do orçamento disponível para o parque, cerca de 32% dos gestores informaram ter clareza sobre o montante disponível para gastos correntes e apenas 15% tem clareza sobre o montante disponível para investimentos. Entre aqueles que informaram tais dados, a média de orçamento anual por parque para gastos correntes é de aproximadamente R\$ 240 mil. Quanto a investimentos, a média é de cerca de R\$ 670 mil por parque. Os parques estaduais do Rio de Janeiro destacam-se entre os que possuem maiores montantes disponíveis para investimentos, em média R\$ 2 milhões por ano, a cada parque. Por outro lado, reportaram apenas R\$ 33 mil disponíveis para gastos correntes, por ano, em média, por parque.

Na dimensão parcerias e terceirizações, dos 187 parques respondentes, 66% informaram que não há nenhum tipo de contrato de terceirização para a iniciativa privada. Nos demais (34%) parques existem contratos sobre as formas de “terceirização de serviços, autorizações precárias, permissões de uso ou concessões”.

Dentre os 120 contratos com a iniciativa privada reportados na pesquisa, 69 foram informados por parques estaduais de São Paulo, sendo 58 desses relacionados à terceirização de serviços. Os respondentes dos parques nacionais reportaram apenas 12 contratos de terceirização de serviços e 1 contrato de autorização precária. O terceiro órgão gestor onde houve maior reporte de contratos pelos respondentes foi o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, sendo oito contratos no total.

Nos parques nacionais, o prazo médio de duração dos contratos informados pelos respondentes é de 3,7 anos para os contratos de terceirização de serviços e de 2 anos para as autorizações precárias. Entre os parques estaduais, esses prazos caem para 1,6 e 1 ano, respectivamente. O valor médio entre todos os contratos informados é de R\$ 232.394.



O maior contato reportado em termos de volume financeiro equivale a aproximadamente R\$ 1,2 milhão ao ano. Cerca de 50% dos contratos firmados estão associados a serviços de limpeza e a segurança.

Na dimensão condições de trabalho, o índice é composto por algumas questões relacionadas à satisfação do funcionário, motivação, condições de trabalho, dentre outras, descritas em detalhe ao longo do relatório. A pesquisa revela um sentimento de realização profissional compartilhado pela grande maioria dos gestores (93%). Por outro lado, o nível de satisfação com os recursos necessários para a realização de suas atividades é significativamente inferior, por volta de metade dos respondentes mostra-se insatisfeita, em todas as esferas administrativas.

O alto nível de realização reportado, mesmo considerando os diversos desafios mencionados neste documento, deve ser encarado com seriedade pelos órgãos responsáveis pela gestão das Unidades de Conservação no país. A valorização desses atores que trabalham no dia a dia da gestão em cada parque significa o fortalecimento de importantes aliados para o desenvolvimento de ações estratégicas, incluindo o melhor aproveitamento do potencial de uso público.

Os resultados e as análises não se esgotam neste relatório. Assim como nos anos anteriores, almejamos, para os próximos, aprimorar a coleta de dados e informações primárias e secundárias. Continuaremos trabalhando também na construção de análises temporais e comparativas entre diferentes órgãos gestores, esferas administrativas, regiões e biomas que possam auxiliar formuladores de políticas públicas a endereçar e a priorizar a alocação de seus recursos de forma eficiente, contribuindo para que os gestores tenham as ferramentas e os recursos sem os quais a realidade dos parques não pode ser transformada. ■



Notas metodológicas



A presente pesquisa foi realizada junto a parques espalhados por todo território brasileiro, em todas as esferas de gestão (federal, estadual e municipal).

Ao longo de um período de aproximadamente 120 dias, entre os meses de junho e setembro de 2015, os respondentes tiveram acesso a uma página na internet onde foi hospedado o questionário³ da pesquisa. A divulgação do questionário foi feita para os parques registrados publicamente no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação⁴ (CNUC) e também para a lista de contatos do Semeia, através de *e-mail*, redes sociais, contatos diretos com gestores e com secretarias de meio ambiente nacional, estaduais e municipais, bem como órgãos responsáveis pela gestão dos parques em âmbito nacional e estadual.

O questionário teve como objetivo identificar as percepções desses atores com relação: (I) à situação do uso público nas UC em que atuaram, durante o ano de 2014 e (II) a aspectos que podem influenciar o desenvolvimento do mesmo. Para tanto, foram elaboradas 47 questões, a maior parte delas questões fechadas, versando sobre os seguintes temas: *visitação, acesso, planejamento e gestão, monitoramento e regulação, recursos associados ao uso público, parcerias e terceirizações e condições de trabalho*.

O preenchimento deste questionário foi feito em ambiente online pelo gestor do parque ou por demais atores envolvidos no dia a dia da gestão de cada UC, de maneira voluntária.

Responderam ao questionário dessa edição da pesquisa indivíduos que atuam em UC da categoria “parques”. Essa é uma modificação em relação a edições anteriores, quando gestores atuantes em todas as categorias de UC foram convidados a responder a pesquisa.

Neste ano, optou-se por essa restrição a partir de sugestões recebidas dos participantes de anos anteriores quanto à adequação do questionário. Esse foco deve-se também à tentativa de maior robustez na análise dos dados recebidos.



As informações coletadas foram sistematizadas em um banco de dados, tratadas e tabuladas, para posteriormente serem analisadas, gerando o conteúdo deste relatório e dois tipos de devolutivas: (1) devolutiva ao respondente, que compara as suas respostas individuais com a média dos respondentes que atuam no mesmo órgão a que estão vinculados e com a média do total de participantes da pesquisa e (2) devolutiva aos órgãos gestores nos níveis estadual e federal, que receberam uma análise comparativa das respostas médias dos parques sob sua gestão em comparação com a média dos respondentes de outros órgãos gestores do país. Vale ressaltar que nessa devolutiva aos órgãos ambientais, nenhuma resposta foi individualizada e apenas médias foram apresentadas, zelando pelo compromisso de sigilo junto aos respondentes.

Os dados, quando pertinentes, foram analisados comparativamente em relação às esferas administrativas (federal, estadual e municipal), ao órgão gestor (Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e órgãos estaduais equivalentes), ao bioma (Amazônia, Cerrado, Caatinga, Pampa, Marinho, Mata Atlântica, Pantanal) e à região geográfica (Norte, Nordeste, Sul, Sudeste, Centro-Oeste).

Para cada uma das dimensões analisadas, foram elaborados índices que variam de 0 (pior) a 100 (melhor), definidos entre a equipe da consultoria Soluções Ambientais com Inovação e Sustentabilidades (SACIS) e o Semeia, adaptando o proposto por Lorenzetto & Lindoso (2015) e Santos & Alamos (2012).

Para tal adaptação, os seguintes critérios foram considerados: pertinência e representatividade dos indicadores propostos na metodologia original em relação à atuação do Semeia; facilidade para a obtenção da informação via questionário *online*; objetividade na aplicação; possibilidade de comparação no âmbito das esferas administrativas, órgãos gestores, região geográfica e biomas. Os indicadores foram definidos em perguntas de quatro alternativas (a, b, c e d) e classificados em uma escala de 0 a 3, em que o valor 3 representa a condição ótima, e o valor zero, a condição na

qual há maior espaço para melhoria. Tal escala (0 a 3) foi transformada para uma outra escala que determina a qualidade da dimensão analisada, a qual varia de muito baixa (0) a muito alta (100). Nesse momento, não houve diferenciação de importância (atribuição de diferentes pesos) para os componentes dos índices.

Para mais detalhes sobre o cálculo desses índices, acesse: www.semeia.org.br/metodologia.



> Caracterização geral da amostra

A amostra da pesquisa em 2015 contempla 187 respondentes, o que corresponde a aproximadamente 49% dos parques presentes no banco de dados do Semeia (385 parques) e cadastrados no Cadastro Nacional de Unidades de Conservação, base de dados oficial do governo brasileiro.

Na esfera federal, 54% dos parques participaram da pesquisa, o que corresponde a 38 parques nacionais. No âmbito estadual, participaram 67% dos parques, equivalente a 141 parques.

O mapa abaixo reflete a abrangência da pesquisa entre as diferentes regiões, biomas e unidades federativas brasileiras.

> Figura 1. Localização geográfica dos parques participantes da pesquisa



Fonte: Elaboração própria.



Nos estados Acre, Bahia, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Roraima e Tocantins foram alcançadas 100% de respostas entre os parques estaduais. Em Minas Gerais (86%) e São Paulo (85%) um número significativo de respostas nos parques estaduais também foi registrado, como mostra a tabela abaixo.

> Tabela 1. Parques participantes por Unidade Federativa nas diferentes esferas administrativas⁶

UF	Número de Parques Cadastrados			Número de Parques Respondentes			Parques Respondentes/ Parques Cadastrados		
	Federal	Estadual	Total	Federal	Estadual	Total	Federal	Estadual	Total
AC	1	1	2	1	1	2	100%	100%	100%
AL	0	0	0	0	0	0	-	-	-
AM	5	7	12	2	2	4	40%	29%	33%
AP	2	0	3	2	0	2	100%	-	67%
BA	8	4	12	7	4	11	88%	100%	92%
CE	2	3	5	1	1	2	50%	33%	40%
DF	1	0	1	0	0	0	0%	-	0%
ES	0	6	22	0	3	8	-	50%	36%
GO	2	9	12	0	3	3	0%	33%	25%
MA	2	3	5	0	0	0	0%	0%	0%
MG	7	36	57	3	31	34	43%	86%	60%
MS	1	6	10	1	3	4	100%	50%	40%
MT	2	17	20	1	17	18	50%	100%	90%
PA	4	4	9	3	0	3	75%	0%	33%
PB	0	9	9	0	2	2	-	22%	22%
PE	2	1	3	2	0	2	100%	0%	67%
PI	4	0	4	2	0	2	50%	-	50%
PR	6	28	37	3	13	16	50%	46%	43%
RJ	4	11	47	0	11	13	0%	100%	28%
RN	1	2	4	1	2	3	100%	100%	75%
RO	4	3	8	3	3	6	75%	100%	75%
RR	3	0	3	1	0	1	33%	-	33%
RS	3	10	16	1	7	9	33%	70%	56%
SC	4	7	21	1	2	3	25%	29%	14%
SE	1	0	1	1	0	1	100%	-	100%
SP	1	39	58	1	33	34	100%	85%	59%
TO	1	3	4	1	3	4	100%	100%	100%
Total	71	209	385	38	141	187	54%	67%	49%

Fonte: Elaboração própria.



A presença de parques da esfera municipal na amostra foi bastante reduzida. Apenas 8% dos parques municipais cadastrados no CNUC participaram da pesquisa. Ademais, há indícios da existência de um número significativo de parques municipais que ainda não constam nos cadastros unificados oficiais e que também não estão na amostra desta pesquisa. Trata-se de um ponto de aprimoramento para os próximos anos.

Em números absolutos, a amostra apresentou concentração de parques localizados na região Sudeste (48% do total de respondentes ou 89 parques). Nota-se, no entanto, que esta é a região com maior quantidade de parques nacionais, estaduais e municipais no Brasil. Em relação ao total de parques cadastrados, todas as regiões estiveram representadas de forma satisfatória entre os respondentes, conforme mostra a tabela a seguir. A distribuição dos respondentes por biomas segue padrão similar à distribuição de respondentes por regiões geográficas.

> Tabela 2. Distribuição dos parques respondentes por bioma

Bioma	Número de Parques Cadastrados			Número de Parques Respondentes			Parques Respondentes/ Parques Cadastrados		
	Federal	Estadual	Total	Federal	Estadual	Total	Federal	Estadual	Total
Amazônia	19	24	47	12	14	26	63%	58%	55%
Cerrado	14	49	69	6	34	40	43%	69%	58%
Caatinga	7	9	16	5	5	10	71%	56%	63%
Pampa	1	3	5	0	2	2	0%	67%	40%
Marinho	7	4	13	3	2	5	43%	50%	38%
Mata Atlântica	23	117	232	12	82	102	52%	70%	44%
Pantanal	0	3	3	0	2	2	-	67%	67%

Fonte: Elaboração própria.



> Tabela 3. Distribuição dos parques respondentes por região

Região	Número de Parques Cadastrados			Número de Parques Respondentes			Parques Respondentes/ Parques Cadastrados		
	Federal	Estadual	Total	Federal	Estadual	Total	Federal	Estadual	Total
Norte	20	18	41	13	9	22	65%	50%	54%
Sudeste	12	92	184	4	78	89	33%	85%	48%
Nordeste	20	22	43	14	9	23	70%	41%	53%
Centro-Oeste	6	32	43	2	23	25	33%	72%	58%
Sul	13	45	74	5	22	28	38%	49%	38%

Fonte: Elaboração própria.

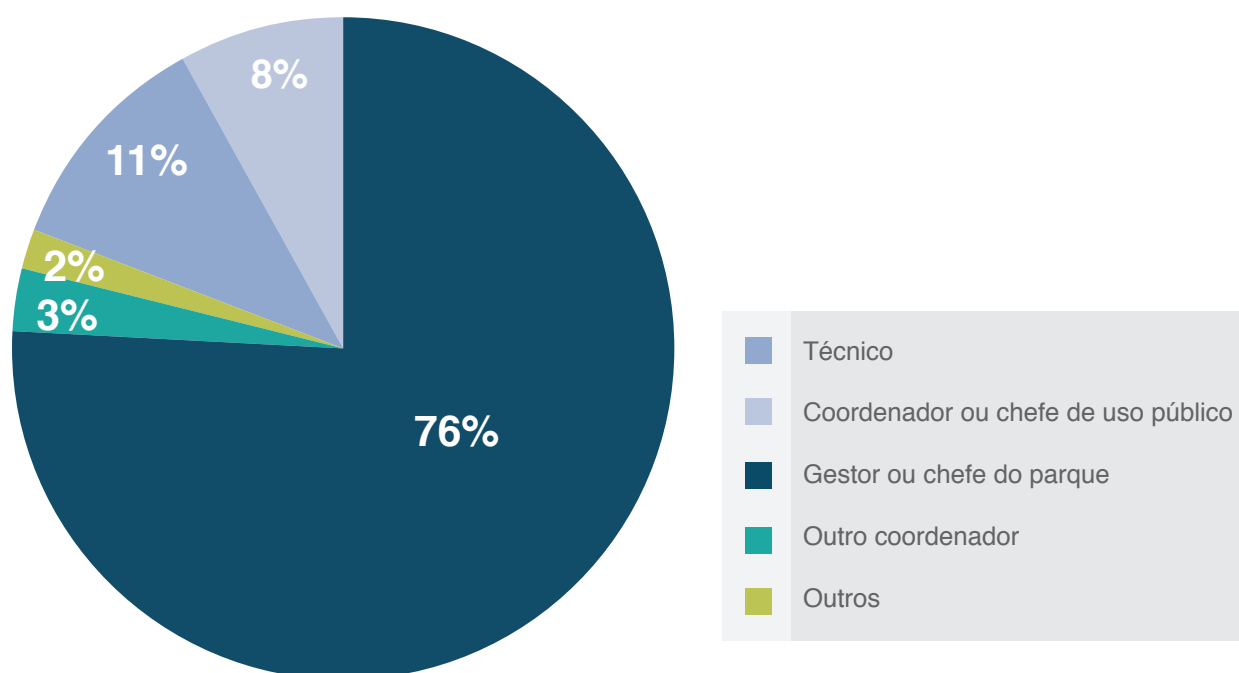


Caracterização geral dos indivíduos respondentes



A pesquisa foi respondida, em sua maioria, por gestores de parques (76% do total). Em menor escala, também foram responsáveis pelas informações fornecidas na pesquisa: técnicos dos parques (11%), coordenadores ou chefes de uso público (8%) e outros (5%).

> Figura 2. Papel desempenhado no parque pelo respondente do questionário



Fonte: Elaboração própria.

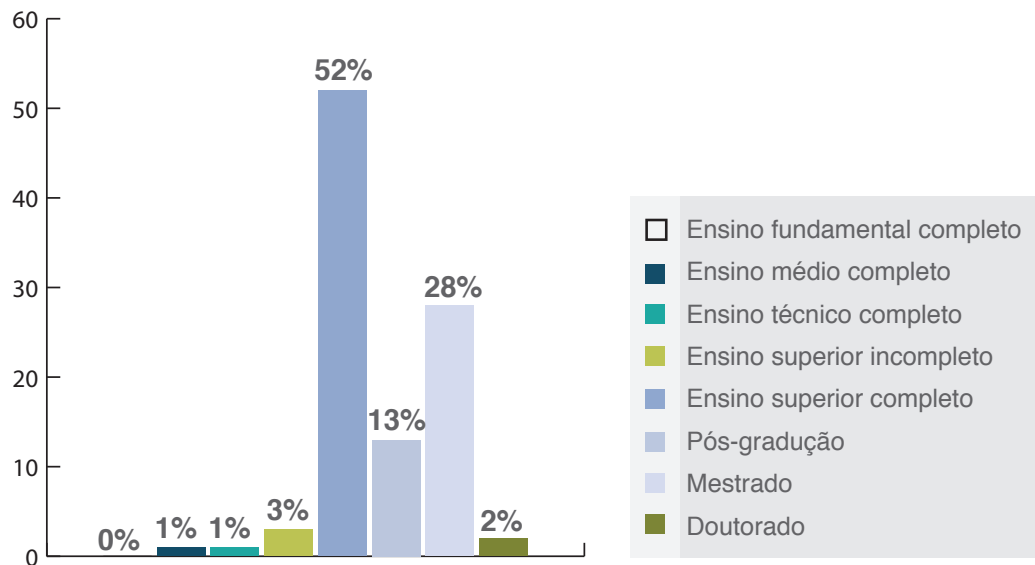
Entre os respondentes, 65% são do sexo masculino e 35% do sexo feminino. Os gestores respondentes têm entre 25 e 66 anos de idade. A idade média entre os respondentes é de 42 anos e essa média não apresenta grande variação entre os parques das diferentes esferas administrativas.

Em média, os respondentes trabalham no parque sobre o qual responderam esta pesquisa há aproximadamente 5,6 anos, e especificamente os gestores, há 6,1 anos. No âmbito federal, a média de tempo de trabalho nos parques é de 5,2 anos. Em estados como Mato Grosso do Sul, Acre e Paraná, essa média é igual ou maior a 10 anos. Já em estados como Amazonas, essa média fica em 1,5 anos.



A vasta maioria dos respondentes (95%) possui formação superior completa e 43% possui algum curso de pós-graduação, mestrado ou doutorado.

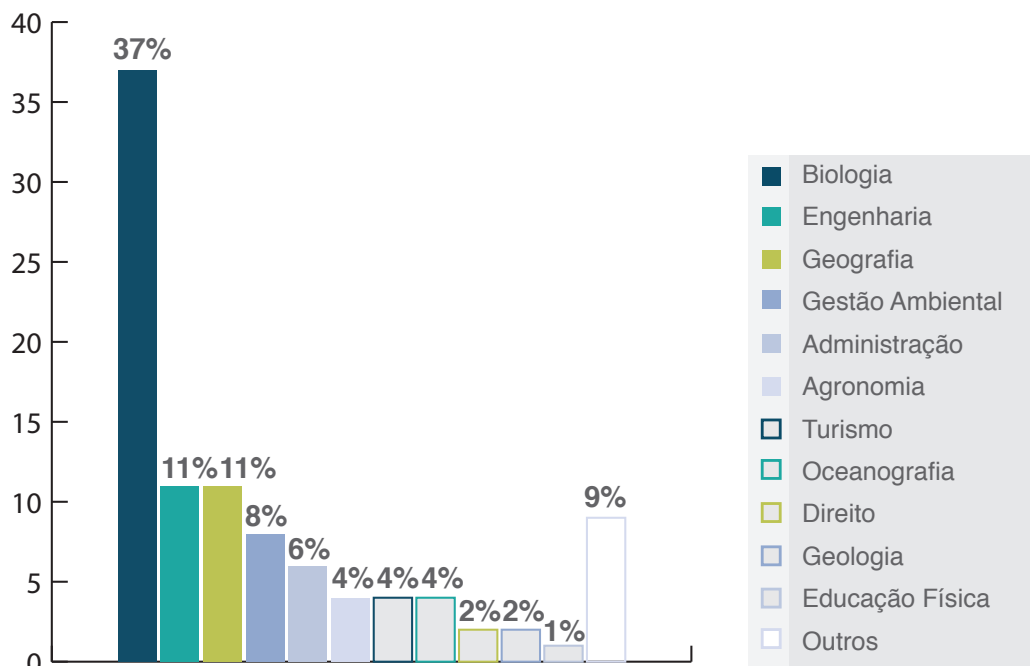
> Figura 3. Grau de formação escolar mais avançado que o respondente concluiu



Fonte: Elaboração própria.

Entre as respostas obtidas, os cursos superiores mais frequentados são relacionados às áreas de Ciências Biológicas (37%), Geografia e Engenharia (ambos com 11%), como mostra figura a seguir.

> Figura 4. Área de formação superior do respondente



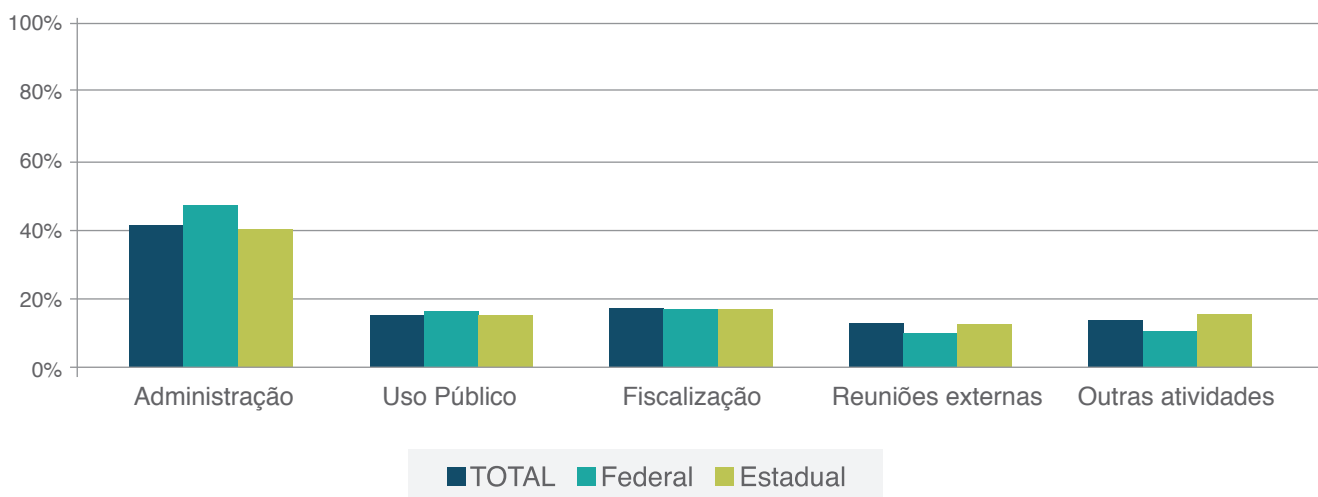
Fonte: Elaboração própria.



As atividades administrativas são as que ocupam o maior tempo dos respondentes dos parques em todas as esferas administrativas e biomas analisados, em média 41% das horas semanais trabalhadas. A dedicação às atividades de uso público consome em média 15% das horas semanais dos respondentes, atrás das atividades de fiscalização que consomem, em média, 17% da semana de trabalho, conforme gráfico a seguir.

> Figura 5. Distribuição média das horas de trabalho nos parques, informadas pelos respondentes

Considerando o trabalho de 40 horas/semana no parque, quantas horas da sua semana, em média, você se dedica às atividades relacionadas com: administração, uso público, fiscalização, reuniões externas e outras atividades?



Fonte: Elaboração própria.



Caracterização geral dos parques sobre os quais a pesquisa foi respondida

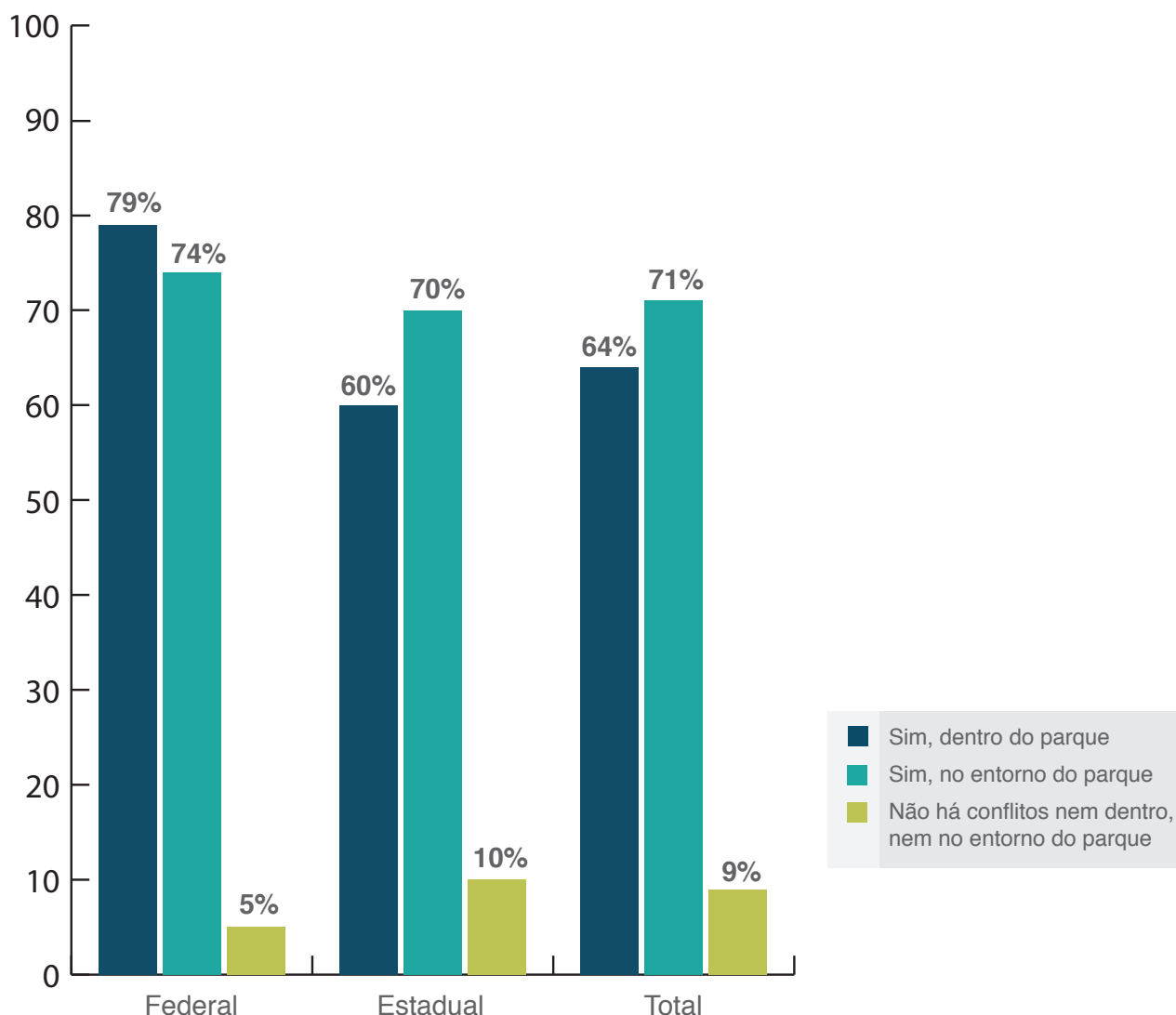


> Existência de Conflitos

Como mostram as figuras abaixo, cerca de 64% dos respondentes afirmaram possuir conflitos sociais no interior das unidades em que trabalham. Quando perguntados sobre conflitos sociais no entorno dos parques, esse percentual cresce para 71%.

> Figura 6. Existência de conflitos sociais no interior e no entorno dos parques, por esfera administrativa

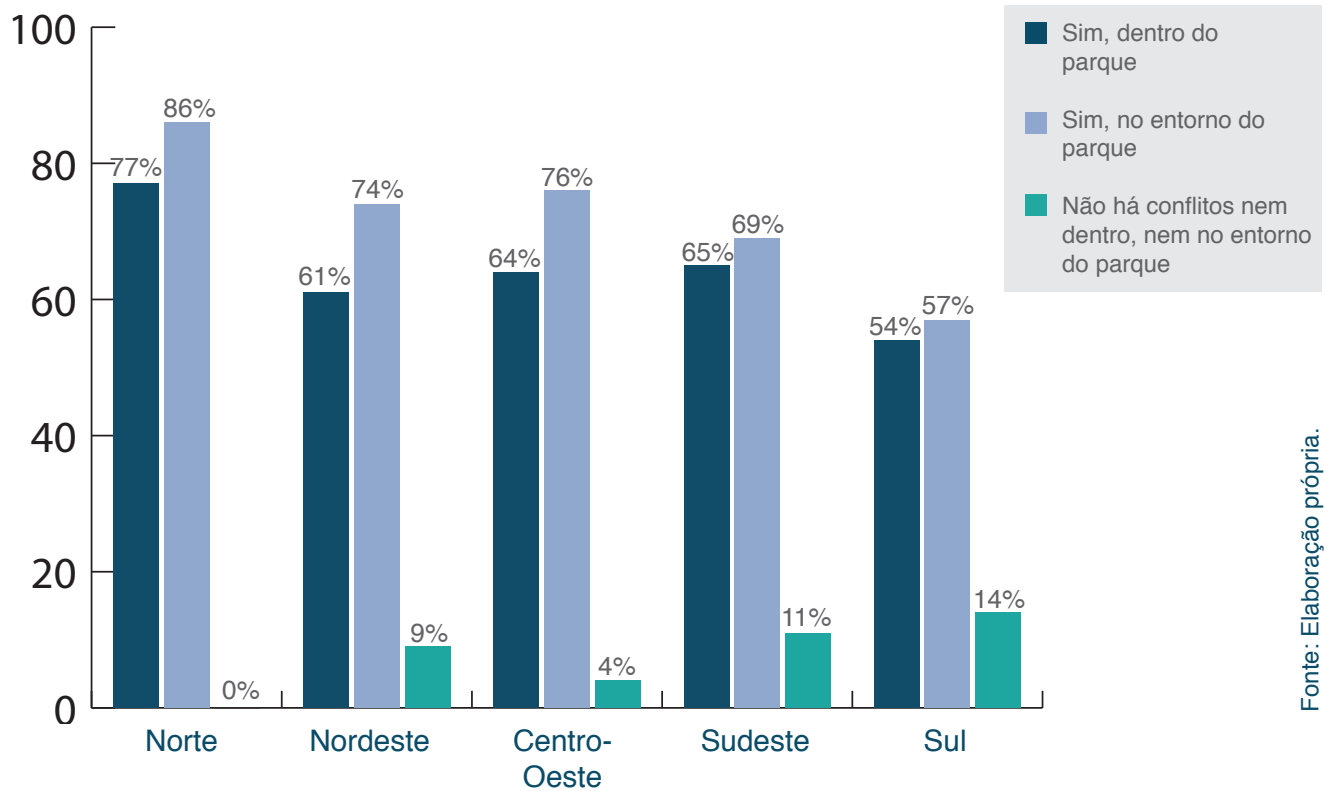
Indique se há conflitos sociais no parque com os seguintes atores: indígenas, caiçaras, condomínios, marinas, pescadores, população do entorno, quilombolas, sem-terra, mineradoras, outros. Caso não haja, deixe em branco.



Fonte: Elaboração própria.

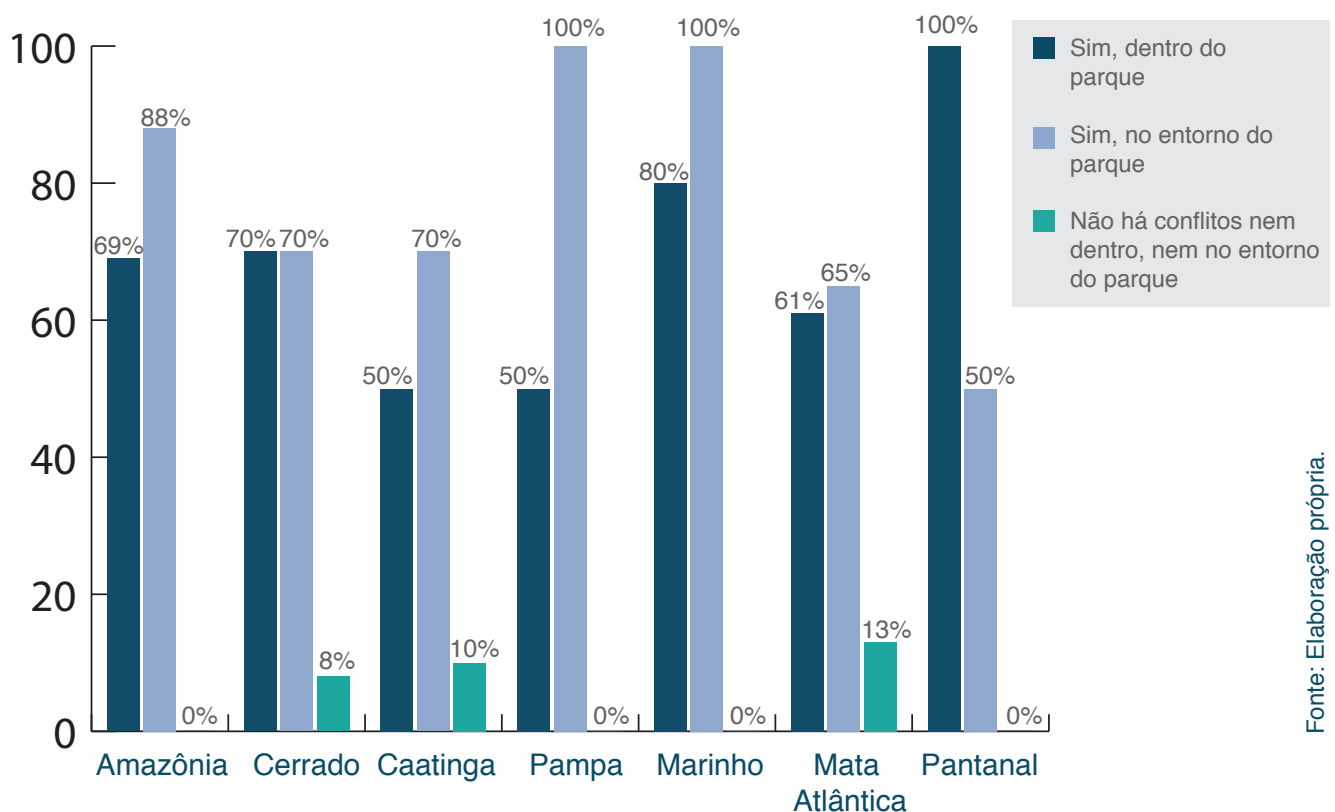


> Figura 7. Existência de conflitos sociais no interior e no entorno dos parques, por região geográfica



Fonte: Elaboração própria.

> Figura 8. Existência de conflitos sociais no interior e no entorno dos parques, por bioma



Fonte: Elaboração própria.



De acordo com os respondentes, os tipos de conflito que mais ocorrem no interior dos parques são aqueles com populações vizinhas (do entorno) e com pescadores. Os conflitos mais comuns no entorno dos parques são aqueles com populações vizinhas, pescadores e também com mineradoras e condomínios.

Nas tabelas a seguir podem ser observados os conflitos sociais que ocorrem no interior e entorno dos parques. Estão destacados os dois principais tipos de conflito em cada bioma.

> Tabela 4. Quantidade de respondentes que reportaram conflitos no interior dos parques, por tipo de conflito, por bioma

Indique se há conflitos sociais no interior do parque com os seguintes atores: indígenas, caiçaras, condomínios, marinas, pescadores, população do entorno, quilombolas, sem-terra, mineradoras, outros. Caso não haja, deixe em branco.

Conflitos	Amazônia	Cerrado	Caatinga	Pampa	Marinho	Mata Atlântica	Pantanal	Total
Agropecuária	4	5	0	0	0	11	0	20
Caça	6	2	1	0	0	7	0	16
Caiçaras	2	0	0	0	1	9	0	12
Condomínios	1	1	0	0	0	8	0	10
Extração de madeira / Tráfico de animais	4	1	0	0	0	2	0	7
Indígenas	6	2	1	0	1	11	0	21
Marinas	1	0	0	0	0	1	0	2
Mineradoras	4	1	0	0	0	10	0	15
Moradores	3	1	0	0	0	7	0	11
Outros	1	1	0	1	0	4	1	8
Pescadores	9	9	0	1	4	17	2	42
População do entorno	9	11	4	1	0	40	0	65
Quilombolas	3	2	0	0	0	6	0	11
Sem-terras	4	3	1	0	0	3	0	11
Total	57	39	7	3	6	136	3	251

Fonte: Elaboração própria.



> Tabela 5. Quantidade de respondentes que reportaram conflitos no entorno dos parques, por tipo de conflito, por bioma

Indique se há conflitos sociais no entorno do parque com os seguintes atores: indígenas, caçaras, condomínios, marinas, pescadores, população do entorno, quilombolas, sem-terra, mineradoras, outros. Caso não haja, deixe em branco.

Conflitos	Amazônia	Cerrado	Caatinga	Pampa	Marinho	Mata Atlântica	Pantanal	Total
Agropecuária	1	2	1	0	0	5	0	9
Caça	5	2	0	0	0	3	0	10
Caçaras	1	0	0	0	0	5	0	6
Condomínios	1	9	0	0	0	21	0	31
Extração de madeira / Tráfico de animais	3	0	0	0	0	1	0	4
Indígenas	8	2	0	2	0	5	0	17
Marinas	0	1	0	0	2	6	0	9
Mineradoras	7	9	3	1	0	22	0	42
Moradores	0	3	0	0	0	5	0	8
Outros	1	1	1	0	0	6	0	9
Pescadores	14	5	0	1	2	17	1	40
População do entorno	18	19	6	1	2	41	0	87
Quilombolas	2	4	1	0	0	7	0	14
Sem-terras	4	4	1	0	0	3	0	12
Total	65	61	13	5	6	147	1	298

Fonte: Elaboração própria.

Funcionários

De acordo com os respondentes, de maneira geral, 24% dos funcionários dos parques em que trabalham são efetivos, 40% são terceirizados. Os demais são comissionados, temporários, cedidos, voluntários ou outros.

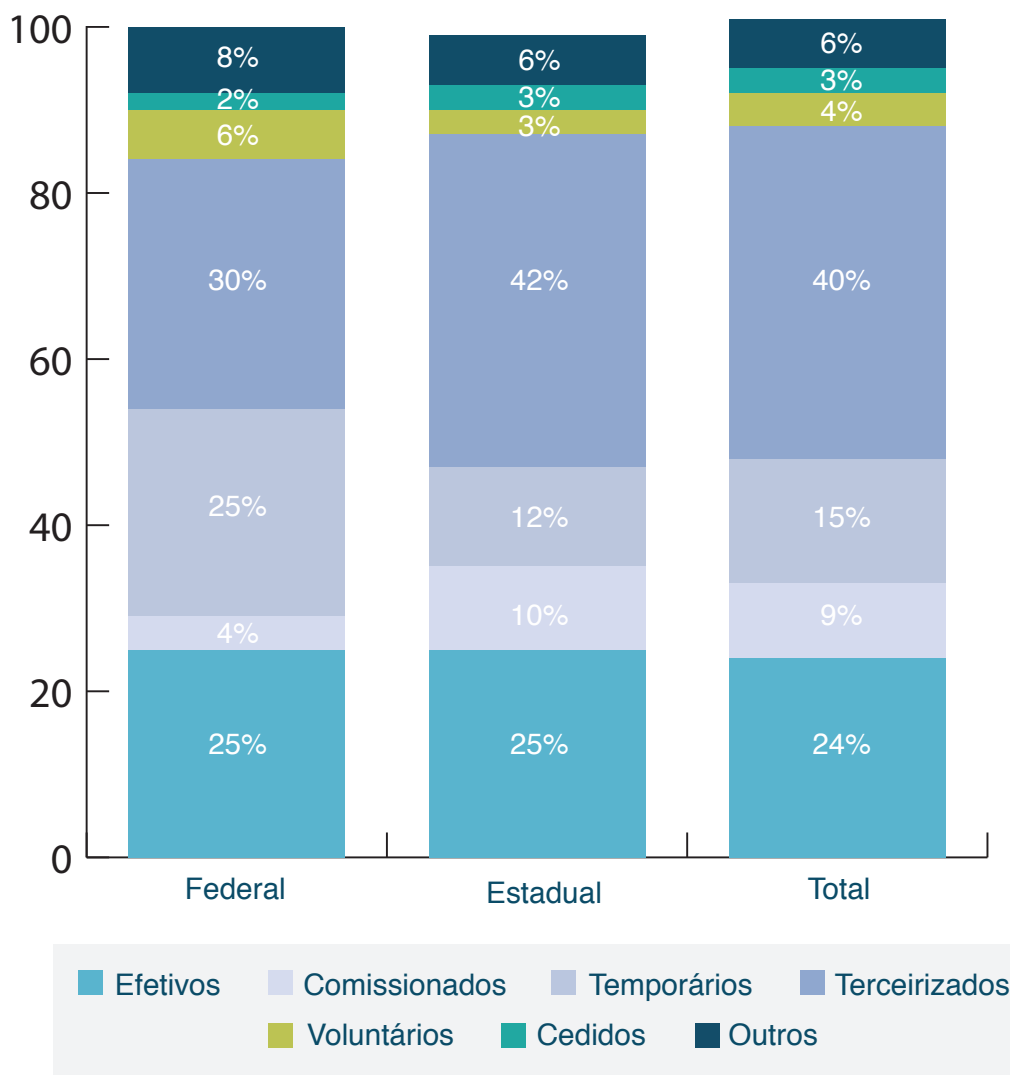
Quando comparamos os resultados entre os parques nacionais e estaduais, o percentual de funcionários efetivos é bastante similar. Ambos se utilizam de mão de obra terceirizada em grande proporção, evidenciando que contratos com o setor privado já ocorrem



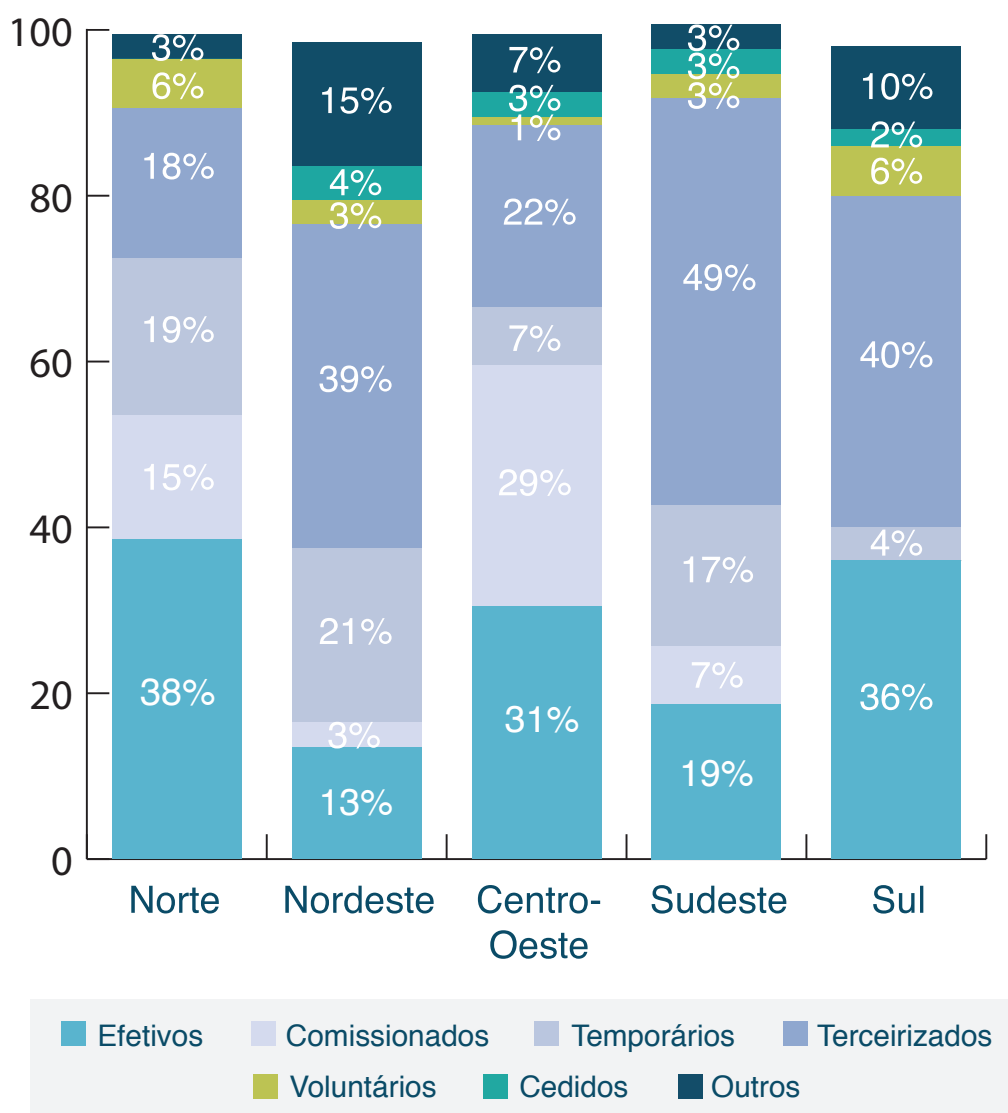
nesses espaços, na forma de terceirização de pessoal. Nota-se também que a presença de voluntários ainda é tímida em todas as esferas administrativas, como mostra a figura a seguir.

> Figura 9. Distribuição média dos funcionários dos parques, por tipo de contratação, incluindo voluntários, por esfera administrativa e por região geográfica

Indique a quantidade de pessoas que trabalham no parque, de acordo com o tipo de vínculo.



Fonte: Elaboração própria.



Fonte: Elaboração própria.

Nota-se que entre as regiões geográficas o tipo de vínculo de contratação dos funcionários dos parques respondentes varia significativamente. Enquanto no Norte e no Centro-Oeste a maioria dos funcionários são efetivos, os parques das regiões Nordeste, Sul e Sudeste utilizam-se de terceirizações de mão de obra em maior proporção.



Situação do uso público nos parques brasileiros

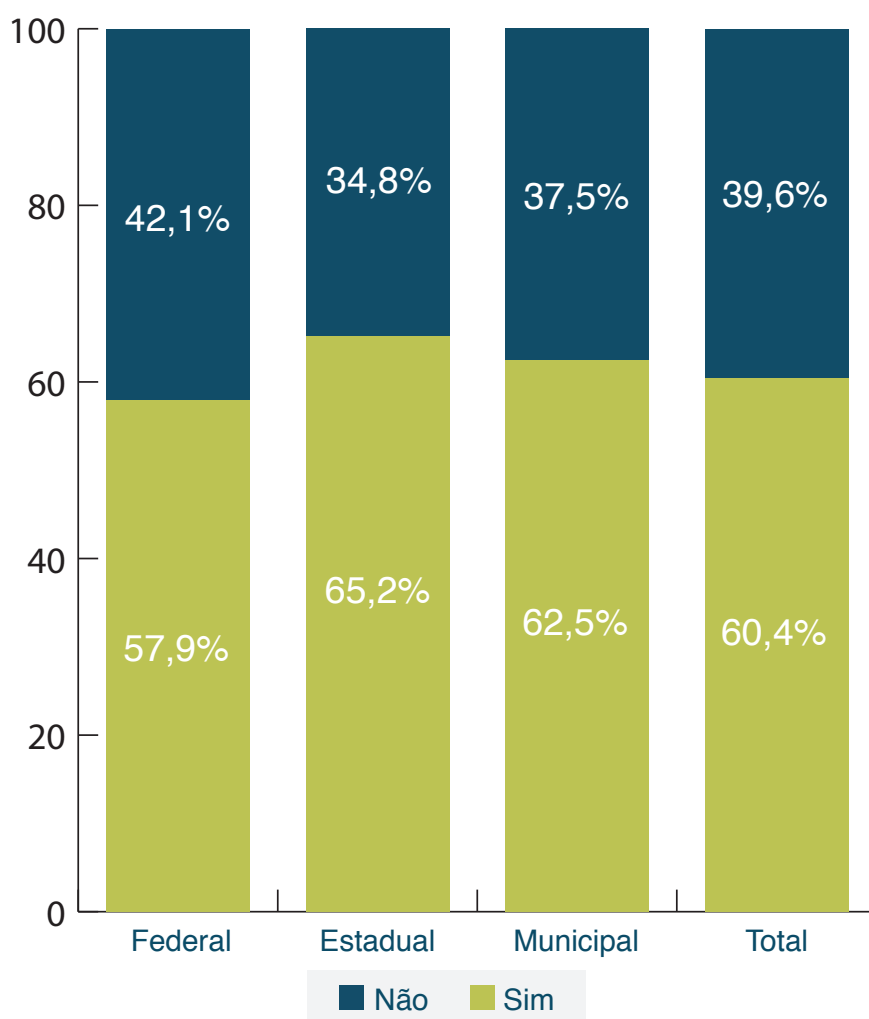


> 1. Dimensão Visitação

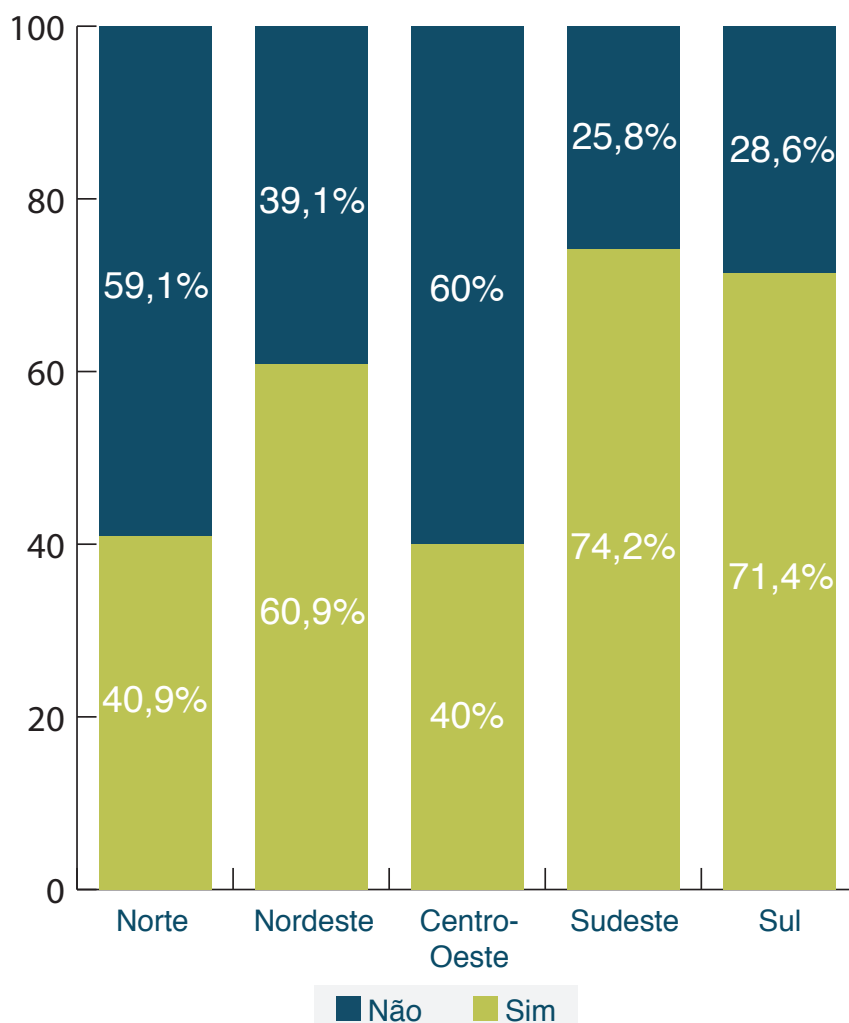
1.1 Visitantes recebidos

Quando perguntados sobre a quantidade de visitantes recebidos no último ano, cerca de 40% dos gestores participantes desta pesquisa informaram que não há contagem ou estimativa de número de visitantes no parque em que trabalham. Entre aqueles que informaram que há contagem ou estimativa no número de visitantes, as regiões Sudeste (74%) e Sul (71%) se destacam.

> Figura 10. Existência de informação sobre número de visitantes entre os parques respondentes, por esfera administrativa e por região geográfica



Fonte: Elaboração própria.



Fonte: Elaboração própria

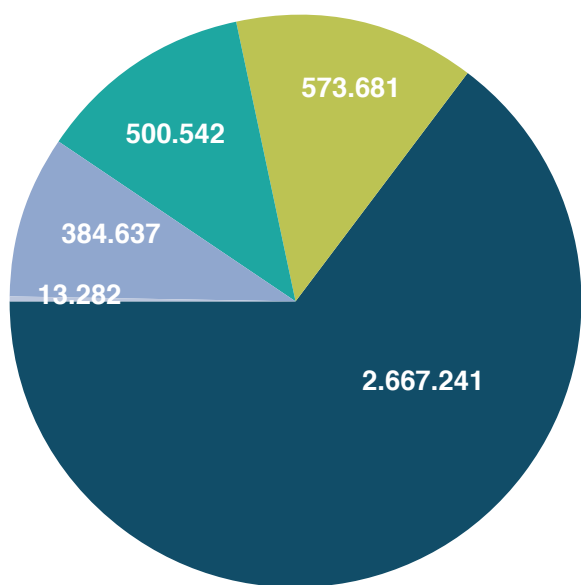
Dentre os respondentes que informaram o número de visitantes recebidos, contabilizamos por volta de 4.139.383 visitantes em 2014 (3.706.438 em 2013). São 3.288.129 visitantes reportados entre os parques estaduais. Dentre esses, destacaram-se os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Mato Grosso, que reportaram aproximadamente 1.272.000, 687.000 e 408.000 visitantes em seus parques, respectivamente.

Vale notar que os campeões nacionais em visitação, como os Parques Nacionais da Tijuca, Iguaçu, Jericoacoara e Brasília, que recebem juntos mais de 5 milhões de visitantes por ano, infelizmente não aceitaram nosso convite para responder a pesquisa. Por isso, temos por volta de apenas 700.000 visitantes registrados entre os parques nacionais, número bastante inferior às estatísticas oficiais.

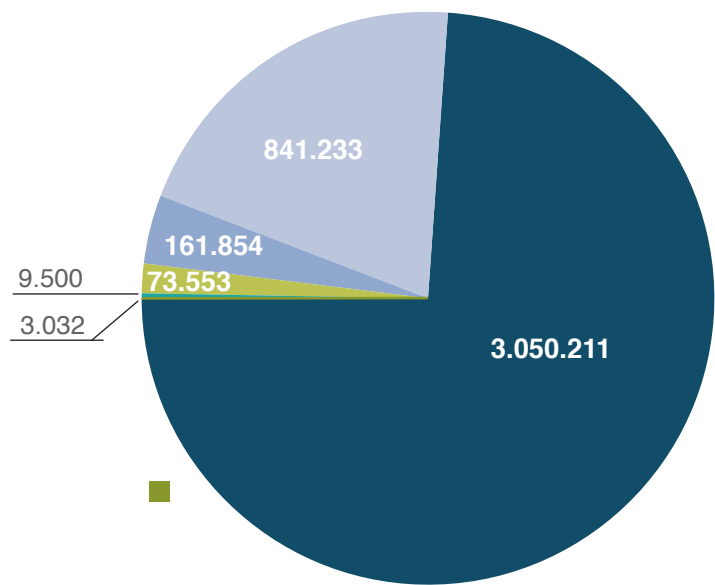


> Figura 11. Total de visitantes reportados em 2014, por região geográfica, por bioma e por esfera administrativa

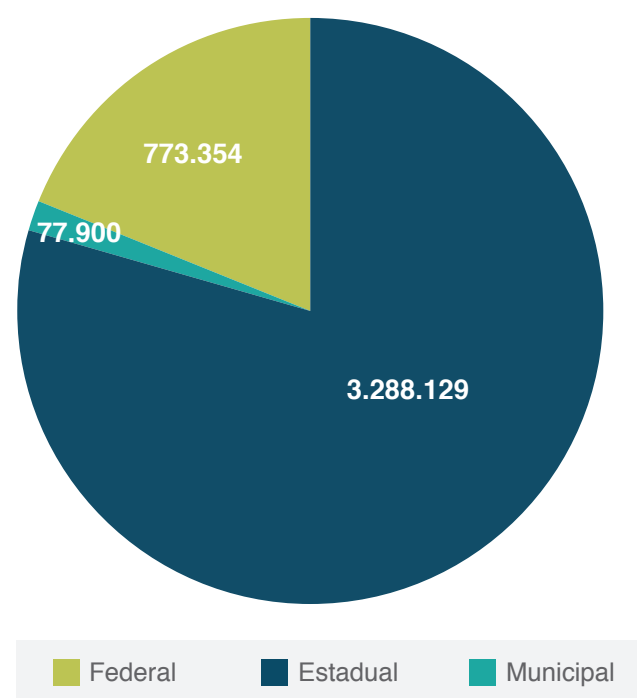
Quantos visitantes o parque recebeu em 2014?
Este número pode ser uma estimativa.



■ Norte
 ■ Nordeste
 ■ Centro-Oeste
■ Sudeste
 ■ Sul



■ Amazônia
 ■ Pampa
 ■ Marinho
 ■ Caatinga
■ Cerrado
 ■ Mata Atlântica
 Pantanal



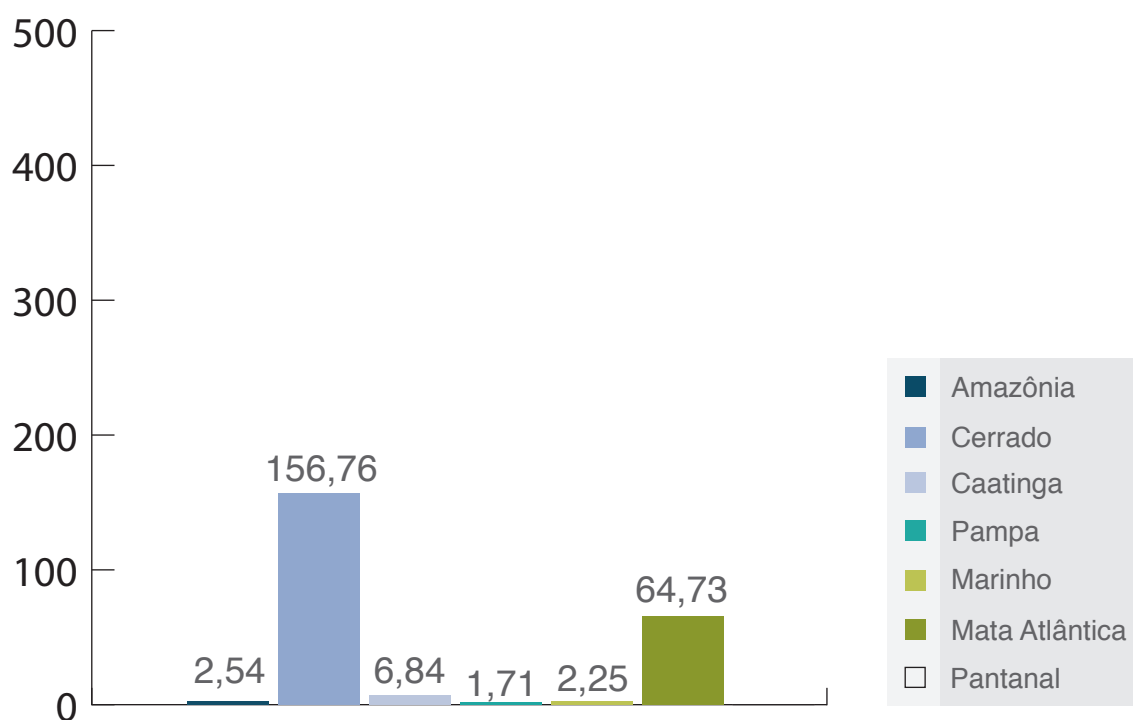
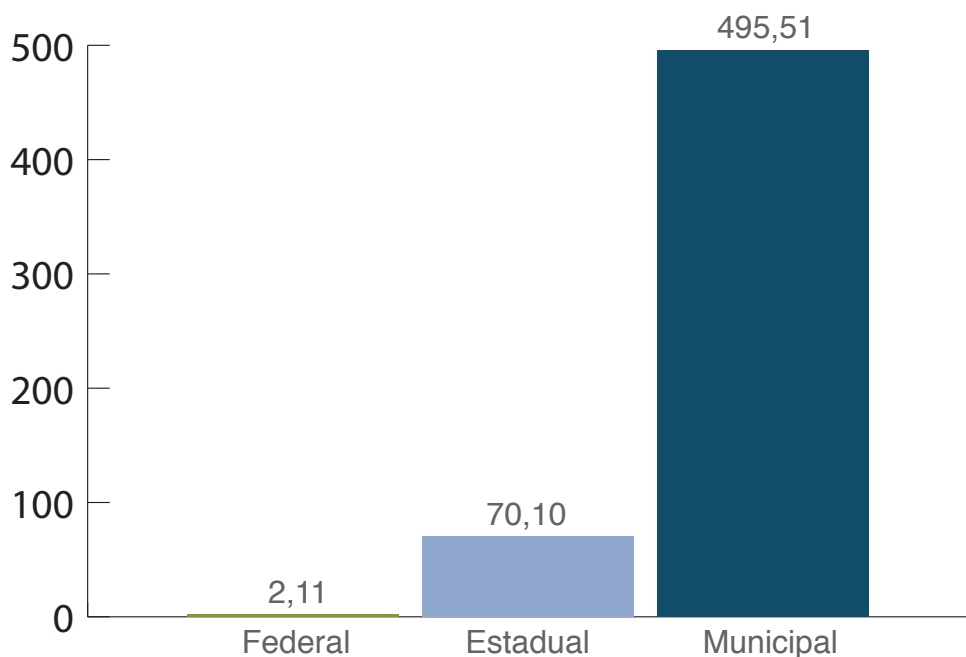
■ Federal
 ■ Estadual
 ■ Municipal

Fonte: Elaboração própria.

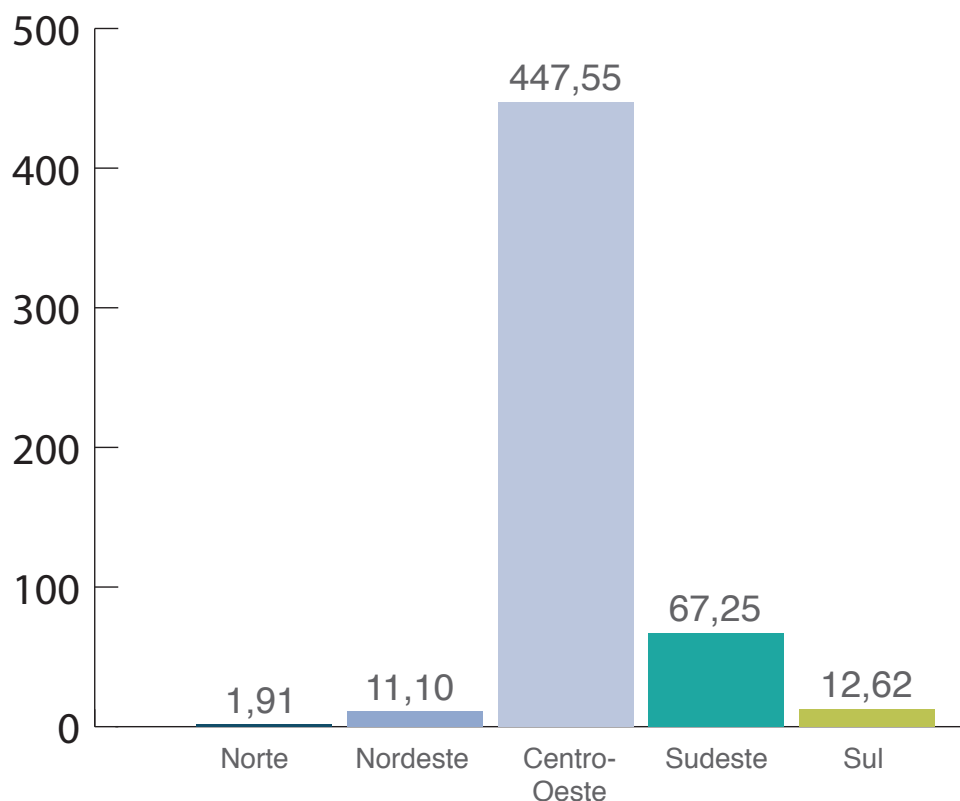


Para aqueles parques onde o número de visitantes está disponível e foi informado, calculamos a quantidade média de visitantes recebidos por hectare em 2014, considerando apenas os dados dos respondentes desta pesquisa.

> Figura 12. Número de visitantes por hectare em 2014, informados pelos respondentes, por esfera administrativa, bioma e região geográfica



Fonte: Elaboração própria.



Fonte: Elaboração própria.

1.2 Índice visitação

O Índice “Visitação” reflete os resultados das respostas referentes a três perguntas relacionadas: (1) à satisfação das necessidades básicas de apoio à visitação, (2) à manutenção das estruturas de apoio à visitação e (3) ao aproveitamento do potencial de visitação do parque.

Conforme indicado nas notas metodológicas, foram atribuídas notas de 0 a 3 para cada alternativa de resposta nas duas primeiras perguntas mencionadas acima. A média entre as respostas foi transformada em base 0 a 100, sendo 0 o pior resultado e 100 o melhor resultado. O aproveitamento do potencial de visitação foi calculado conforme descrito no item 1.2.3.

Quando são comparados os diferentes órgãos gestores nacional e estaduais, os parques estaduais do Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e São Paulo destacam-se como aqueles que possuem os melhores índices entre os respondentes, no aspecto “visitação”.



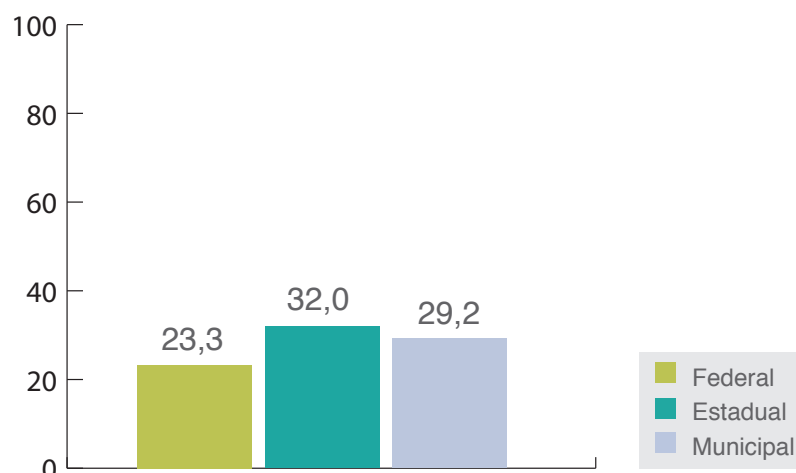
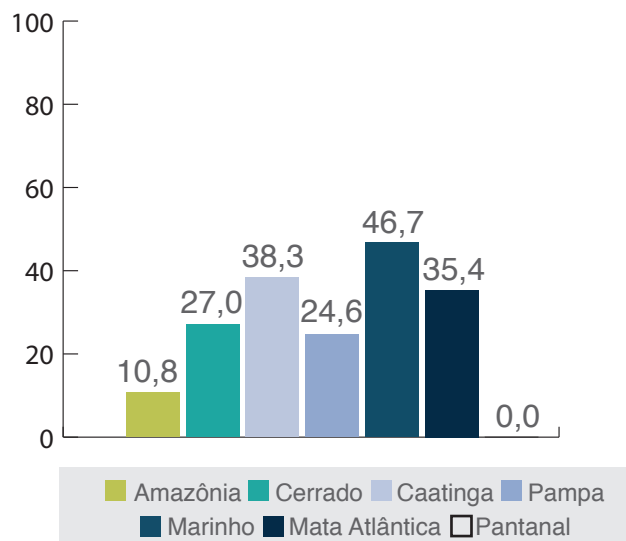
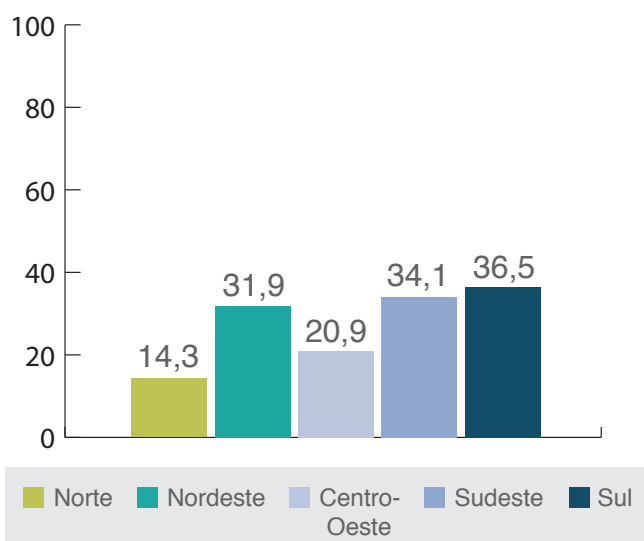
> Tabela 6. Órgãos gestores com melhor posicionamento no ranking, índice visitação

Órgão Gestor	Pontuação Índice Visitação
Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul	59,6
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo	52,9
Fundação para Conservação e a Produção Florestal do Estado de São Paulo	43,3

Fonte: Elaboração própria

A pontuação média geral de 30,1 entre os respondentes indica uma qualidade baixa em todas as esferas administrativas, regiões e biomas, como mostram os gráficos a seguir.

> Figura 13. Índice visitação, por região geográfica, bioma e esfera administrativa



Fonte: Elaboração própria.



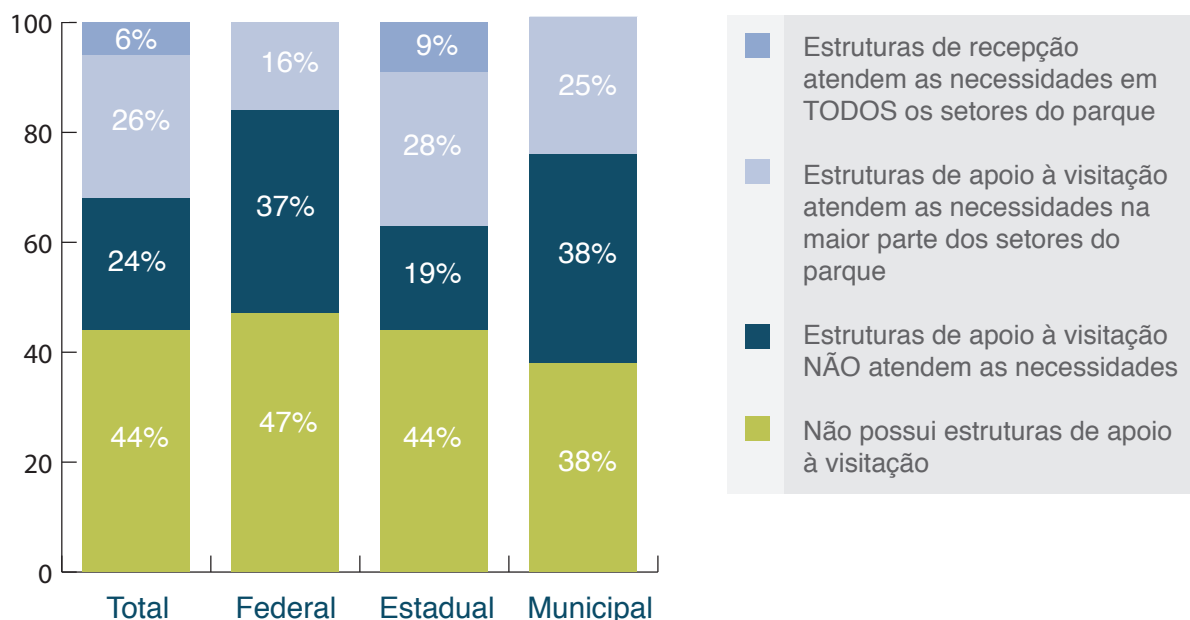
1.2.1 Satisfação das necessidades básicas de apoio à visitação

Sessenta e oito por cento (68%) dos parques informaram não possuir estruturas básicas de apoio à visitação ou possuir estruturas que não atendem as necessidades básicas dos visitantes. Entre os parques nacionais respondentes, esse percentual chega a 84%.

A falta de estruturas de apoio à visitação é generalizada em todas as esferas administrativas, como mostram as figuras a seguir, o que reflete diretamente, de maneira negativa, na experiência do visitante e na qualidade da visitação.

> Figura 14. Atendimento das necessidades básicas dos visitantes, por esfera administrativa

Indique a alternativa que mais reflete a realidade no seu parque quanto à satisfação das necessidades básicas de apoio à visitação.



Fonte: Elaboração própria.



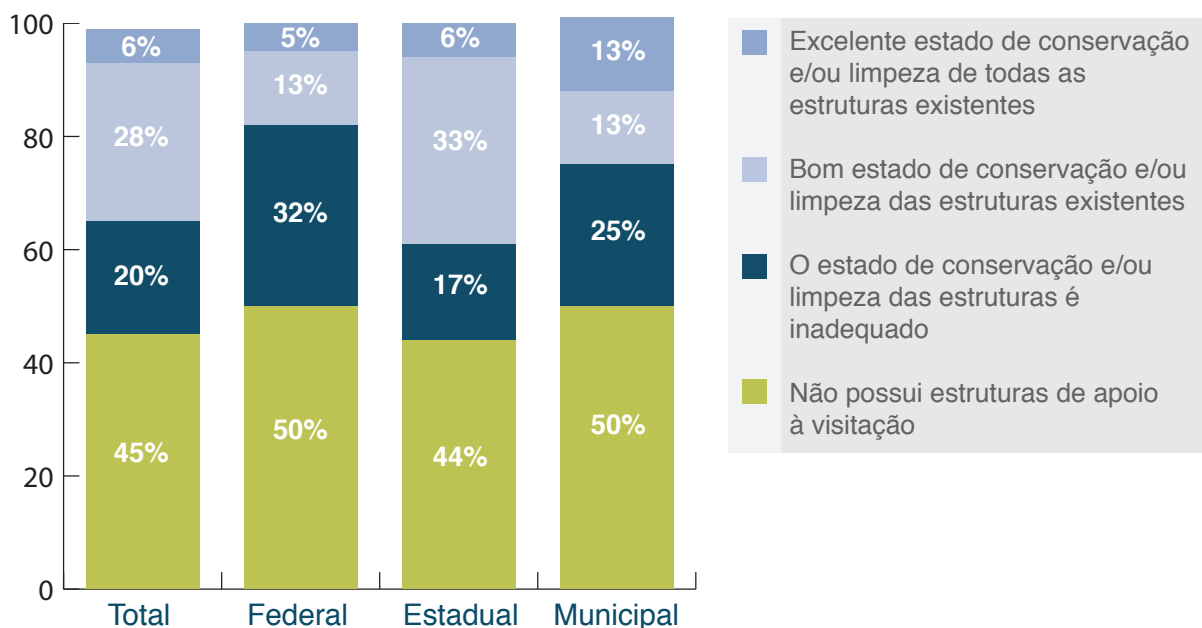
Entre os parques que informaram possuir ao menos um tipo de estrutura do apoio à visitação, em 38% deles há trilhas e mirantes; em 23% há algum tipo de infraestrutura básica⁷ de apoio à visitação, como banheiros. Em 7% deles há estruturas para alimentação⁸, como lanchonetes; em 14% há serviços de hospedagem; em 13% há serviços oferecidos por guias/condutores, serviços específicos como locação de equipamentos ou meios de transporte, serviços de fotografia e loja de souvenirs.

1.2.2 Manutenção das estruturas de apoio à visitação

Os respondentes também foram perguntados acerca da manutenção das estruturas de apoio à visitação existentes. Ainda que os percentuais informados sobre a não existência de estruturas de apoio à visitação sejam levemente diferentes em relação à seção anterior, nota-se um panorama parecido. Entre os parques federais, as estruturas existentes se mostram mais frágeis quando comparadas as demais esferas administrativas.

> Figura 15. Estado de conservação e limpeza das infraestruturas de apoio à visitação, por esfera administrativa

Indique a alternativa que mais reflete a realidade no seu parque quanto à manutenção das estruturas de apoio à visitação.



Fonte: Elaboração própria.

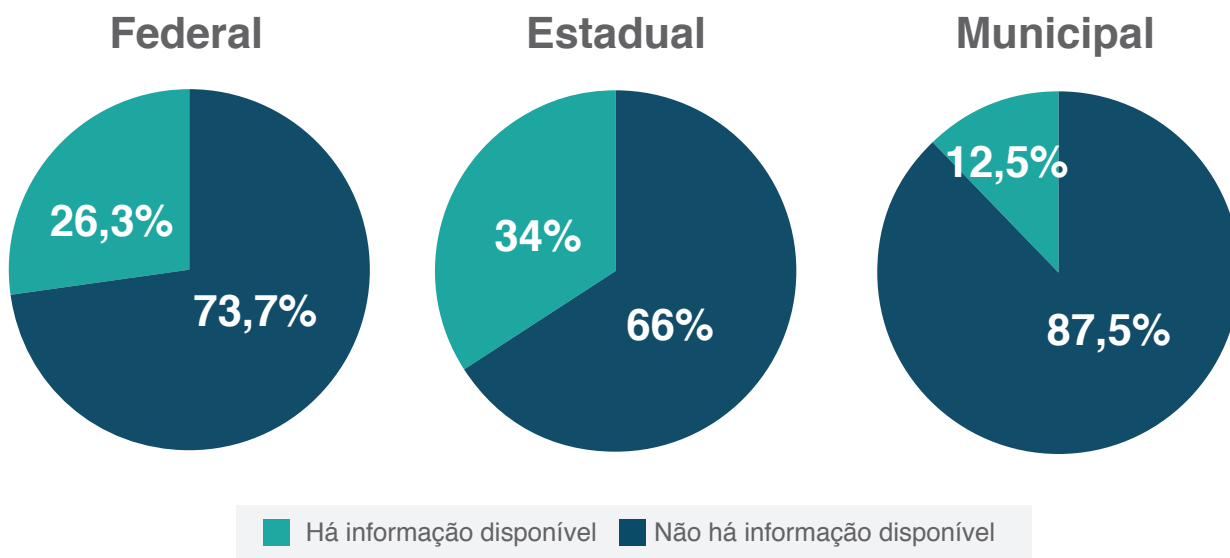


1.2.3 Aproveitamento do potencial de visitação

Quando perguntados sobre a existência de informação sobre o limite máximo de visitantes que o parque pode receber, apenas 17% dos respondentes conhecem esse número. O restante informou que não há plano de manejo e/ou outros estudos que contemplem essa informação sobre o parque, conforme mostram as figuras abaixo, por esfera administrativa.

> Figura 16. Existência de informações no plano de manejo ou outros estudos sobre número máximo de visitantes passível de ser recebido pelo parque respondente

Se houver essa definição, indique o número máximo de visitantes que o parque pode receber anualmente.



Fonte: Elaboração própria.



Para os parques onde a informação sobre o número máximo de visitantes está disponível e foi divulgada, calculamos o “índice de aproveitamento do potencial de visitação do parque”, comparando o volume de visitantes recebido em rela o ao número máximo de visitantes passível de ser recebido. O resultado   que os parques recebem apenas 37% dos visitantes que poderiam receber, respeitando as condi es estipuladas em seus planos de manejo do uso público.

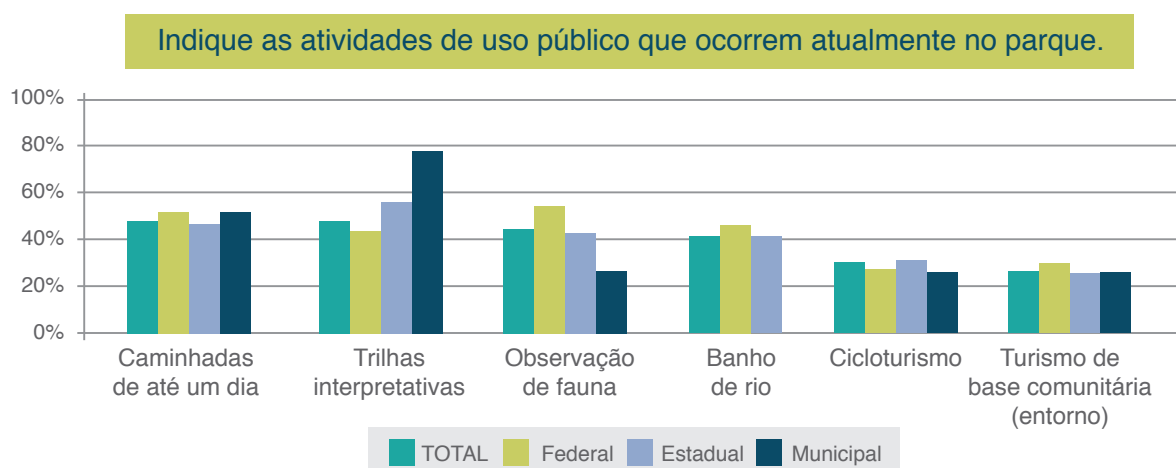
Vale notar que o dado acima deve ser considerado com cautela e apenas como uma informa o de referência. Em nível mundial, os chamados “números mágicos” calculados como a capacidade de carga dos parques, que refletem a informa o de “número máximo de visitantes que o parque pode receber”, estão caindo em desuso devido   fragilidade metodológica da estimativa desses valores.

1.3 Outros resultados que não compõem o  ndice

A. Atividades de visita o: ocorrência e potencial

Uma lista de atividades¹⁰ turísticas foi apresentada aos respondentes para que eles informassem se tais atividades (1) ocorrem atualmente no parque, (2) não ocorrem, mas há potencial para sua realiza o dentro do parque ou (3) não ocorrem e não há potencial. Nas figuras a seguir podem ser observadas, respectivamente, as principais atividades que já ocorrem nos parques respondentes e aquelas que ainda não ocorrem, mas há potencial para serem desenvolvidas, de acordo com os gestores.

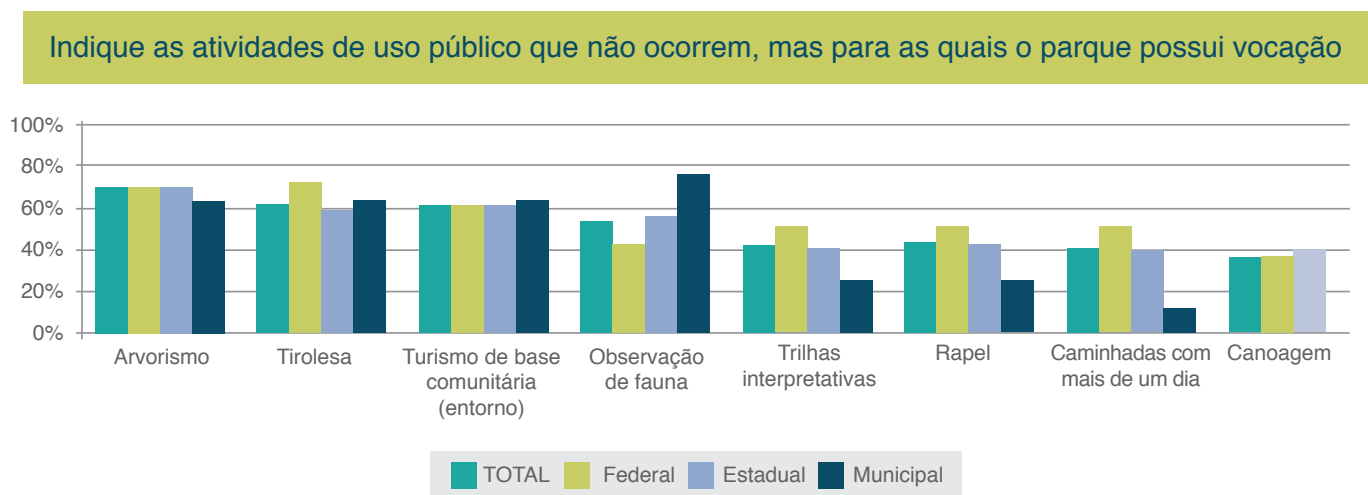
> Figura 17. Principais atividades de uso público que ocorrem nos parques, de acordo com os respondentes



Fonte: Elabora o própria.



> Figura 18. Principais atividades potenciais de uso público que ainda não ocorrem no parque, mas há potencial, de acordo com os respondentes



Fonte: Elaboração própria.

B. Percepção do gestor acerca do potencial de visitação e beleza cênica

Questionou-se também a opinião dos respondentes quanto à beleza cênica e ao potencial de visitação dos parques em que trabalham, em comparação a outros parques que conhecem. Entre 0, como menor nota, e 10, como maior nota, os gestores atribuíram nota média de 7,7 no quesito potencial para visitação e 8,4 em beleza cênica. As tabelas abaixo destacam as maiores médias de respostas entre os respondentes nos diferentes órgãos gestores de parques nacionais, estaduais e municipais.

> Tabela 7: Três maiores notas médias atribuídas à beleza cênica do parque pelo respondente, por órgão gestor

Órgão Gestor	Beleza Cênica (Nota 0-10)
Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina	10,00
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do Amazonas	10,00
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo	10,00

Fonte: Elaboração própria.



> Tabela 8: Três maiores notas médias atribuídas ao potencial de visitação do parque pelo respondente, por órgão gestor

Órgão Gestor	Potencial de Visitação (Nota 0-10)
Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina	10,00
Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia	9,33
Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte	9,00

Fonte: Elaboração própria.



2. Dimensão acesso



Para avaliar as condições globais de acesso aos parques, os respondentes foram questionados sobre a facilidade de acesso, o tempo médio de deslocamento para o parque a partir do aeroporto mais próximo e os meios de transporte usados e disponíveis para chegar ao parque. Os dois primeiros questionamentos fazem parte do índice mencionado abaixo. Na sequência, são mencionados mais detalhes acerca dos meios de transporte utilizados.

2.1 Índice acesso

O Índice “Acesso” reflete os resultados das respostas referentes às perguntas sobre (1) facilidade de acesso e (2) tempo necessário para chegar ao parque, a partir do aeroporto mais próximo.

Conforme indicado nas notas metodológicas desta pesquisa, foram atribuídas notas de 0 a 3 para cada alternativa de resposta nas duas perguntas mencionadas acima. A média entre as respostas foi transformada em base 0 a 100, sendo 0 o pior resultado e 100 o melhor resultado.

Quando são comparadas as pontuações entre os diferentes órgãos gestores nacional e estaduais, os parques estaduais do Rio de Janeiro, Ceará e Santa Catarina destacam-se como aqueles que possuem as melhores pontuações entre os respondentes.

> Tabela 9. Órgãos gestores com melhor posicionamento no ranking, índice acesso

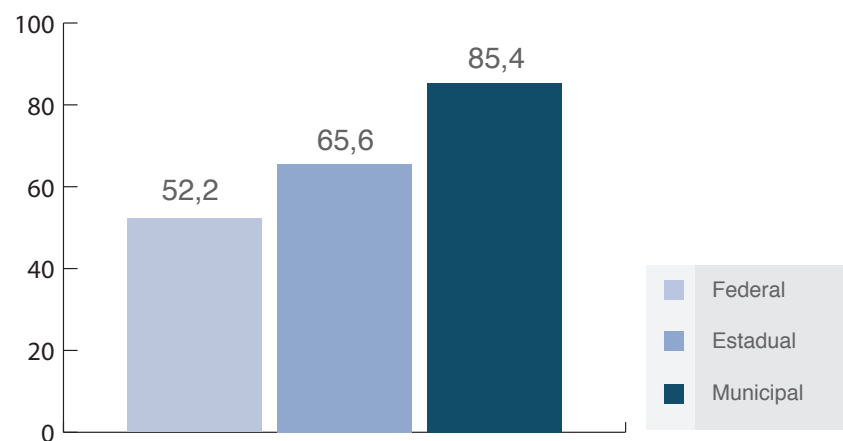
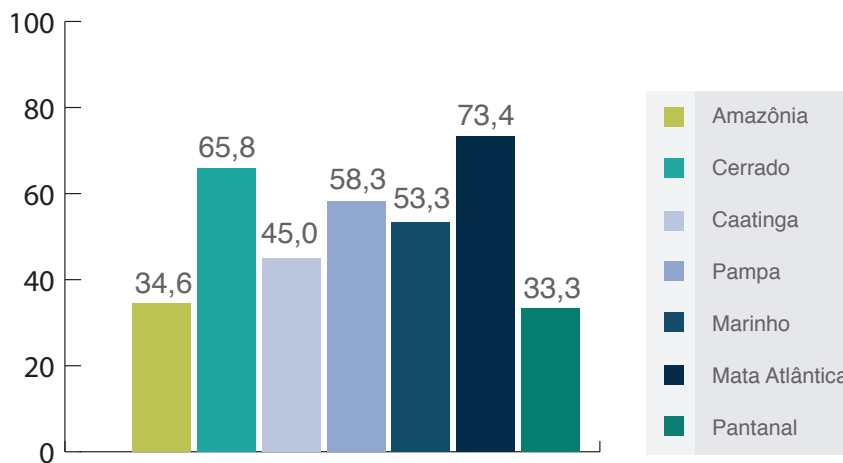
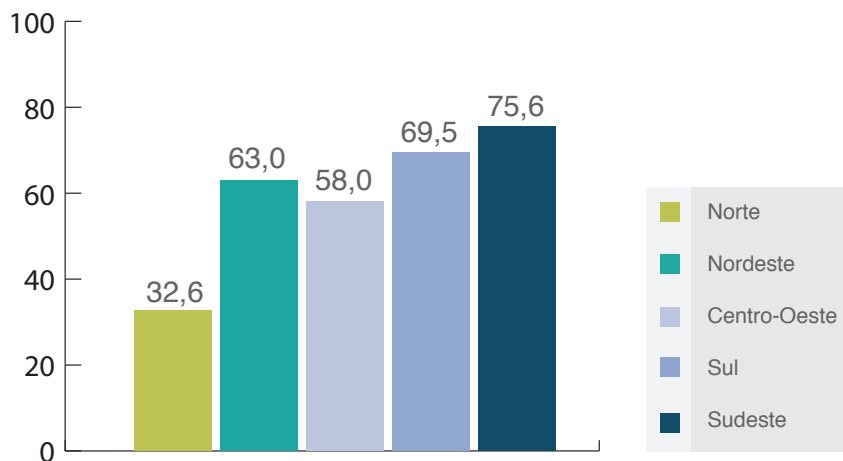
Órgão Gestor	Pontuação Índice Acesso
Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro	84,8
Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente do Ceará	88,3
Fundação de Meio Ambiente de Santa Catarina	88,3

Fonte: Elaboração própria.



O resultado geral deste índice entre todos os respondentes é 63,7. Os cenários apresentados nas figuras abaixo denotam a diversidade de realidades presentes entre os parques brasileiros, a depender, entre outros fatores, de sua localização.

> Figura 19. Índice acesso, por região geográfica, bioma e esfera administrativa



Fonte: Elaboração própria.

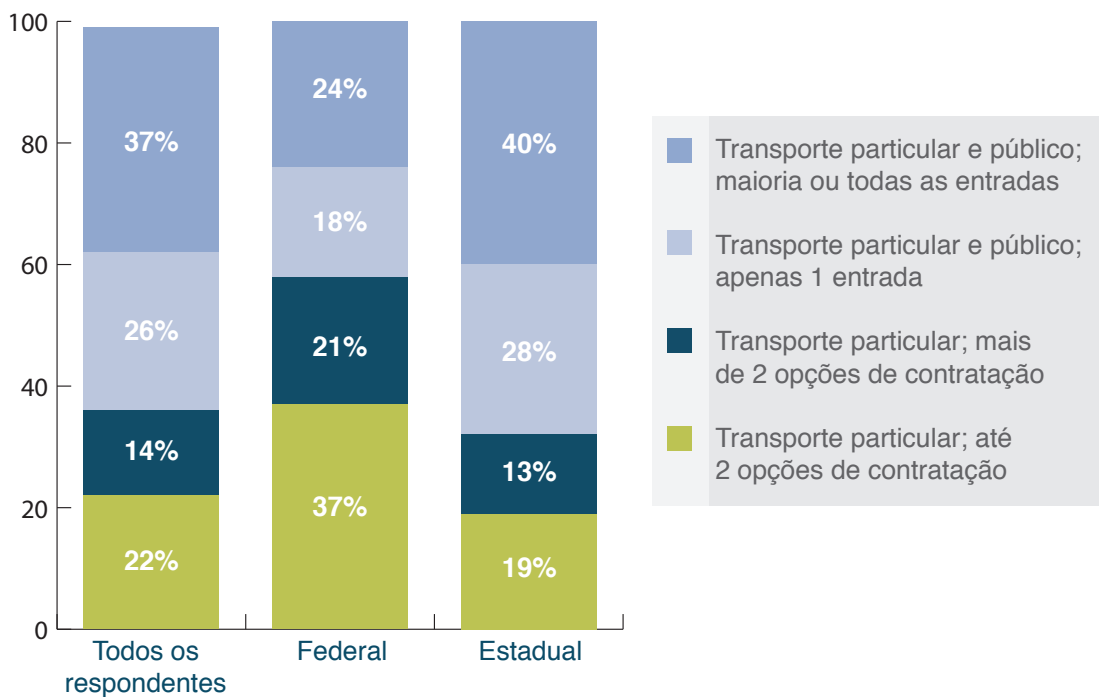


2.1.1 Facilidade de acesso

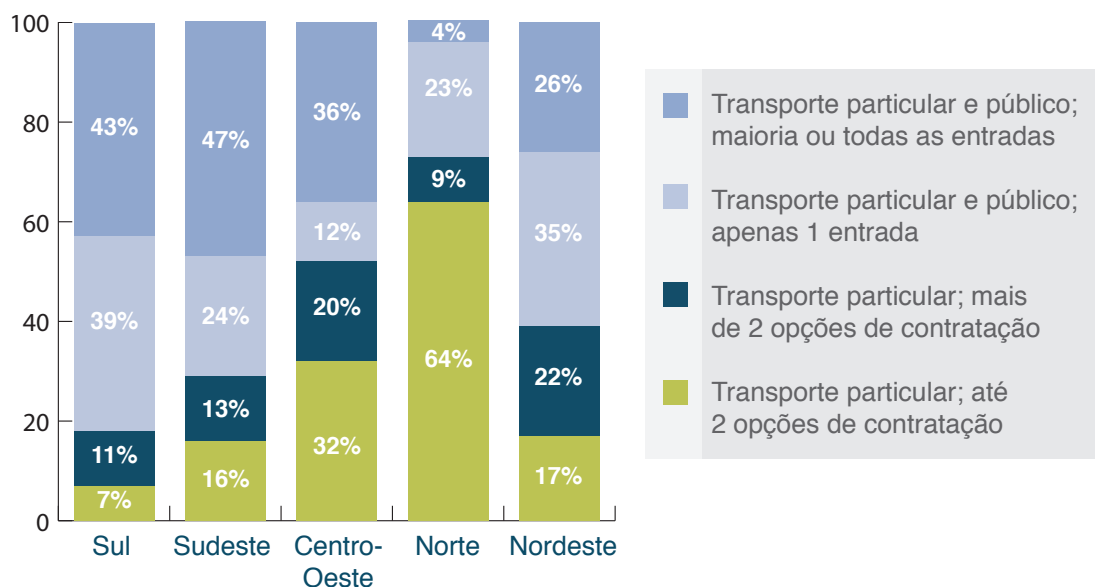
Nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste há mais opções de acesso via transporte público para os parques, em comparação com as demais.

> Figura 20. Facilidade de acesso aos parques participantes, por esfera administrativa e por região geográfica

Indique a alternativa que mais reflete a realidade do parque quanto à facilidade de acesso para visitantes.



Fonte: Elaboração própria.



Fonte: Elaboração própria.

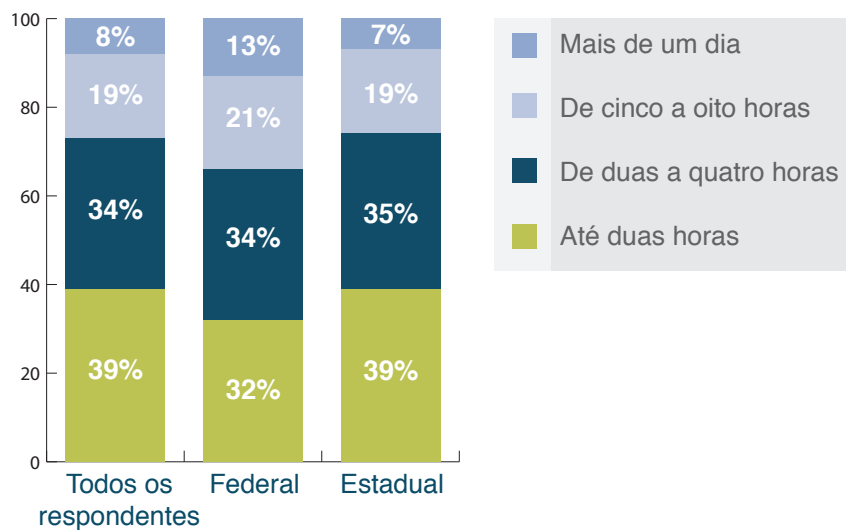


2.1.2 Tempo médio para acessar o parque

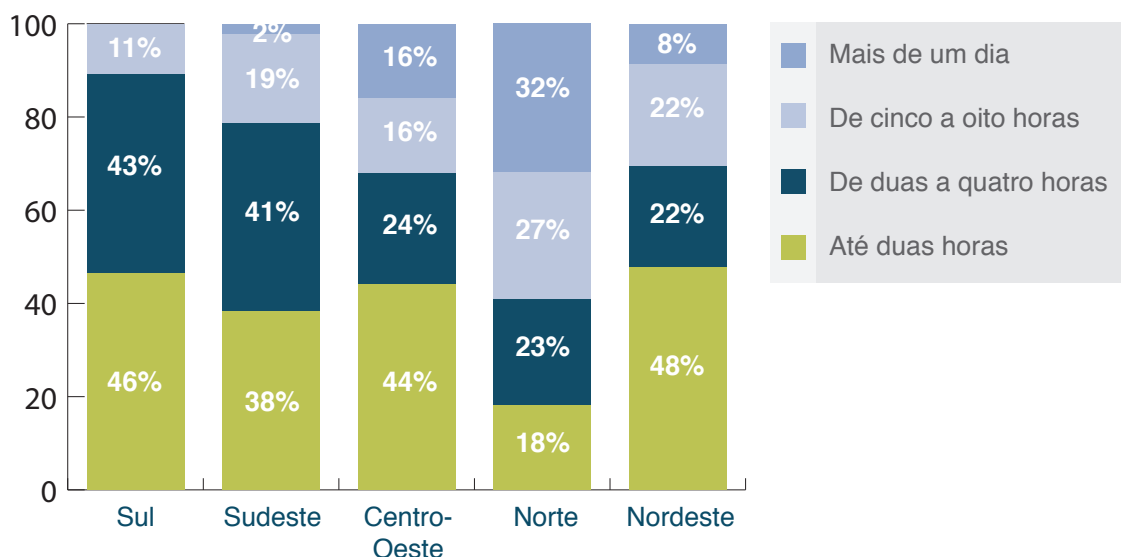
Setenta e três por cento (73%) dos respondentes afirmaram que o tempo de acesso ao aeroporto mais próximo é de até 4 horas. Quando olhamos em mais detalhes para as diferentes regiões brasileiras, percebemos que mais de 45% dos parques na região Sul e Nordeste podem ser acessados em até duas horas a partir do aeroporto mais próximo. Esse percentual cai para 18% na região Norte, onde em mais de 30% dos parques é preciso 1 dia de viagem para acesso, a partir do aeroporto mais próximo.

> Figura 21. Tempo de deslocamento para acesso ao parque, a partir do aeroporto mais próximo, por esfera administrativa e por região geográfica

Qual o tempo médio necessário para acessar o parque, a partir do aeroporto mais próximo, considerando o tipo de transporte mais comumente utilizado?



Fonte: Elaboração própria.



Fonte: Elaboração própria.



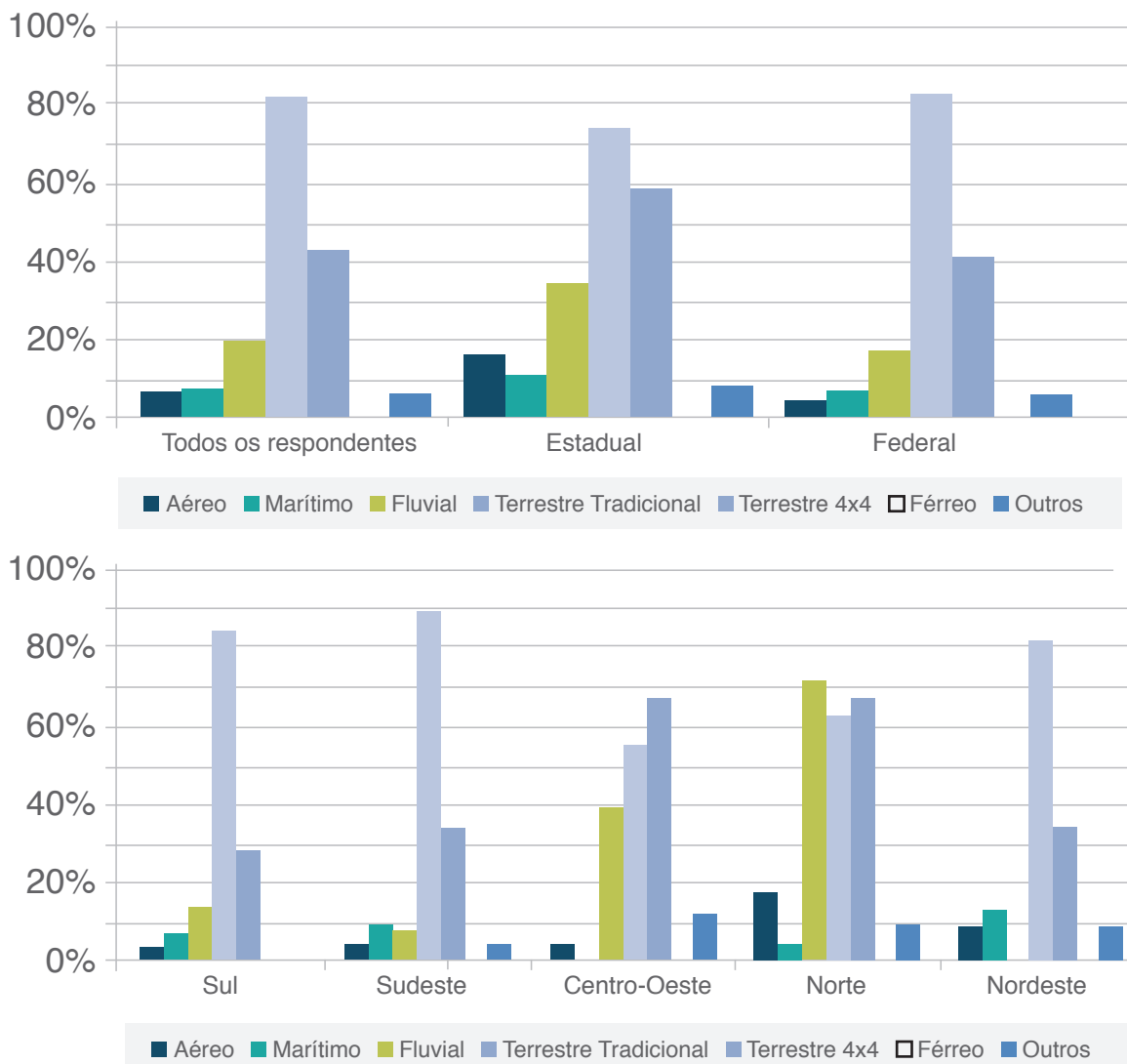
2.2 Outros resultados que não compõem o índice

A. Meios de transporte disponíveis para acesso ao parque

Quanto aos meios de transporte disponíveis para acessar o parque, 81% dos respondentes afirmaram que o parque em que trabalham pode ser acessado via transporte terrestre tradicional. Na figura abaixo notam-se os resultados por esfera administrativa e região geográfica.

> Figura 22. Uso/disponibilidade de meios para acesso de visitantes ao parque, por tipo, por esfera administrativa e por região geográfica

Indique os tipos de meio de transporte usados e disponíveis para o acesso de visitantes ao parque.



Fonte: Elaboração própria



3. Dimensão planejamento e gestão



3.1 Índice de planejamento e gestão

O Índice “Planejamento e Gestão” reflete os resultados das respostas referentes às perguntas sobre (1) existência e atualidade dos documentos básicos de gestão (plano de manejo e plano de uso público) e (2) sobre regularização fundiária da área total do parque e área de uso público.

Conforme indicado nas notas metodológicas desta pesquisa, foram atribuídas notas de 0 a 3 para cada alternativa de resposta nas perguntas mencionadas acima. A média entre as respostas foi transformada em base 0 a 100, sendo 0 o pior resultado.

Quando são comparados os diferentes órgãos gestores nacional e estaduais, os parques estaduais Mato Grosso do Sul, Espírito Santo e Paraná destacam-se como aqueles que possuem os melhores índices entre os respondentes, no aspecto “gestão e planejamento”.

> Tabela 10. Órgãos gestores com melhor posicionamento no *ranking*, índice gestão e planejamento

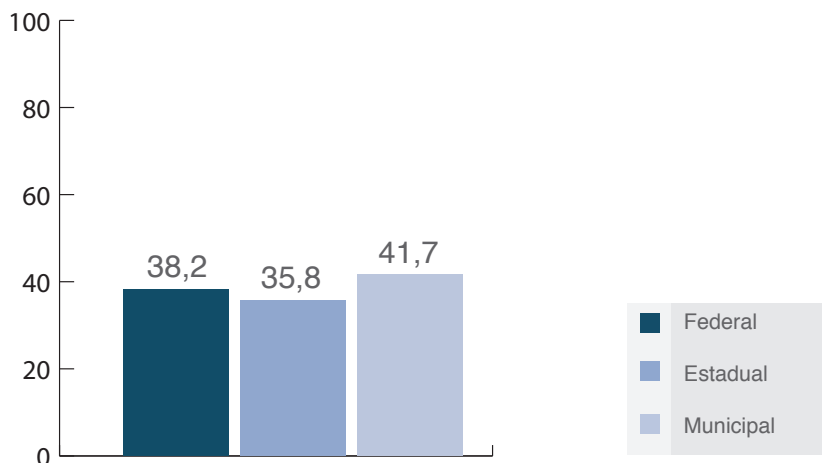
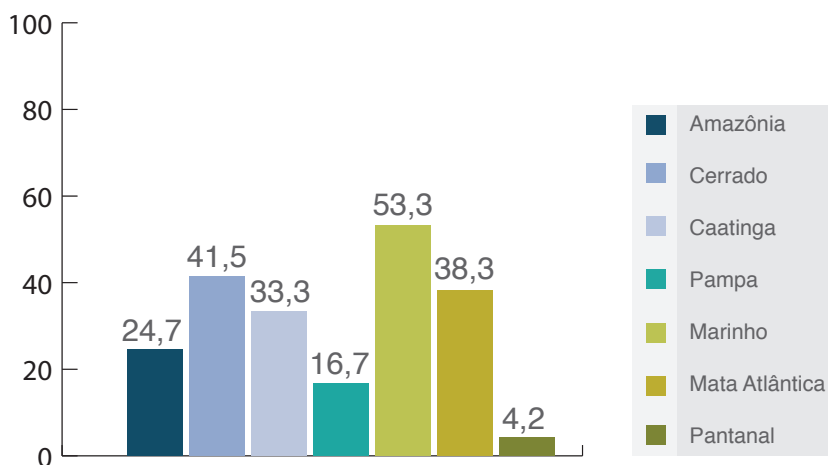
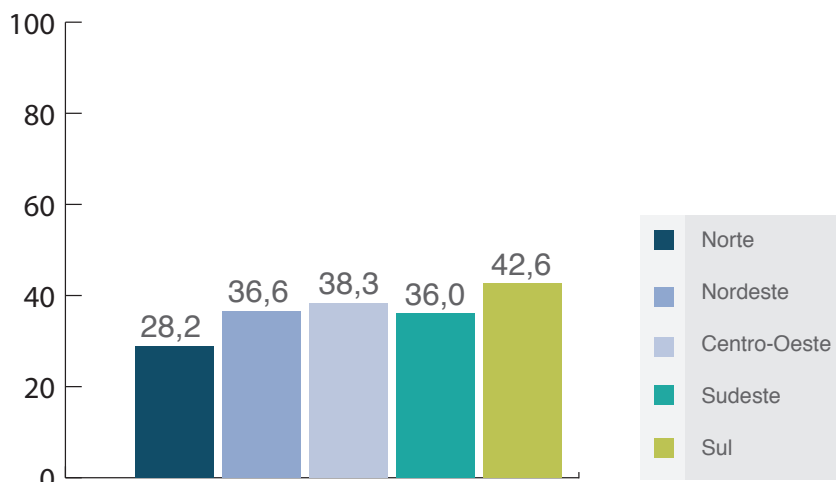
Órgão Gestor	Pontuação no Índice Planejamento
Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul	58,3
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo	52,7
Instituto Ambiental do Paraná	51,9

Fonte: Elaboração própria.



O resultado geral deste índice entre todos os respondentes é de 36,5. Resultados por região, bioma e esfera administrativa encontram-se ilustrados nos gráficos abaixo.

> Figura 23. Índice de planejamento e gestão, por região, bioma e esfera



Fonte: Elaboração própria.



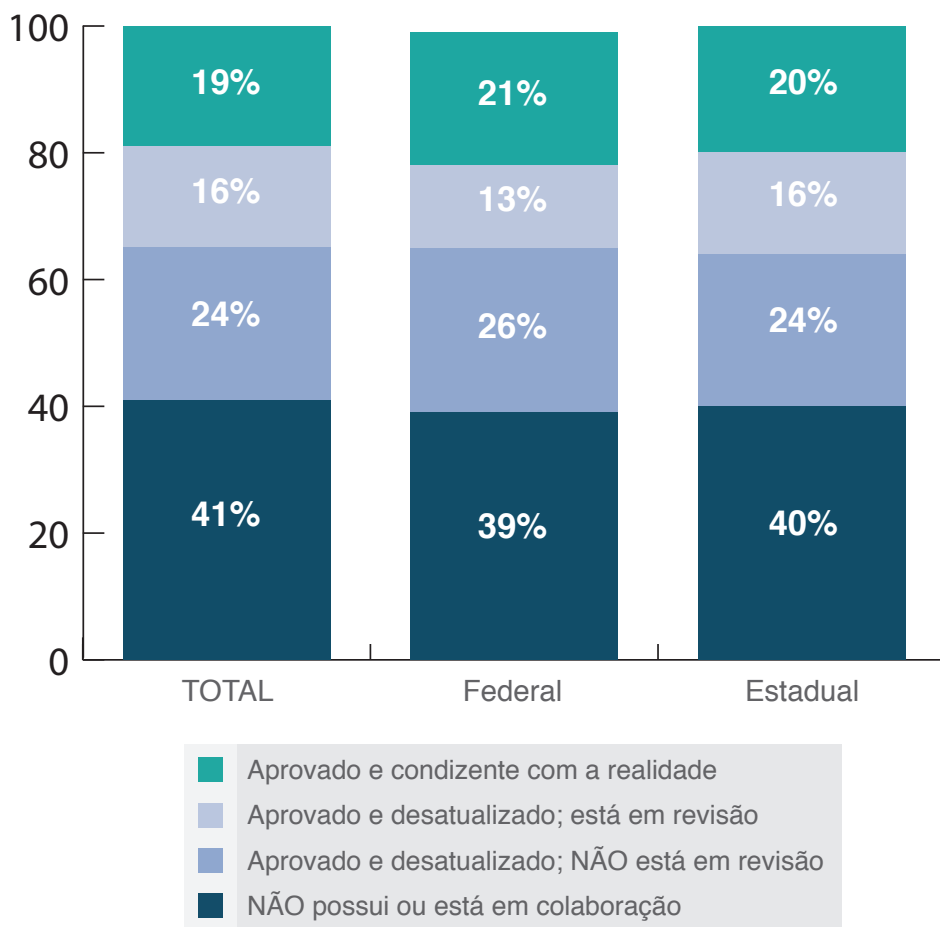
3.1.1 Documentos de planejamento e gestão

Dos parques participantes, 59% possuem plano de manejo, porém apenas 19% possuem o plano de manejo aprovado e condizente com a realidade, conforme mostra a figura abaixo.

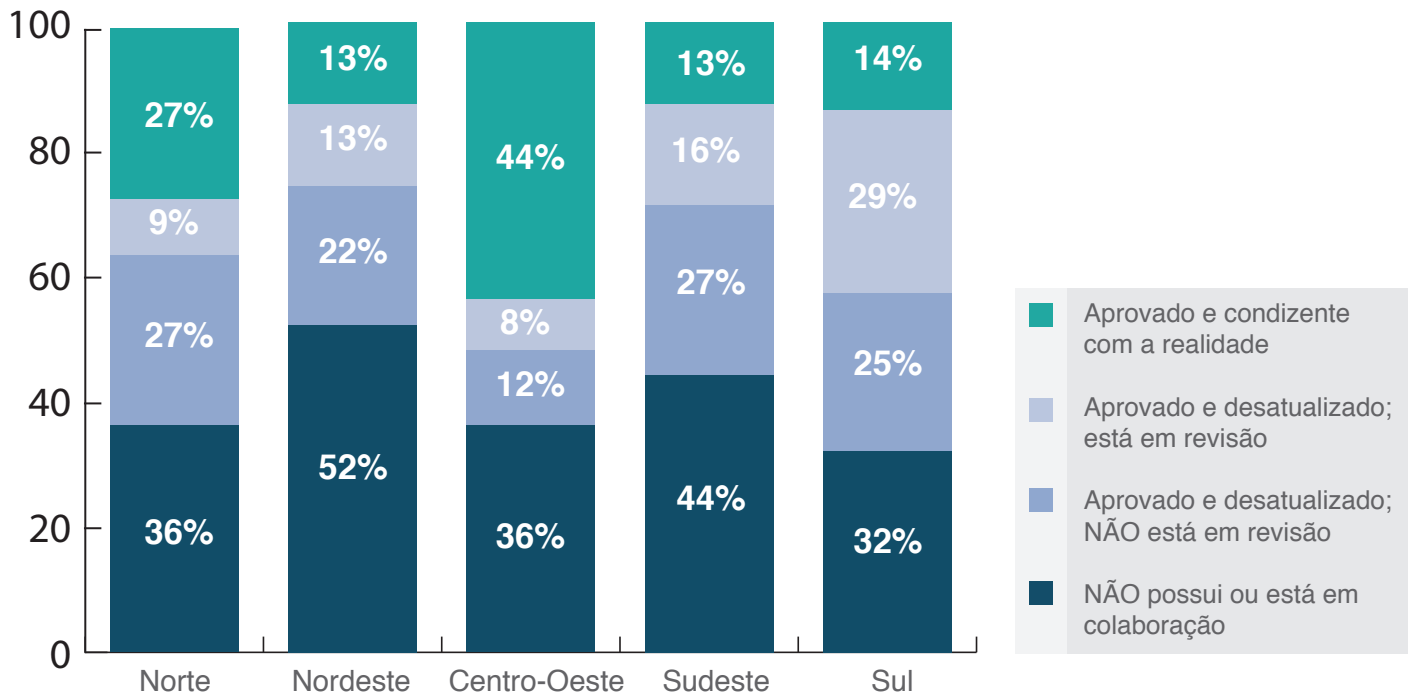
O estado do Mato Grosso se destaca nesse cenário porque cerca de 53% dos parques do estado respondentes desta pesquisa informaram que possuem plano de manejo condizente com a realidade.

> Figura 24. Existência e situação do plano de manejo do parque, por esfera administrativa e por região geográfica

Para o seguinte tópico, indique a alternativa que mais reflete a realidade no seu parque: plano de manejo.



Fonte: Elaboração própria.

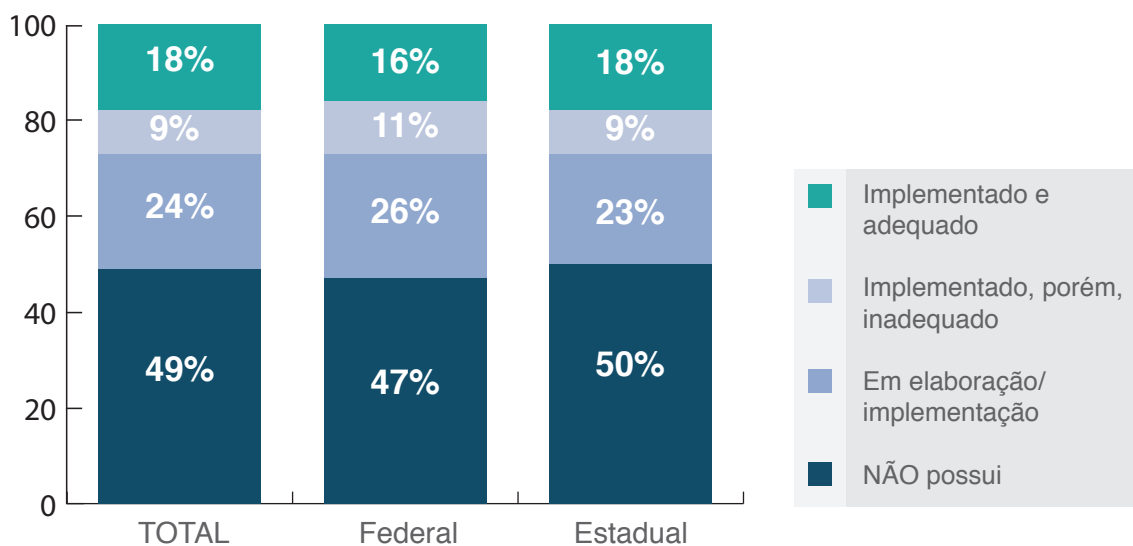


Fonte: Elaboração própria.

As respostas acerca da existência e implementação de planos de uso público seguem padrão semelhante às respostas referentes a plano de manejo, como ilustrado na figura abaixo. Dos parques participantes, quase a metade dos parques (49%) não possui plano de uso público e em apenas 18% deles o plano está adequado e implementado.

> Figura 25. Existência e situação do plano de uso público do parque, por esfera administrativa

Para o seguinte tópico, indique a alternativa que mais reflete a realidade no seu parque: planejamento do uso público.



Fonte: Elaboração própria.



3.1.2 Situação fundiária

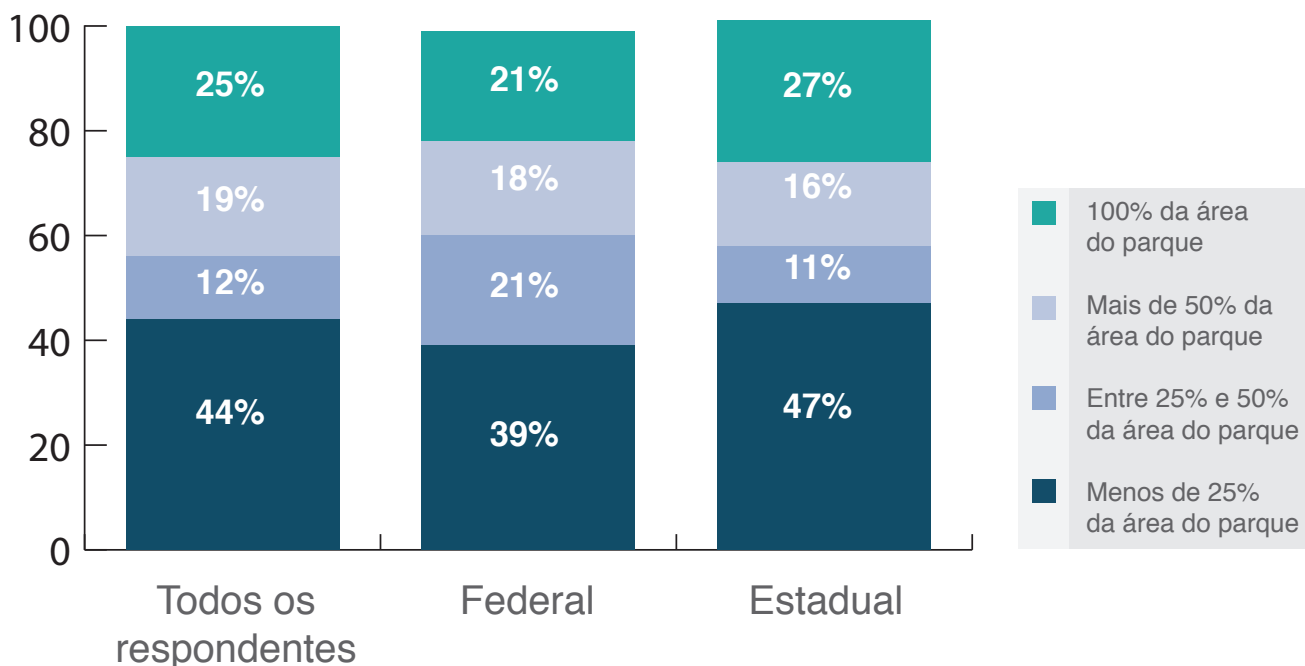
Os gestores foram questionados acerca da situação fundiária da área total do parque em que trabalham e também da área destinada às atividades de uso público.

Entre os parques participantes da pesquisa, quarenta e quatro por cento (44%) possui menos de 25% da área total do parque regularizada, enquanto 25% dos parques possuem 100% de sua área regularizada.

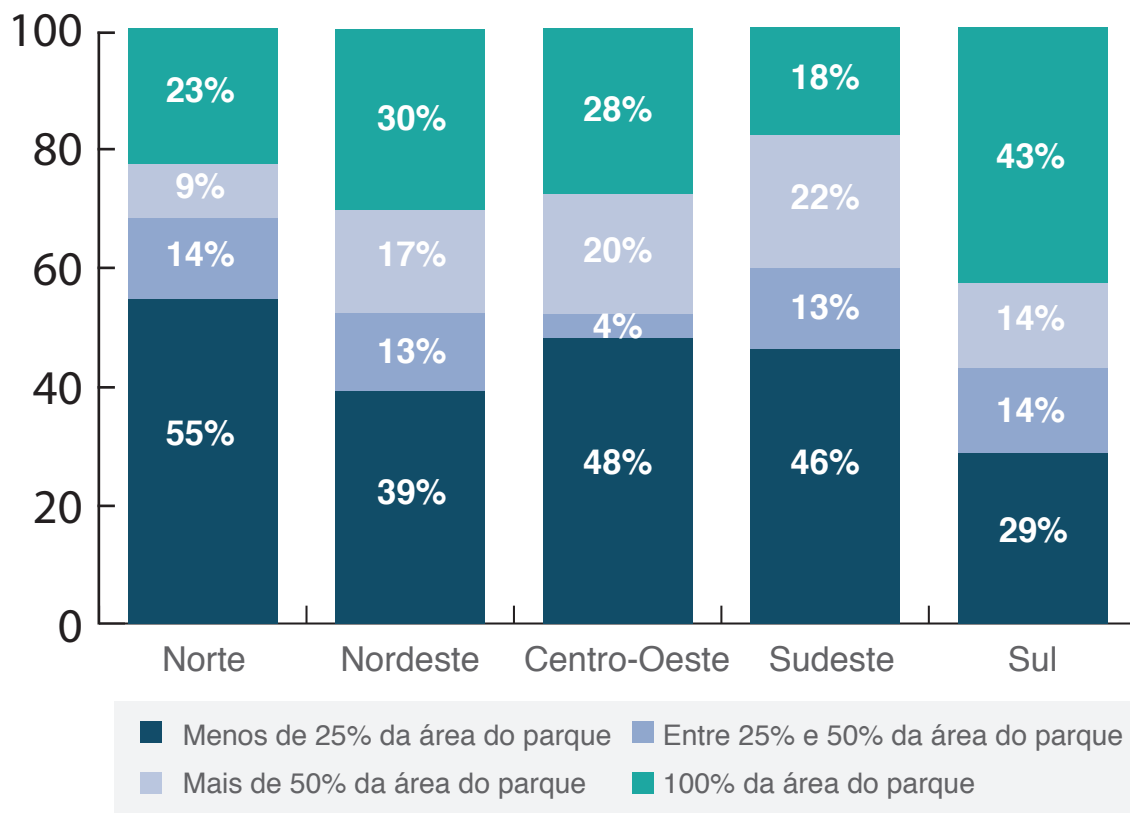
O destaque nesse quesito fica para o estado do Paraná, onde 60% dos gestores dos parques administrados pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) informaram que 100% da área do parque encontra-se regularizada em termos fundiários.

> Figura 26. Regularização fundiária da área total do parque, por esfera administrativa e por região geográfica

Qual o percentual da área total do parque já foi regularizado fundiariamente (segundo o plano de manejo, se houver, ou segundo estimativas).



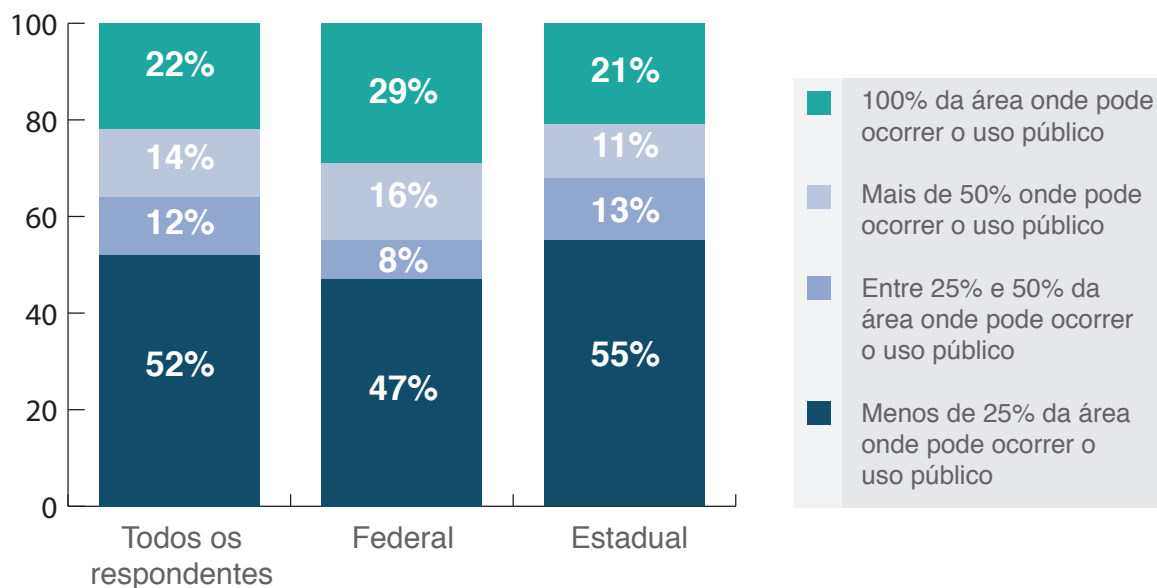
Fonte: Elaboração própria.



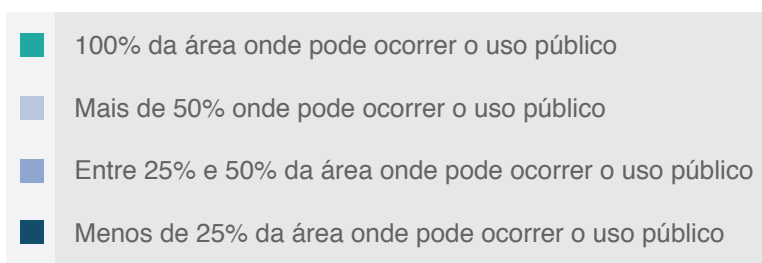
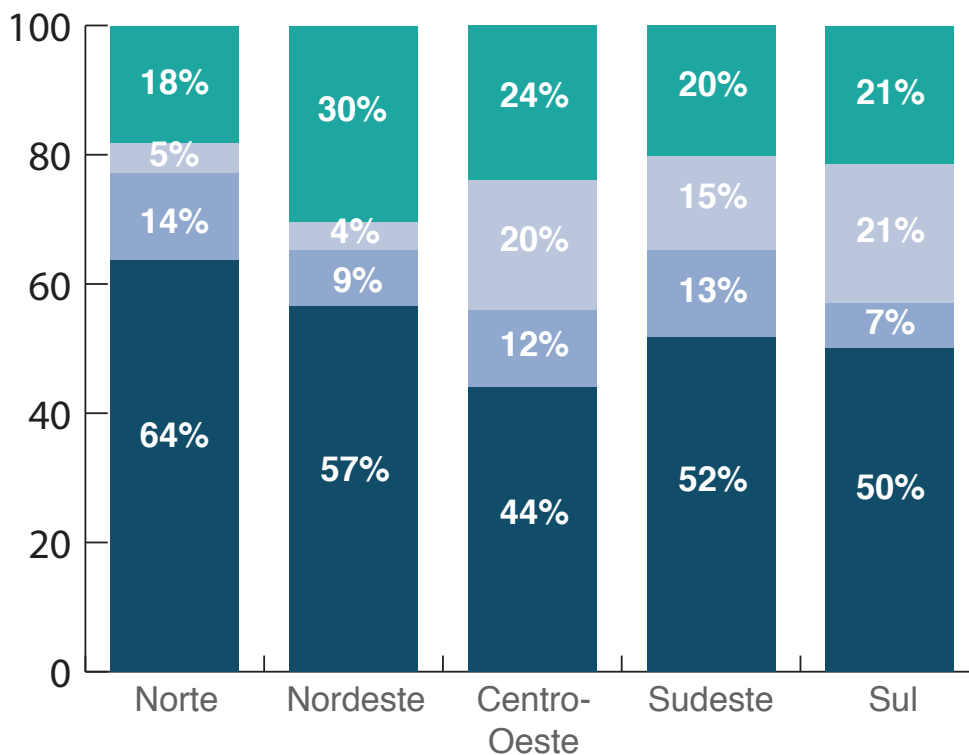
Fonte: Elaboração própria.

➤ Figura 27. Regularização fundiária da área onde pode ocorrer o uso público do parque, por esfera administrativa e região geográfica

Qual percentual da área onde pode ocorrer o uso público já foi regularizado fundiariamente (segundo o plano de manejo, se houver, ou segundo estimativas)?



Fonte: Elaboração própria.



Fonte: Elaboração própria.



4. Dimensão monitoramento e regulação



4.1 Índice de monitoramento e regulação

O Índice “Monitoramento e Regulação ” reflete os resultados das respostas referentes às perguntas sobre (1) controle e monitoramento dos impactos de uso público, (2) controle da qualidade de serviços de terceiros prestados no parque e (3) existência/nível de atividade de Conselhos e Câmaras Técnicas no parque.

Conforme indicado nas notas metodológicas desta pesquisa, foram atribuídas notas de 0 a 3 para cada alternativa de resposta nas três perguntas mencionadas acima. A média entre as respostas foi transformada em base 0 a 100, sendo 0 o pior resultado.

Quando são comparados os diferentes órgãos gestores nacional e estaduais, os parques estaduais Tocantins, Goiás e Rio de Janeiro destacam-se como aqueles que possuem os melhores índices entre os respondentes, no aspecto “monitoramento e regulação”.

> Tabela 11. Órgãos gestores com melhor posicionamento no *ranking*, índice monitoramento e regulação

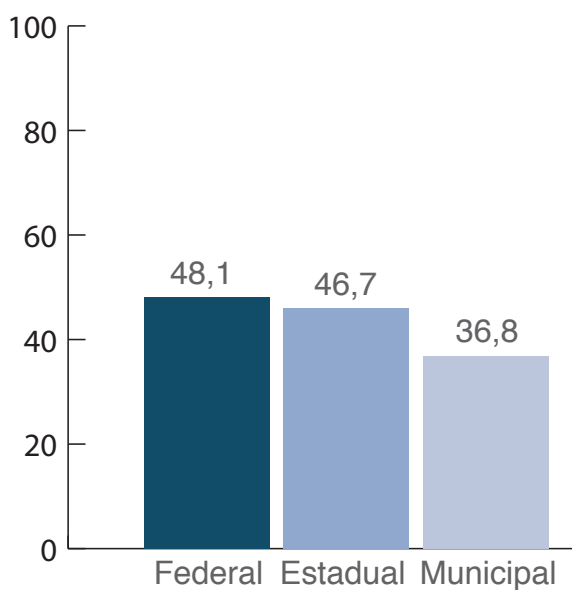
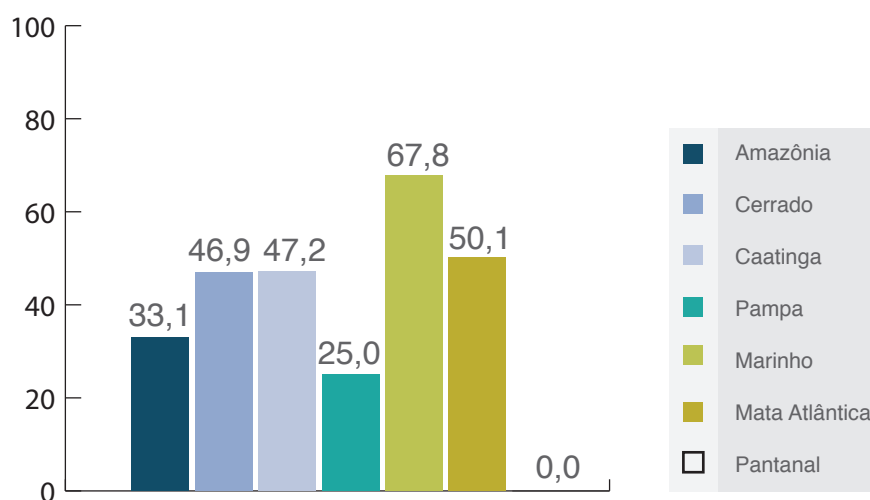
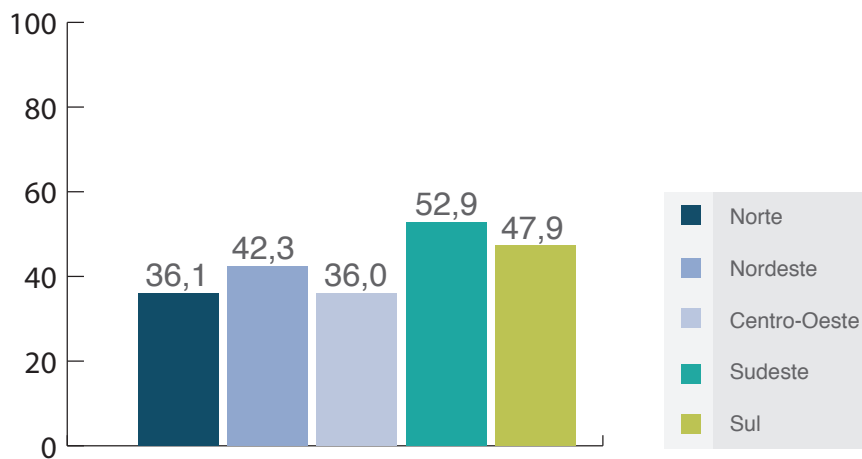
Órgão Gestor	Pontuação no Índice Monitoramento e Regulação
Instituto Natureza do Tocantins	66,66
Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás	61,11
Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro	59,59

Fonte: Elaboração própria.

O resultado geral deste índice entre todos os respondentes é de 46,6. Os resultados por região, bioma e esfera administrativa se encontram ilustrados nos gráficos abaixo.



> Figura 28. Índice monitoramento, por região geográfica, bioma e esfera administrativa



Fonte: Elaboração própria

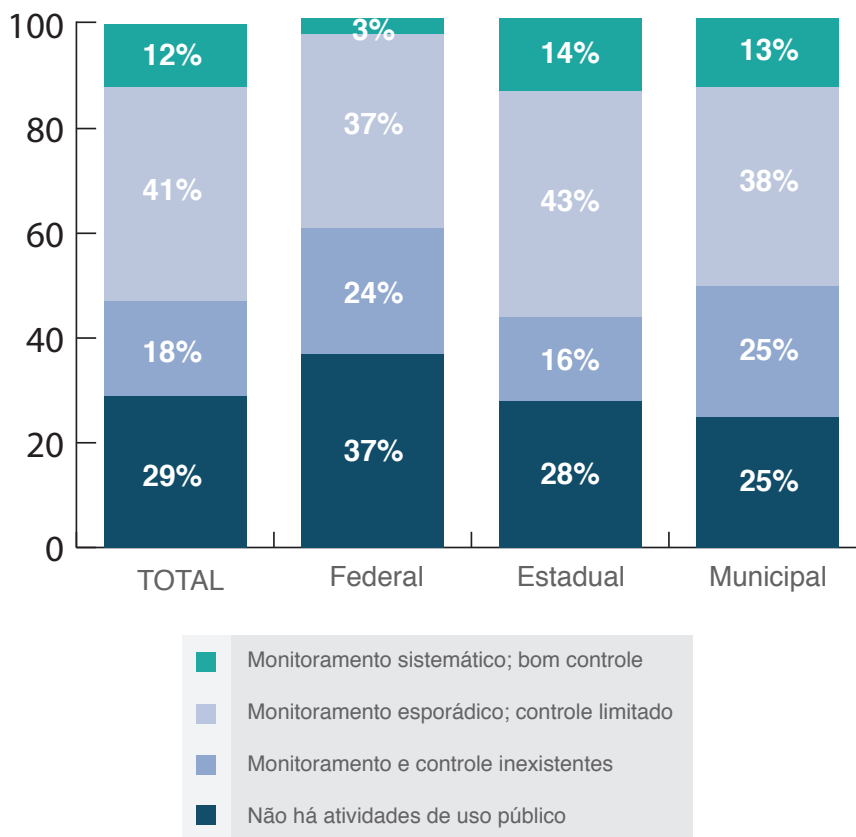


4.1.1 Monitoramento dos impactos do uso público

Em relação ao monitoramento do impacto das atividades de uso público, 53% dos gestores respondentes informaram que realizam tal monitoramento. Contudo, apenas 12% realizam o monitoramento de forma sistemática, planejada, contínua e com o uso de indicadores, permitindo um bom controle dos impactos, e por consequência, uma melhor experiência de visitação.

> Figura 29. Monitoramento e controle do impacto das atividades de uso público nos parques participantes, por esfera administrativa

Para o seguinte tópico, indique a alternativa que mais reflete a realidade no seu parque: controle e monitoramento dos impactos de uso público.



Fonte: Elaboração própria.

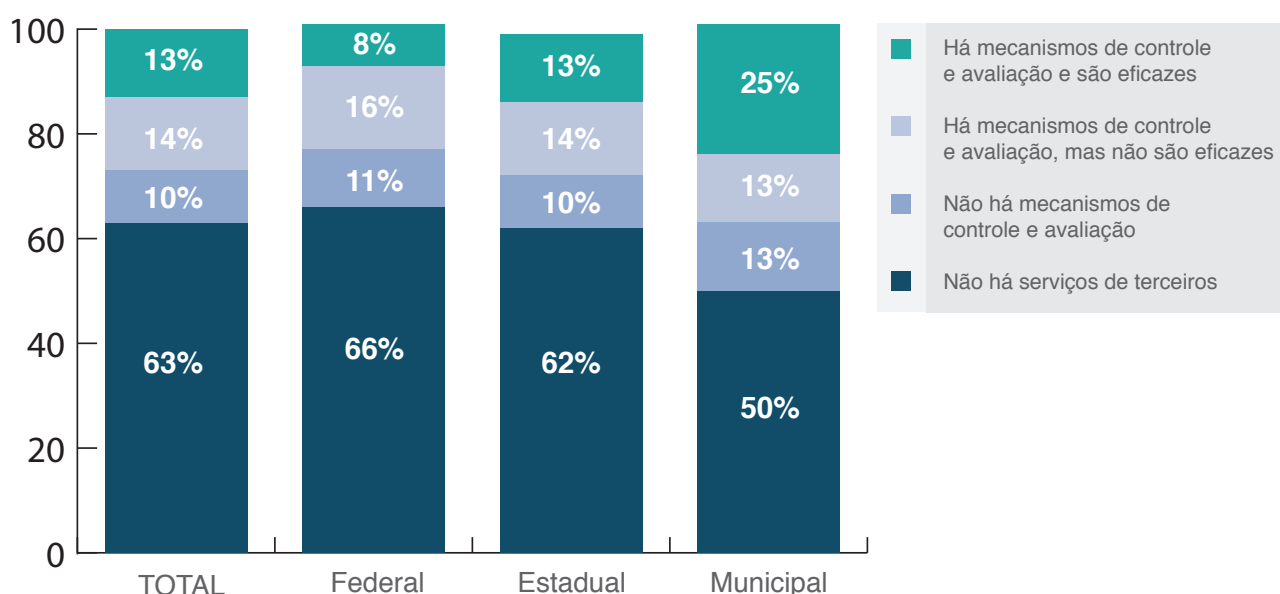


4.1.2 Controle de qualidade de serviços prestados por terceiros no parque

Entre os parques respondentes, vinte e sete por cento (27%) possuem serviços oferecidos por terceiros e há mecanismos de controle e avaliação da qualidade de tais serviços. Além disso, em apenas 13% dos parques esses mecanismos são considerados eficazes pelos gestores, propiciando oportunidades de melhorias dos serviços prestados, como mostra a figura abaixo.

> Figura 30. Monitoramento e controle da qualidade dos serviços oferecidos por terceiros, por esfera administrativa

Indique a alternativa que mais reflete a realidade no seu parque quanto ao controle da qualidade de serviços de terceiros e concessionados.



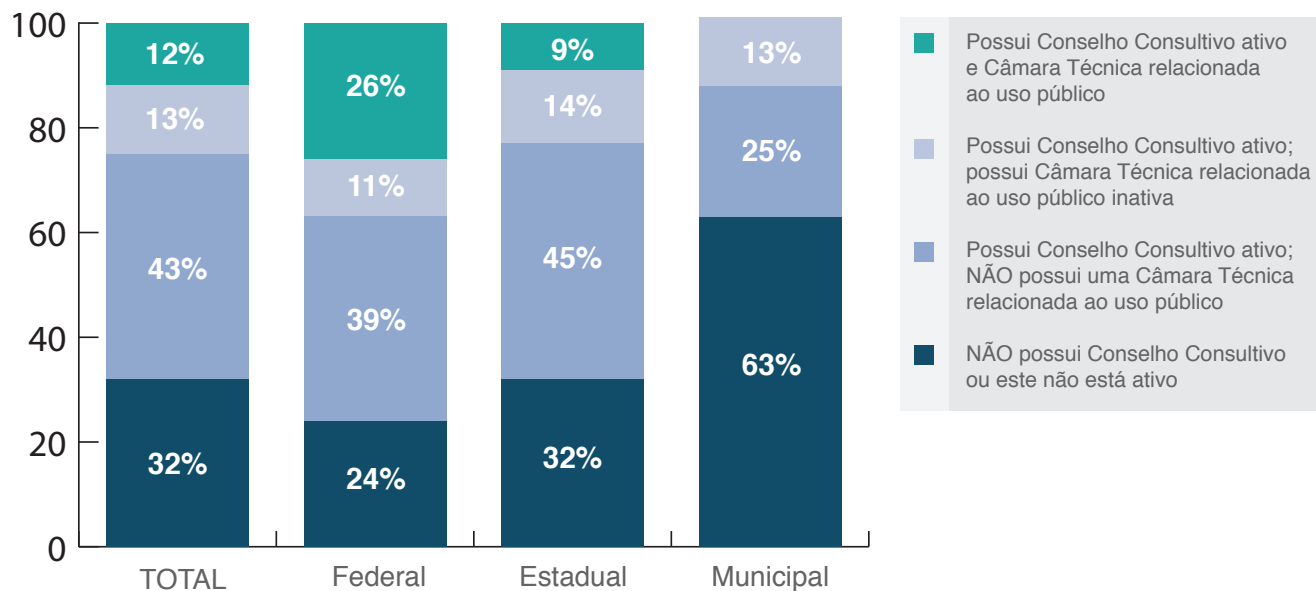
Fonte: Elaboração própria.

4.1.3 Existência/nível de atividade de Conselhos e Câmaras Técnicas no parque

Cerca de 68% dos parques participantes possuem Conselho Consultivo, porém apenas 12% possuem Câmara Técnica relacionada com algum aspecto de uso público (turismo, montanhismo, escalada, etc.). Novamente, nota-se a timidez da participação civil nos parques, não apenas no voluntariado, mostrado anteriormente, como em iniciativas desse tipo.



> Figura 31. Existência e atividade do Conselho Consultivo e da Câmara Técnica nos parques participantes, por esfera administrativa



Fonte: Elaboração própria.



5. Dimensão recursos financeiros associados ao uso público



A fim de contribuir para o melhor entendimento sobre o nível de disponibilidade, geração e reinvestimento de recursos financeiros associados ao uso público nos parques, a pesquisa selecionou alguns aspectos que contribuem de forma direta para o tema. São eles: a clareza sobre o orçamento e existência de rubrica específica no orçamento do parque para atividades de uso público, a busca por recursos externos específicos para projetos de UP, a cobrança de ingressos para visitação e a cobrança por serviços de apoio à visitação nesses espaços. Além disso, os respondentes foram questionados acerca das possibilidades de reinvestimento das receitas geradas no próprio parque.

5.1 Índice recursos financeiros para o uso público

O Índice “Recursos Financeiros Associados ao Uso Público” reflete os resultados das respostas referentes às perguntas sobre (1) existência de rubrica orçamentária específica para uso público no orçamento do parque, (2) busca por recursos externos para uso público e (3) cobrança por serviços e atividades de uso público dentro do parque. Apesar de terem sido feitas perguntas sobre outros tópicos associados a recursos financeiros nessa seção, apenas os itens acima foram considerados na composição do índice.

Conforme indicado nas notas metodológicas desta pesquisa, foram atribuídas notas de 0 a 3 para cada alternativa de resposta nas três perguntas mencionadas acima. A média entre as respostas foi transformada em base 0 a 100, sendo 0 o pior resultado.

O resultado geral deste índice entre todos os respondentes é de 22,22. Destaque aos estados de Goiás e Mato Grosso do Sul, que mostraram índices significativamente maiores do que a média dos demais (44,4).



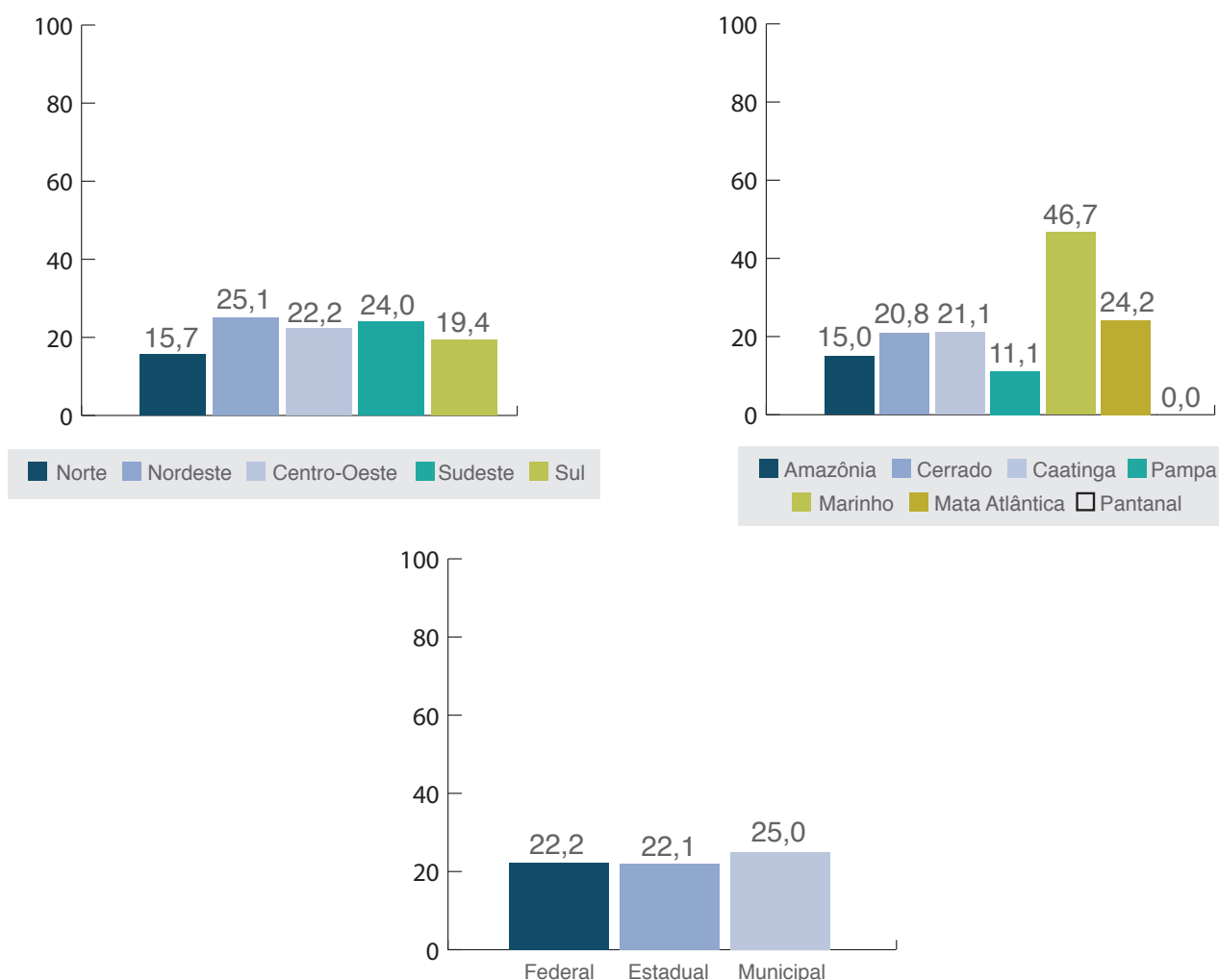
> Tabela 12. Órgãos gestores com melhor posicionamento no ranking, índice recursos financeiros

Órgão Gestor	Pontuação Índice Recursos Financeiros
Secretaria Estadual do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos de Goiás	44,44
Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul	44,44
Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Espírito Santo	29,62

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados dos índices por região, bioma e esfera administrativa encontram-se ilustrados nos gráficos.

> Figura 32. Índice recursos financeiros, por região, bioma e esfera administrativa



Fonte: Elaboração própria.

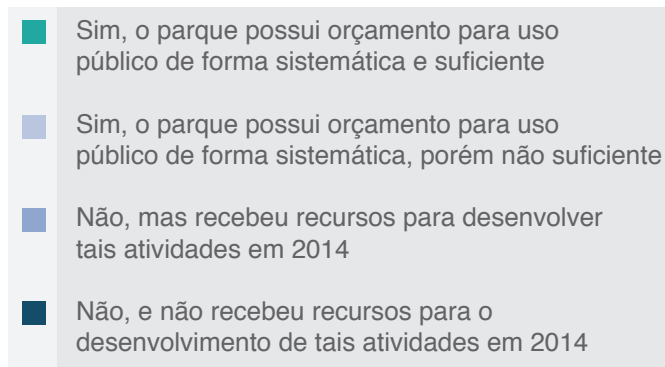
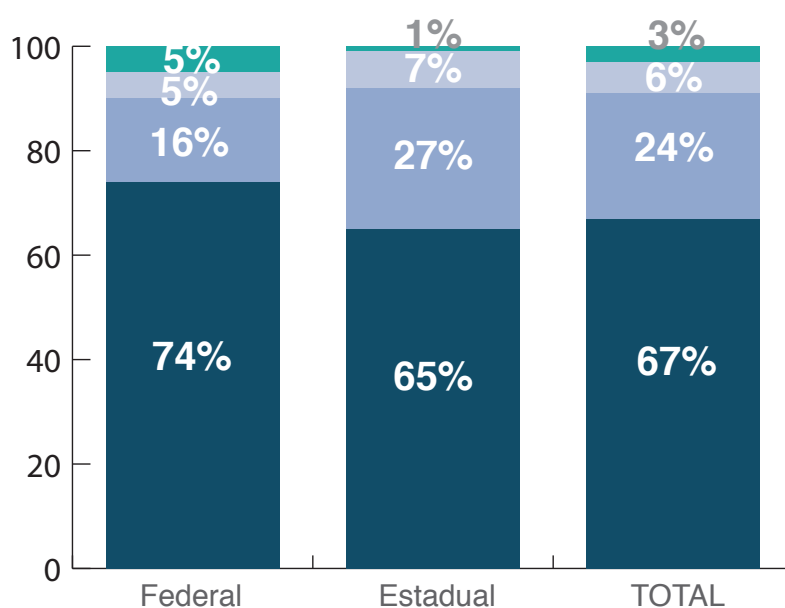


5.1.1 Existência de rubrica específica para uso público

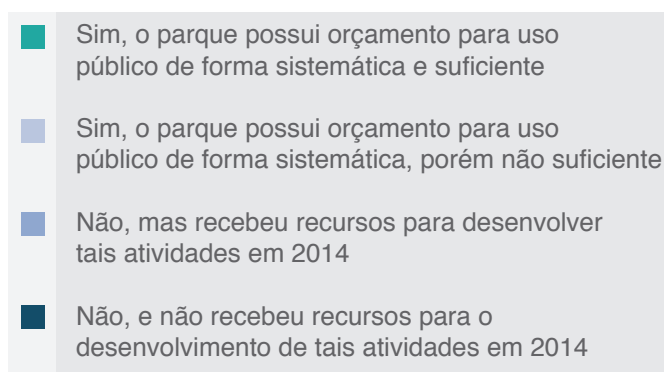
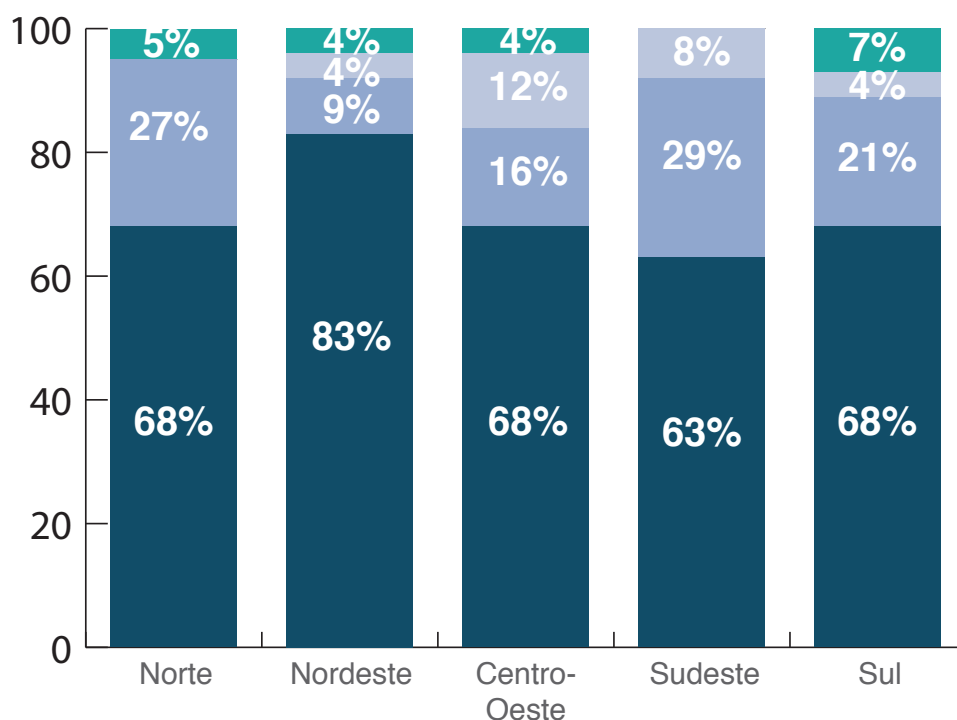
Dos 187 parques participantes da pesquisa, apenas 3% informaram que possuem rubrica específica para uso público de forma sistemática e suficiente, enquanto 67% informaram que não receberam recurso algum para o desenvolvimento dessas atividades no ano 2014, como mostra a figura a seguir.

> Figura 33. Rubrica específica para uso público nos parques participantes, por esfera administrativa e por região geográfica

O parque possui uma rubrica específica para uso público dentro do seu orçamento?



Fonte: Elaboração própria.



Fonte: Elaboração própria.

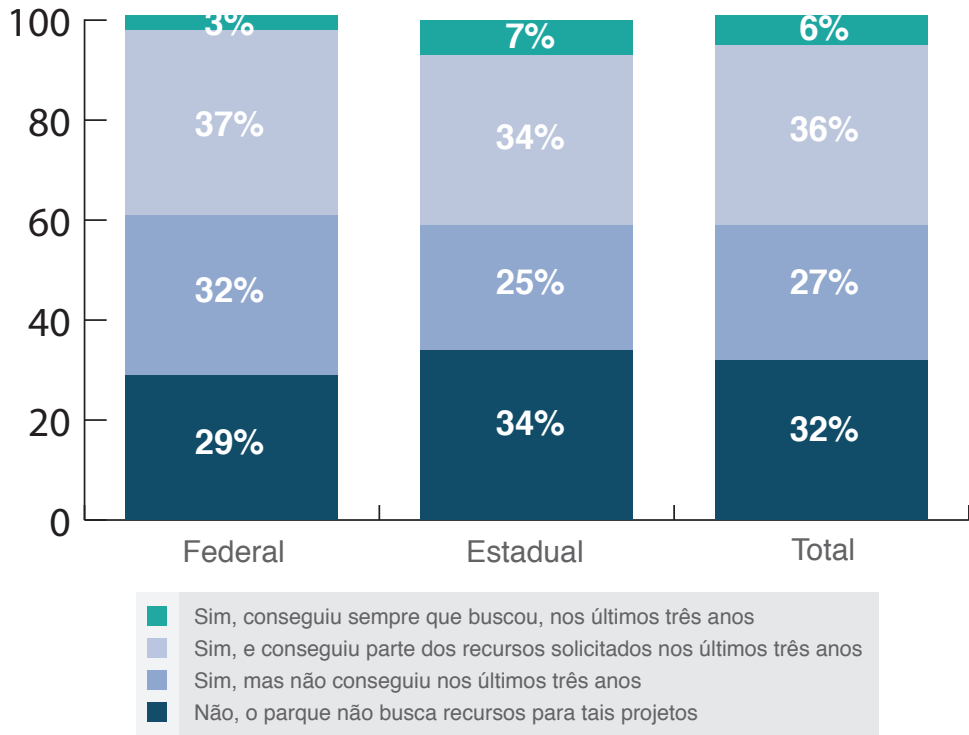
5.1.2 Busca por recursos externos para projetos de uso público

Dentre as outras possíveis origens de recursos para o uso público, 68% dos parques afirmaram que buscam recursos externos, como parceiras, compensação ambiental, doações de bens e serviços, investimentos internacionais, entre outros, para o desenvolvimento de projetos relacionados ao uso público. Porém, apenas 6% conseguem tais tipos de recursos de maneira sistemática. Destaque aqui vai para os estados do Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro, onde por volta de 15% dos respondentes afirmaram que buscam e conseguem tais recursos de forma sistemática.

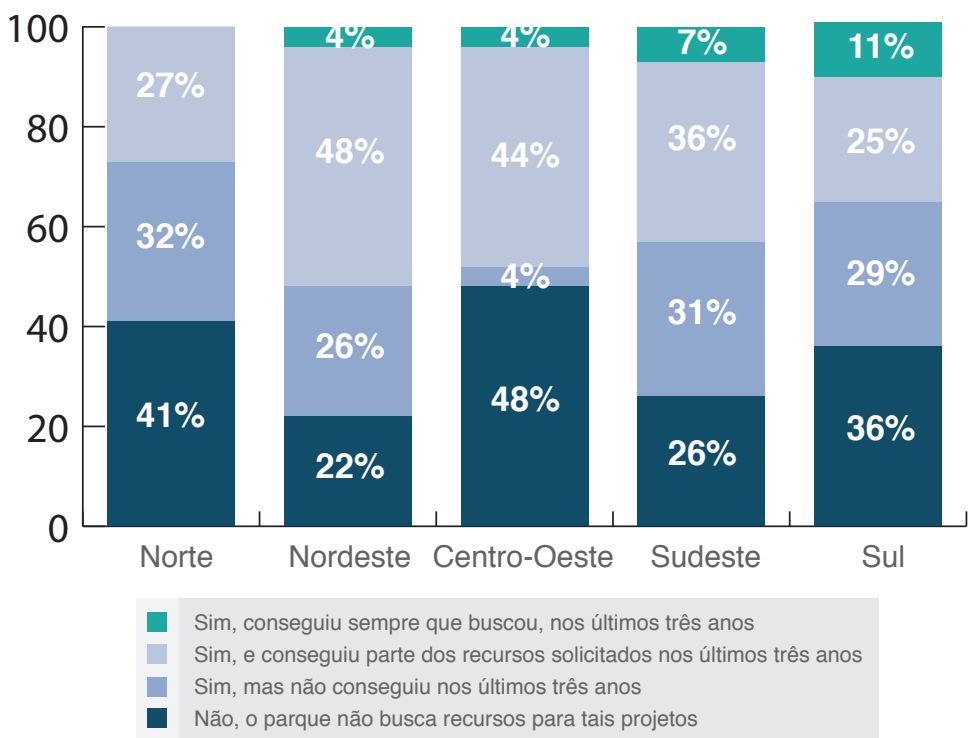


> Figura 34. Busca por recursos externos para projetos de uso público, por esfera administrativa e por região geográfica

O parque busca recursos externos para o desenvolvimento de projetos relacionados ao uso público?



Fonte: Elaboração própria



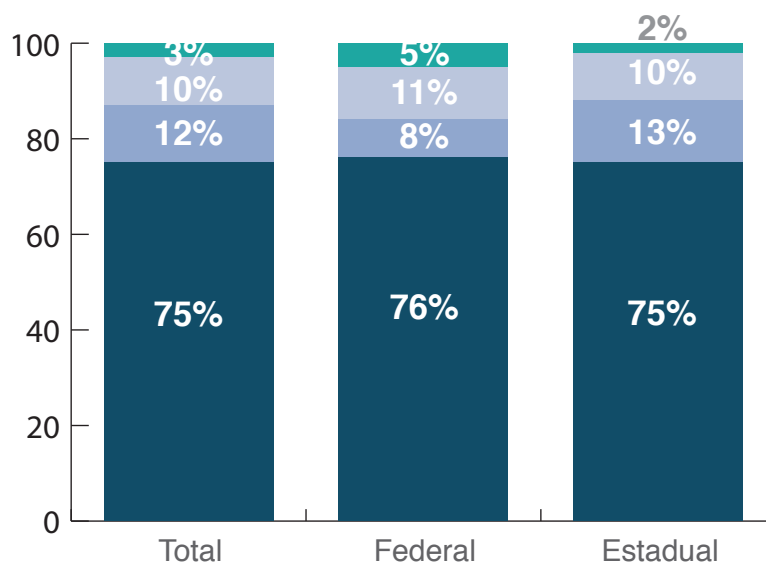
Fonte: Elaboração própria



5.1.3 Cobrança por serviços e atividades de UP dentro do parque

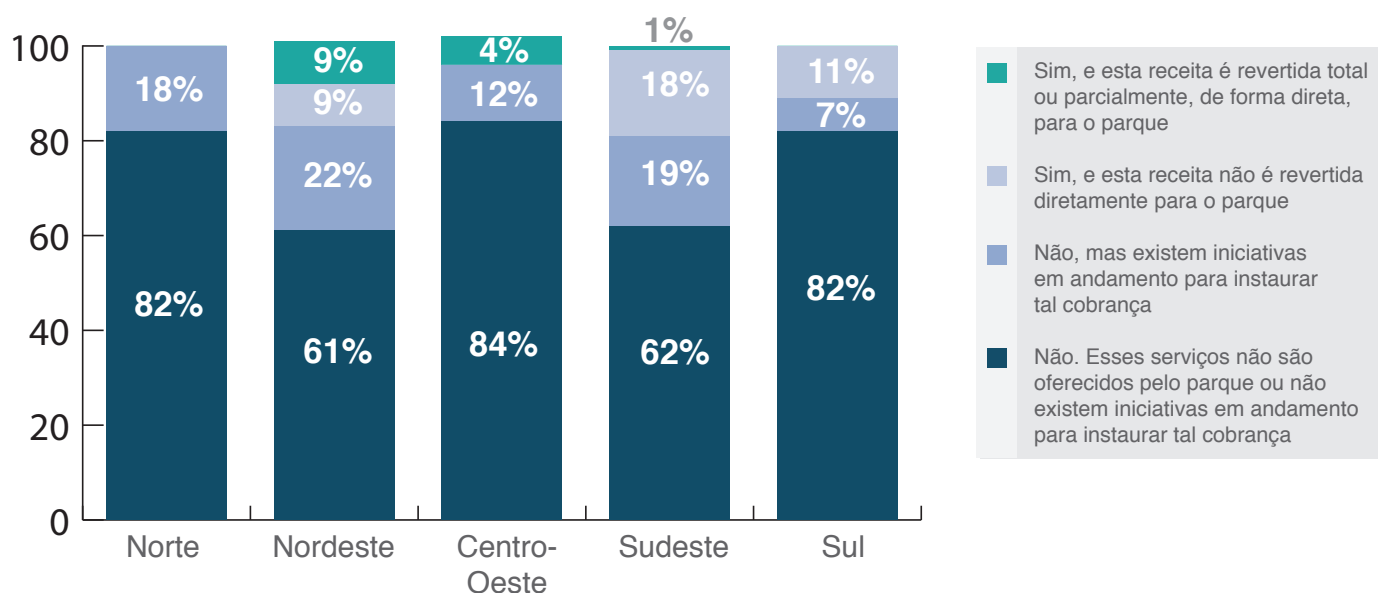
O terceiro aspecto analisado dentro do índice foi a existência de cobrança de serviços de apoio ao uso público na área do parque, os quais são importantes para garantir uma visitação mais organizada, como podem também se constituir em fontes de receita para o parque. Nesse quesito novamente se observa uma situação bastante desfavorável: em apenas 13% dos parques respondentes há geração de algum tipo de receita proveniente da prestação de serviço de apoio ao uso público. Somente em 3% dos parques tal receita é revertida diretamente ou parcialmente para a UC. Cerca de 75% dos respondentes afirmaram que esses serviços não são oferecidos pelo parque ou não existem iniciativas em andamento para instaurar tal cobrança. Não há diferença significativa se comparadas as esferas federal e estaduais, conforme mostra a figura abaixo.

> Figura 35. Cobrança por serviços e atividades de UP dentro do parque, por esfera administrativa e por região geográfica



- Sim, e esta receita é revertida total ou parcialmente, de forma direta, para o parque
- Sim, e esta receita não é revertida diretamente para o parque
- Não, mas existem iniciativas em andamento para instaurar tal cobrança
- Não. Esses serviços não são oferecidos pelo parque ou não existem iniciativas em andamento para instaurar tal cobrança

Fonte: Elaboração própria.



Fonte: Elaboração própria.

5.2 Outros resultados que não compõem o índice

Informações sobre orçamento total do parque

Quando perguntados acerca do orçamento total disponível para o parque, 32% dos gestores informaram ter clareza sobre o montante disponível para gastos correntes nos parques em que trabalham e apenas 15% tem clareza sobre o montante disponível para investimentos.

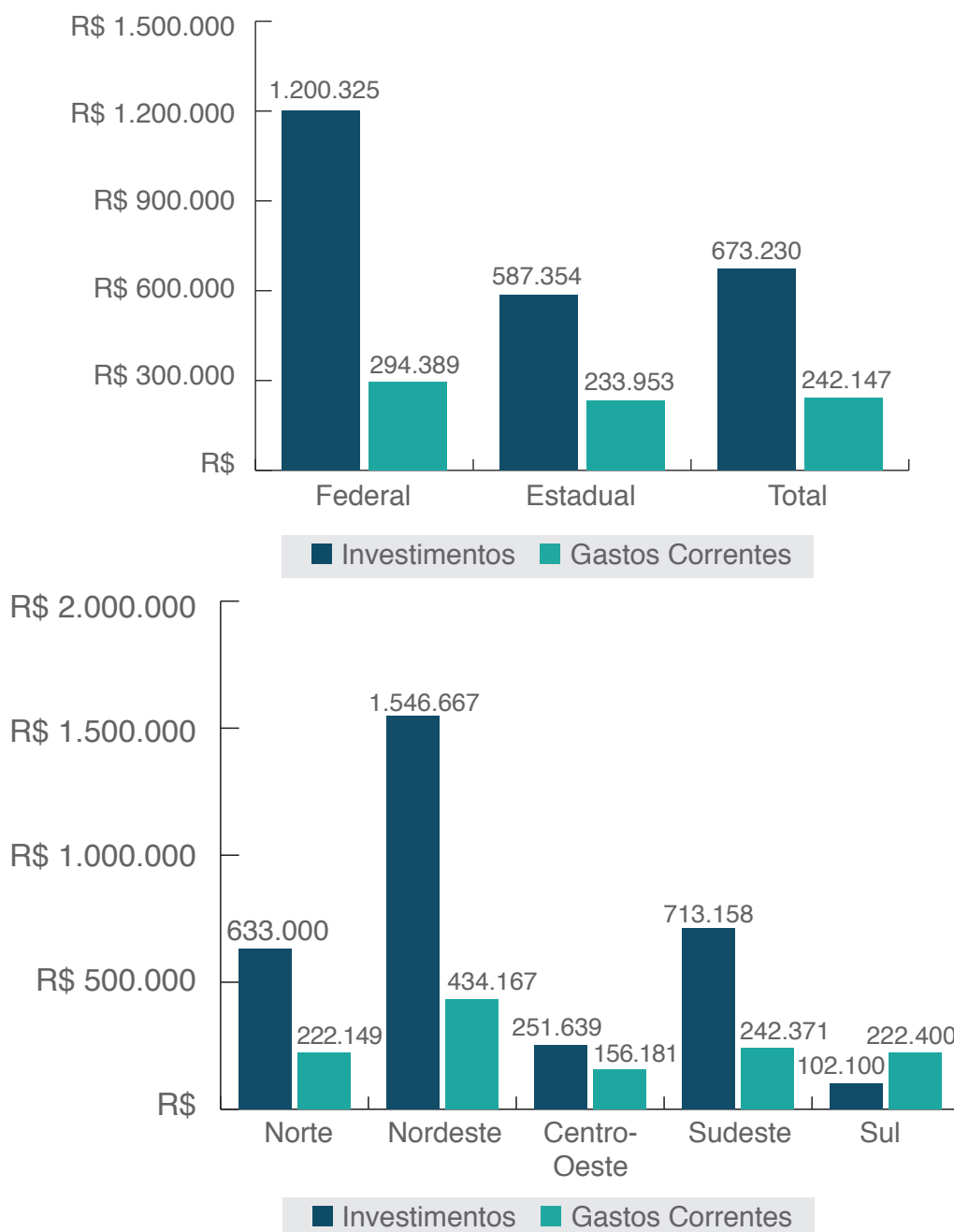
Para aqueles parques onde informações válidas sobre orçamento foram fornecidas, calculamos o orçamento médio por parque e também por hectare, nas esferas federal e estadual e também por regiões geográficas. A média de orçamento anual por parque para gastos correntes entre os respondentes é de aproximadamente R\$ 240.000. Quanto a investimentos, a média é de aproximadamente R\$ 670.000 por parque. Notam-se, de maneira geral, montantes bastante baixos, considerando a complexidade da gestão e a manutenção desses espaços.

Os parques estaduais do Rio de Janeiro destacam-se entre os que possuem maiores montantes disponíveis para investimento, em média R\$ 2 milhões para investimento por ano, por parque. Por outro lado,



reportam apenas cerca de R\$ 33 mil para gastos correntes, por ano, por parque. Os gestores dos parques nacionais, administrados pelo Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, também estão entre aqueles que reportaram valores significativos. O orçamento anual médio por parque respondente para investimentos é de R\$ 1,2 milhões e para gastos correntes é de R\$ 294 mil.

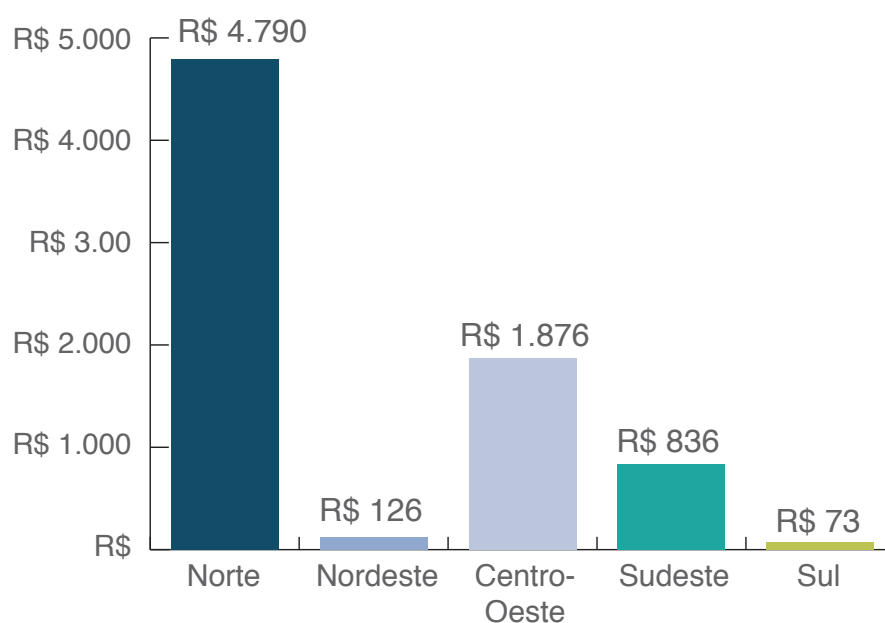
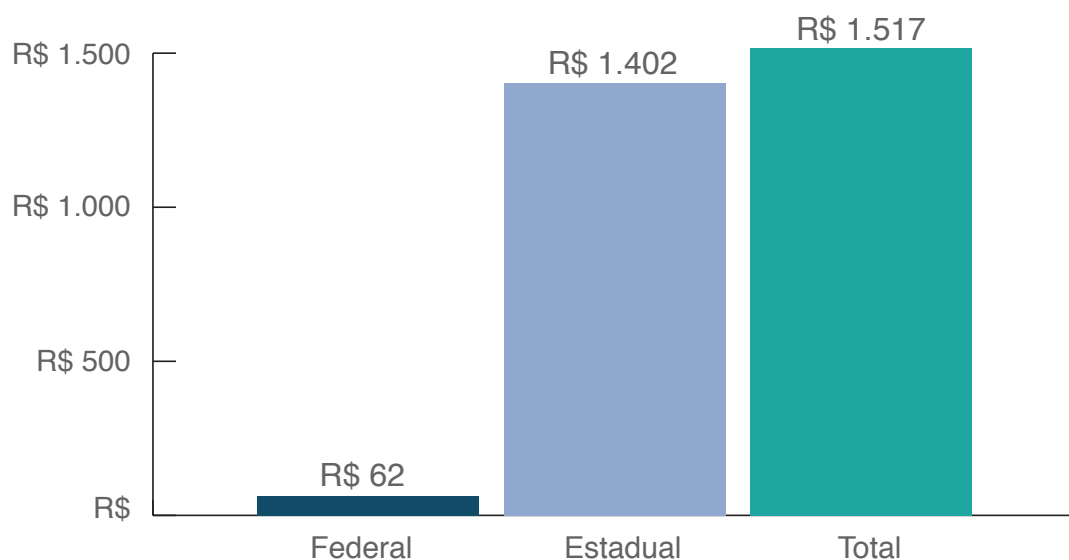
> **Figura 36. Orçamento anual médio por parque informado, em 2014, por esfera administrativa e por região**



Fonte: Elaboração própria.



> Figura 37. Orçamento por hectare, em 2014, por esfera administrativa e por região



Fonte: Elaboração própria

Cobrança de ingressos para visitação ao parque

Aproximadamente 70% dos respondentes afirmaram que não há cobrança e não existem iniciativas em andamento para tal. Esse padrão mantém certa similaridade entre parques estaduais e federais.

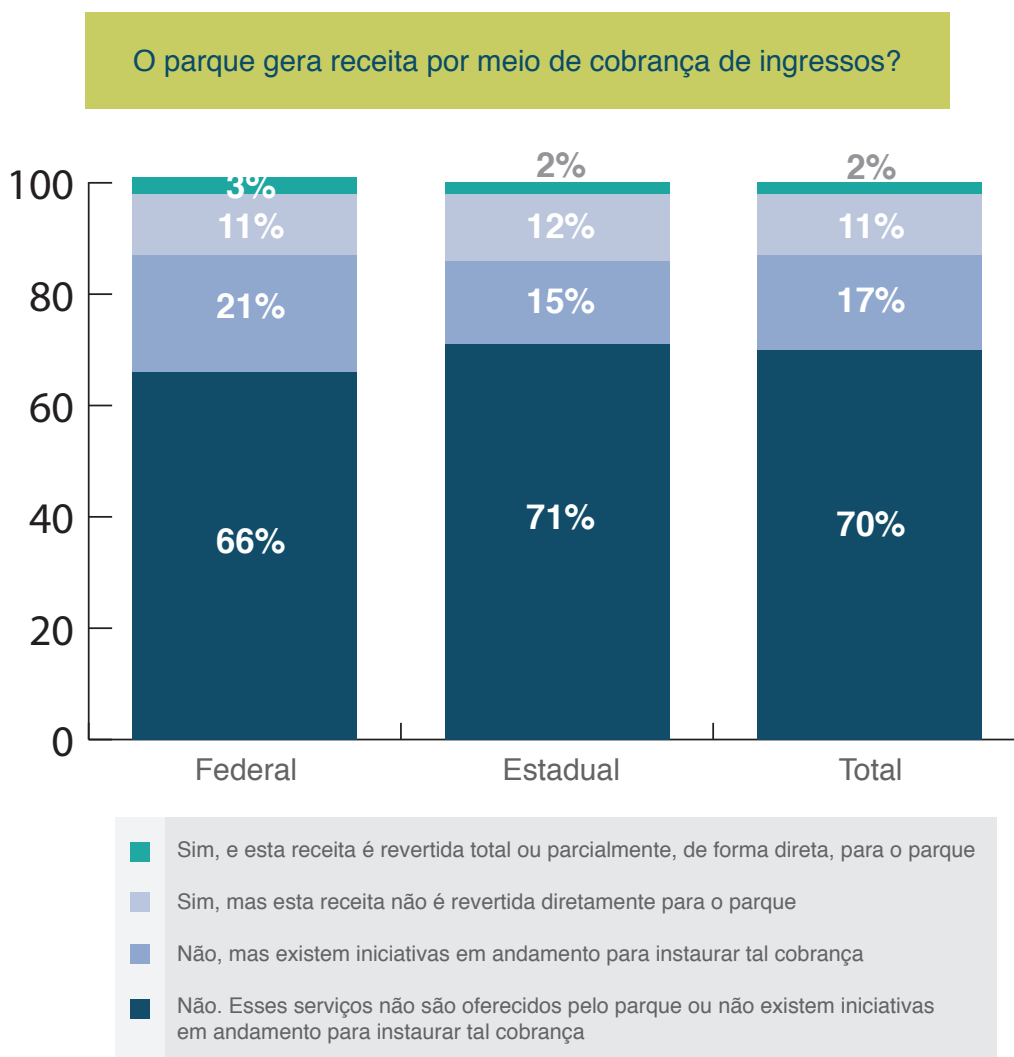
Esse é um desafio quando se pensa na consolidação do uso público nos parques brasileiros. A manutenção



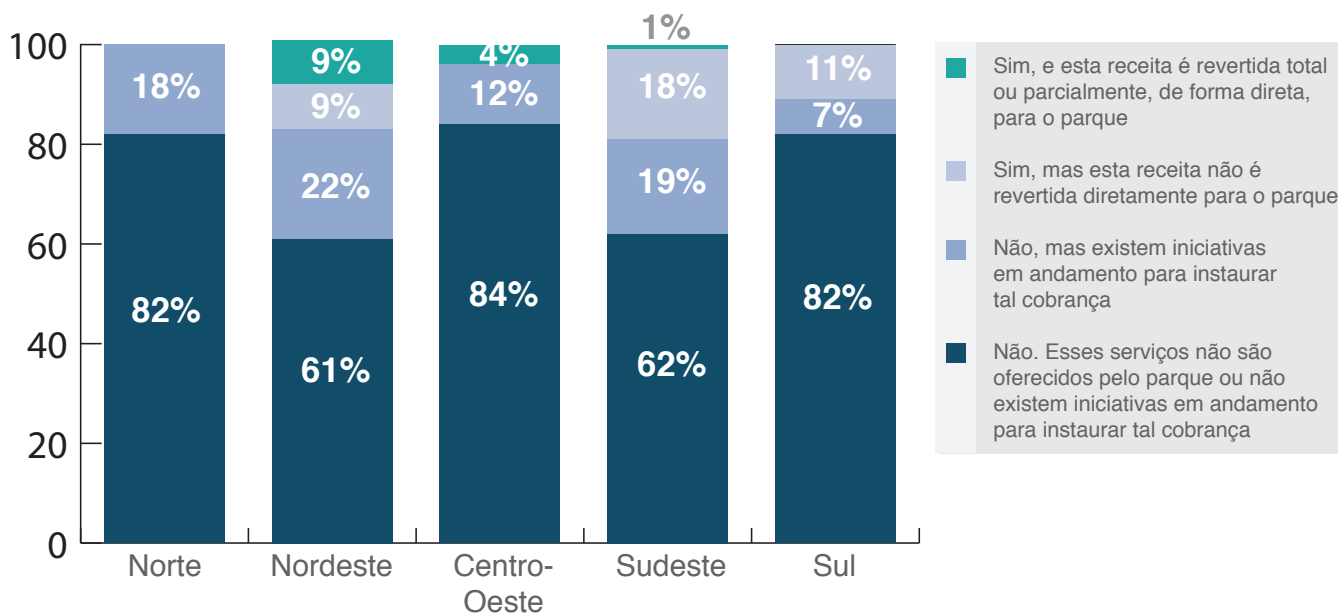
da estrutura necessária para a recepção dos visitantes é custosa e a receita com ingressos pode ser uma fonte de recursos para cobrir parcialmente esses custos.

Outro desafio notado é que em apenas 2% dos parques que cobram ingresso, esta receita é revertida para o local, de forma total ou parcial. Sabemos dos custos associados à manutenção de uma estrutura no parque para a cobrança de tarifas. Por isso, políticas que alinhem a reversão de parte das receitas recebidas para as atividades locais são essenciais para que esse tipo de recurso contribua diretamente para gestão desses espaços.

> Figura 38. Cobrança de ingressos e reversão da receita para o parque, por esfera administrativa e região geográfica



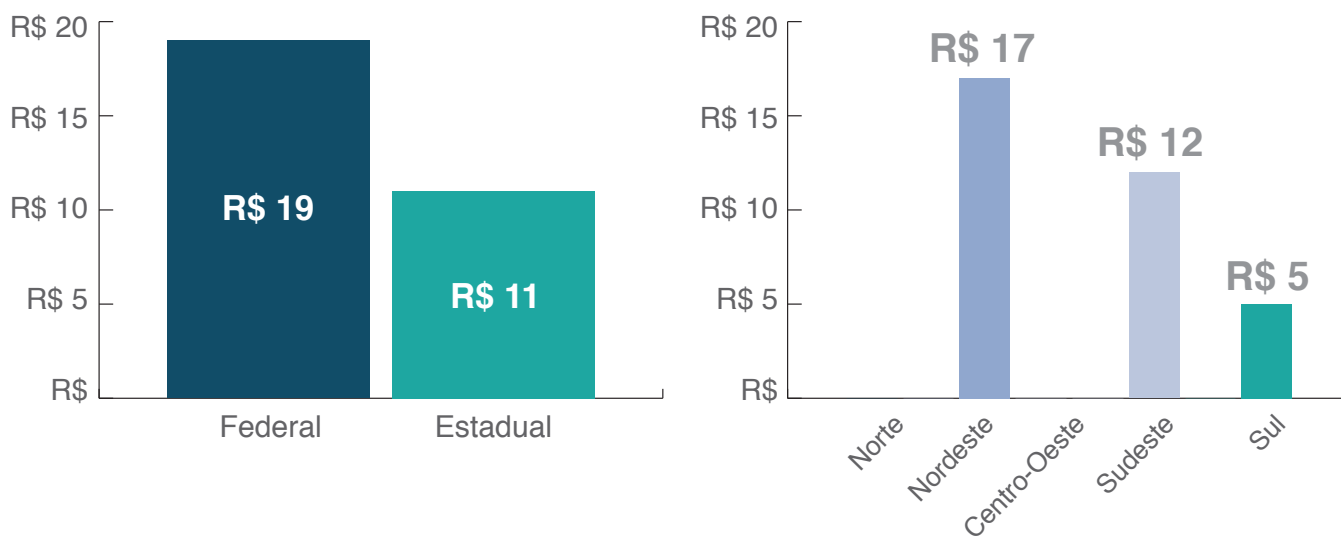
Fonte: Elaboração própria.



Fonte: Elaboração própria.

Entre os parques onde a cobrança é realizada, o valor do ingresso é, em média, de R\$ 12 reais. Vale notar que apenas 21 parques informaram o valor cobrado pelo ingresso cheio para brasileiros. Tal cobrança foi reportada em alguns parques estaduais de São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Goiás, Rio Grande do Norte e também em alguns parques nacionais que participaram da pesquisa.

➤ **Figura 39. Valor médio do ingresso cheio para brasileiros, em 2014, por esfera administrativa e por região**



Fonte: Elaboração própria.



6. Dimensão parcerias e terceirizações



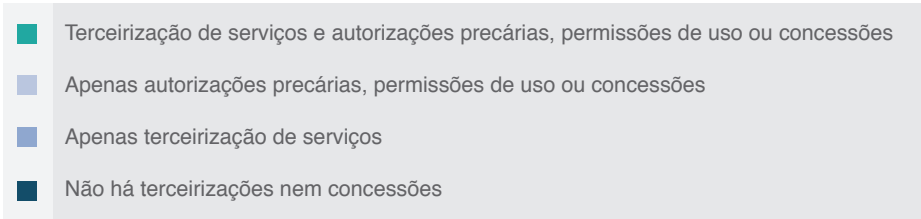
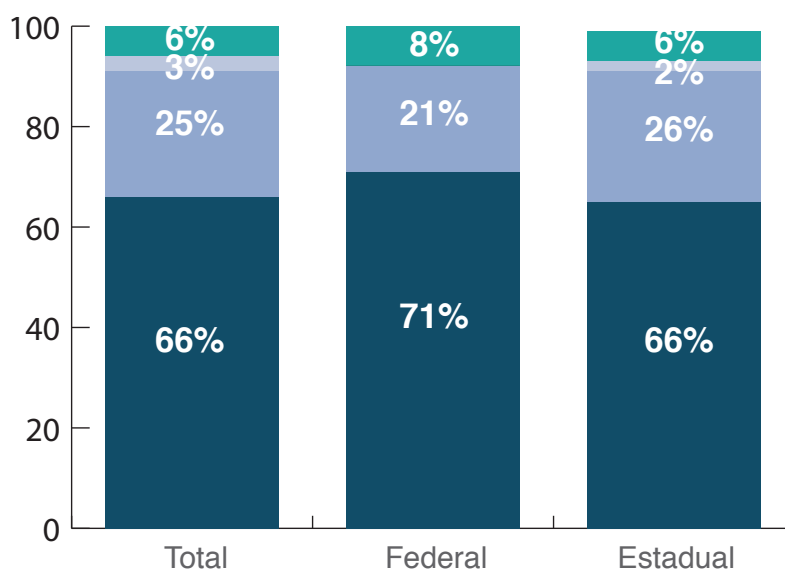
Questionamos os respondentes acerca da existência de parcerias e terceirizações, a partir de contratos com a iniciativa privada.

6.1 Existência de contratos

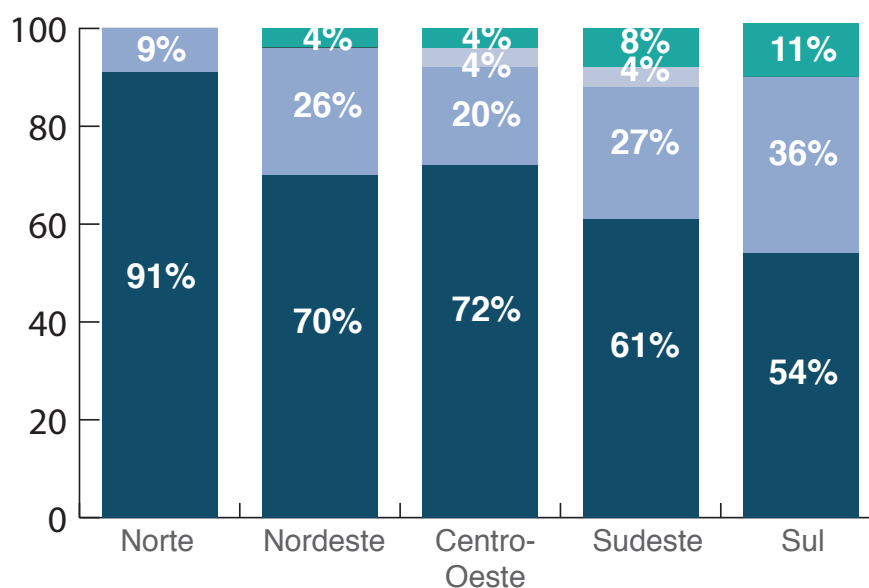
Dos 187 parques respondentes, 66% informaram que não há nenhum tipo de contrato de terceirização para a iniciativa privada. Nos demais parques existem contratos sobre as formas de “terceirização de serviços, autorizações precárias, permissões de uso ou concessões”.

> Figura 40. Existência de contratos de terceirizações de serviços, autorização precária, permissão de uso ou concessões, por esfera administrativa e região geográfica

O parque possui terceirizações ou concessões estabelecidas (ex: terceirização de serviços, autorização precária, permissão de uso ou concessões).



Fonte: Elaboração própria.



Fonte: Elaboração própria.

Os 34% participantes que informaram que possuem algum tipo de contrato foram perguntados acerca de algumas características de tais contratos, reportadas nas figuras abaixo. Tal panorama caracteriza o uso de contratos para prestação de serviços temporários e/ou emergenciais de terceirização de serviços e/ou mão de obra.

Vale notar que o detalhamento dos tipos, valores, prazos e objetos dos contratos não foi uma pergunta de resposta obrigatória nesta pesquisa. Por isso, temos uma amostra reduzida para a análise de tais informações, o que pressupõe o cuidado para a leitura dos resultados trazidos na sequência.

Dentre os 120 contratos reportados na pesquisa, 69 vieram reportados por parques estaduais de São Paulo, sendo 58 desses relacionados à terceirização de serviços ou 3,6 contratos por parque respondente. Os respondentes dos parques nacionais reportaram 12 contratos de terceirização de serviços e 1 contrato de autorização precária. O terceiro órgão onde houve maior reporte de contratos pelos respondentes foi Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais, oito contratos no total.



> Tabela 13. Número absoluto de contratos informados por tipo e por esfera administrativa e região geográfica

Modalidade do contrato	Federal	Estadual	Municipal	Total
Terceirização de serviços	12	83	4	99
Concessão	0	4	2	6
Permissão de uso	0	11	0	11
Autorização Precária	1	3	0	4
Total	13	101	6	120

Fonte: Elaboração própria.

Modalidade do contrato	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total
Terceirização de serviços	0	8	9	70	12	99
Concessão	0	0	0	6	0	6
Permissão de uso	0	0	1	10	0	11
Autorização Precária	0	0	1	3	0	4
Total	0	8	11	89	12	120

Fonte: Elaboração própria.



> Tabela 14. Número médio de contratos informados por parques com no mínimo um contrato, por esfera administrativa e região

Modalidade do contrato	Federal	Estadual	Municipal
Terceirização de serviços	3,0	2,8	2,0
Concessão	0	1,0	2,0
Permissão de uso	0	2,2	0
Autorização Precária	1,0	1,5	0

Modalidade do contrato	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Terceirização de serviços	0	4,00	1,80	3,00	2,00
Concessão	0	0	0	1,20	0
Permissão de uso	0	0	1,00	2,50	0
Autorização Precária	0	0	1,00	1,50	0

Fonte: Elaboração própria.

6.2 Prazo médio dos contratos

O prazo médio de vigência informado pelos respondentes denota a curta duração desses contratos. Nos parques nacionais, o prazo médio de duração dos contratos informados é de 3,7 anos para os contratos de terceirização de serviços e 2 anos para as autorizações precárias. Entre os parques estaduais, esses prazos caem para 1,6 e 1 ano, em média.



6.3 Valor médio dos contratos

O valor médio entre todos os contratos informados é de R\$ 232.394. O maior contato reportado em termos de volume financeiro equivale a aproximadamente R\$ 1,2 milhão ao ano. A figura a seguir mostra que os contratos de montantes mais significativos estão associados a terceirizações de serviços. Na região Sudeste estão os contratos mais relevantes, dentre aqueles informados pelos respondentes.

> Tabela 15. Valor médio de contratos informados por parques com no mínimo um contrato, por esfera administrativa e região

Modalidade do contrato	Federal	Estadual	Municipal
Terceirização de serviços	R\$ 197.000	R\$ 250.998	—
Concessão	—	R\$ 13.164	—
Permissão de uso	—	R\$ 25.450	—
Autorização Precária	—	—	—

Modalidade do contrato	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul
Terceirização de serviços	—	—	R\$ 167.803	R\$ 390.041	R\$ 209.750
Concessão	—	—	—	R\$ 13.164	—
Permissão de uso	—	—	R\$ 36.000	R\$ 14.900	—
Autorização Precária	—	—	—	—	—

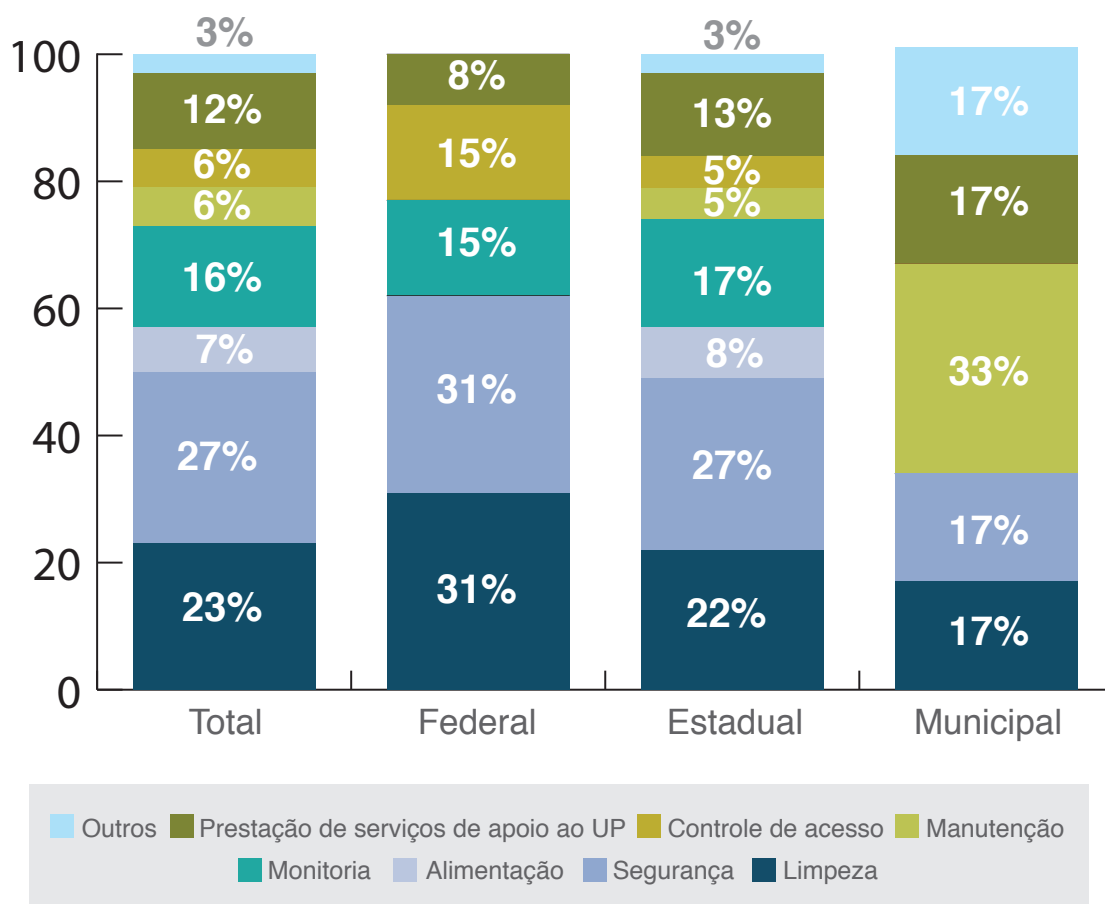
Fonte: Elaboração própria.



6.4 Objeto dos contratos

Quando analisados os objetos dos contratos existentes, nota-se que 50% deles correspondem às atividades de segurança e limpeza. Um panorama geral dos tipos de contratos existentes nos parques é apresentado na figura abaixo.

> Figura 41. Panorama sobre os objetos de contratos existentes nos parques participantes da pesquisa



Fonte: Elaboração própria.



7. Dimensão condições de trabalho nos parques



Os questionamentos acerca desta dimensão tiveram como objetivo identificar a percepção dos gestores e demais atores envolvidos no dia a dia da gestão sobre o ambiente e as condições de trabalho às quais estão submetidos no parque onde atuam. Apesar de não estar diretamente ligada ao uso público, essa temática é inserida na pesquisa por influenciar sobremaneira a condução das atividades nas UC.

7.1 Índice condições de trabalho

O Índice de “Condições de Trabalho” para o ano de 2014 reflete os resultados das respostas referentes às perguntas relacionadas aos tópicos abaixo:

1. Satisfação em fazer parte do quadro de funcionários do órgão ambiental
2. Satisfação em fazer parte do quadro de funcionários do parque
3. Condições da estrutura física do espaço de trabalho
4. Disponibilidade dos recursos necessários para o trabalho
5. Sentimento de realização profissional
6. Aproveitamento do potencial de realização profissional
7. Oportunidades de crescimento profissional

Conforme indicado nas notas metodológicas desta pesquisa, foram atribuídas notas de 0 a 3 para cada alternativa de resposta nas sete perguntas mencionadas acima. A média entre as respostas foi transformada em base 0-100, sendo 0 o pior resultado e 100 o melhor resultado.

O resultado geral deste índice entre todos os respondentes é de 64,3. Quando são comparados os diferentes órgãos gestores nacional e estaduais, os parques estaduais do Acre, Paraíba e Mato Grosso do Sul destacam-se como aqueles que possuem os melhores índices entre os respondentes, no aspecto “condições de trabalho”.



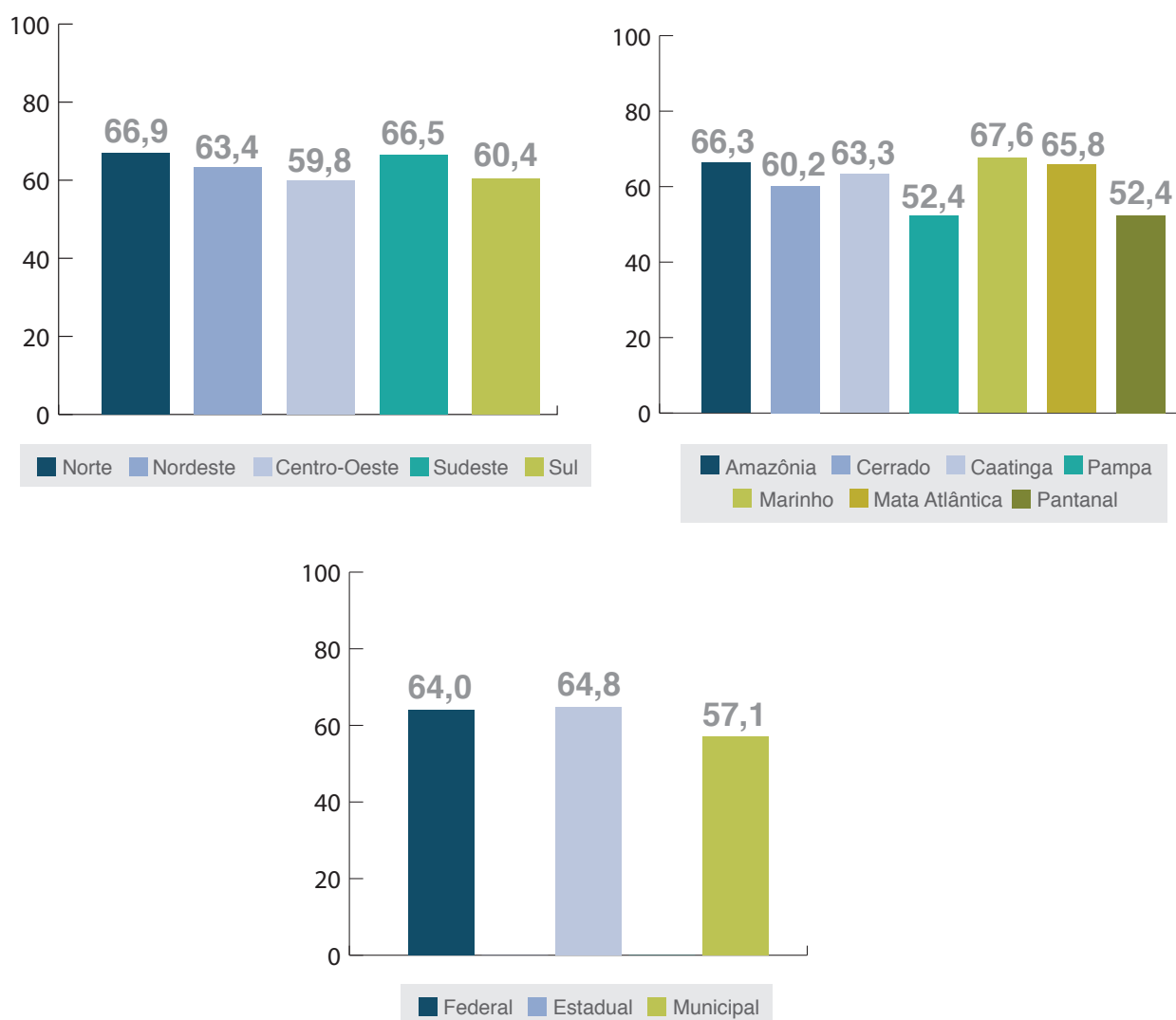
> Tabela 16. Órgãos gestores com melhor posicionamento no ranking, índice condições de trabalho

Órgão Gestor	Pontuação Índice Condições de Trabalho
Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Acre	90,47
Superintendência de Administração do Meio Ambiente da Paraíba	80,95
Instituto de Meio Ambiente do Mato Grosso do Sul	79,36

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados dos índices por região, bioma e esfera administrativa encontram-se ilustrados nas figuras abaixo.

> Figura 42. Índice condições de trabalho, por região, bioma e esfera administrativa



Fonte: Elaboração própria.

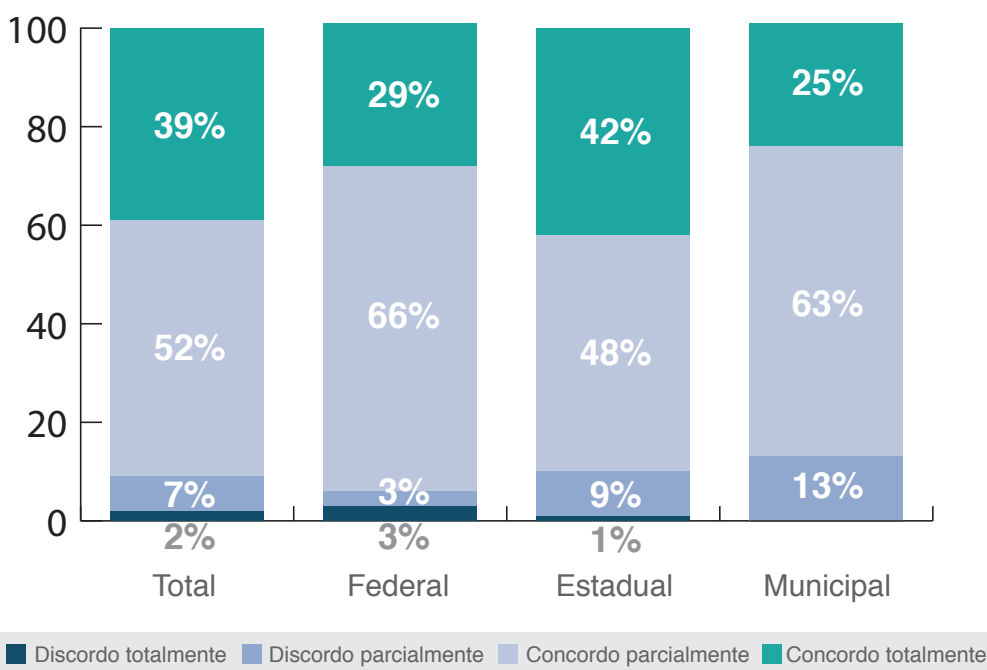


7.1.1 Satisfação em fazer parte do quadro de funcionários do órgão ambiental

Mais de 90% dos respondentes concordam totalmente ou parcialmente que a organização na qual atuam é um bom lugar para trabalhar e se sentem satisfeitos. O nível de satisfação dos entrevistados varia pouco entre as organizações das diversas esferas de gestão.

> Figura 43. Percepção dos respondentes sobre a organização na qual trabalham, por esfera administrativa

Qual a sua percepção acerca da afirmação: “O órgão ambiental responsável pelo parque para o qual você trabalha é um bom lugar para trabalhar e você sente-se satisfeito em fazer parte do quadro funcional deste órgão ambiental”?



Fonte: Elaboração própria.

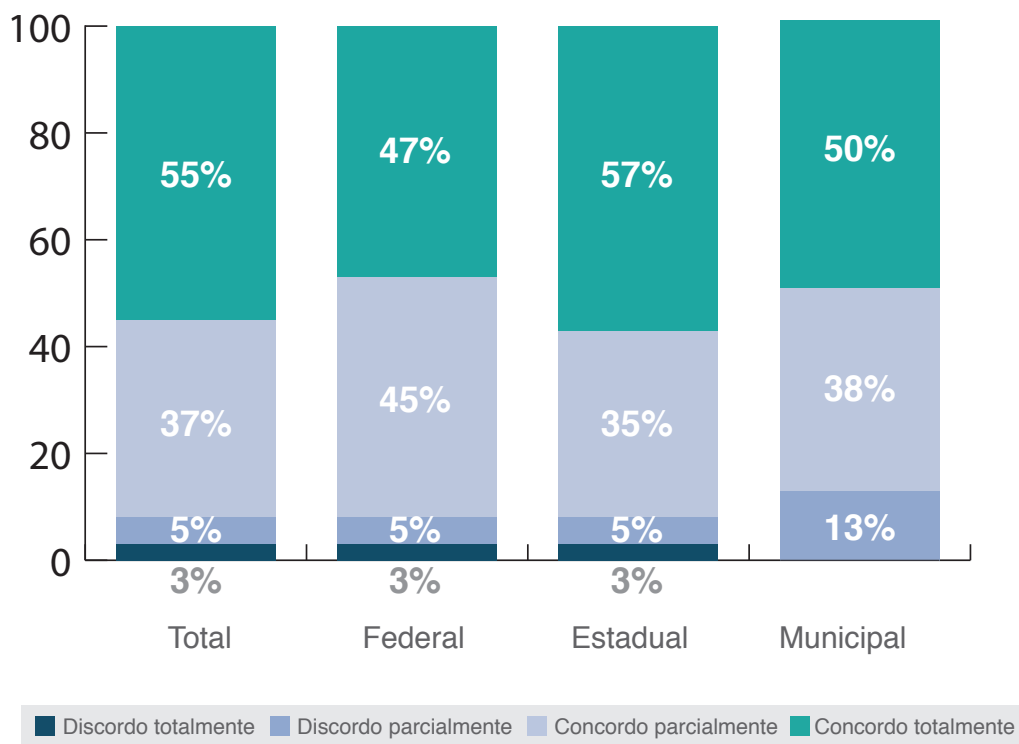
7.1.2 Satisfação em fazer parte do quadro de funcionários do parque

Aproximadamente 90% dos respondentes concordam totalmente ou parcialmente que o parque no qual atuam é um bom lugar para trabalhar e se sentem satisfeitos.



> Figura 44. Percepção dos respondentes sobre o parque no qual trabalham, por esfera administrativa

Qual a sua percepção acerca da afirmação:
 “O parque para o qual você trabalha é um bom lugar para trabalhar e você sente-se satisfeito em fazer parte do quadro funcional deste parque”?



Fonte: Elaboração própria.

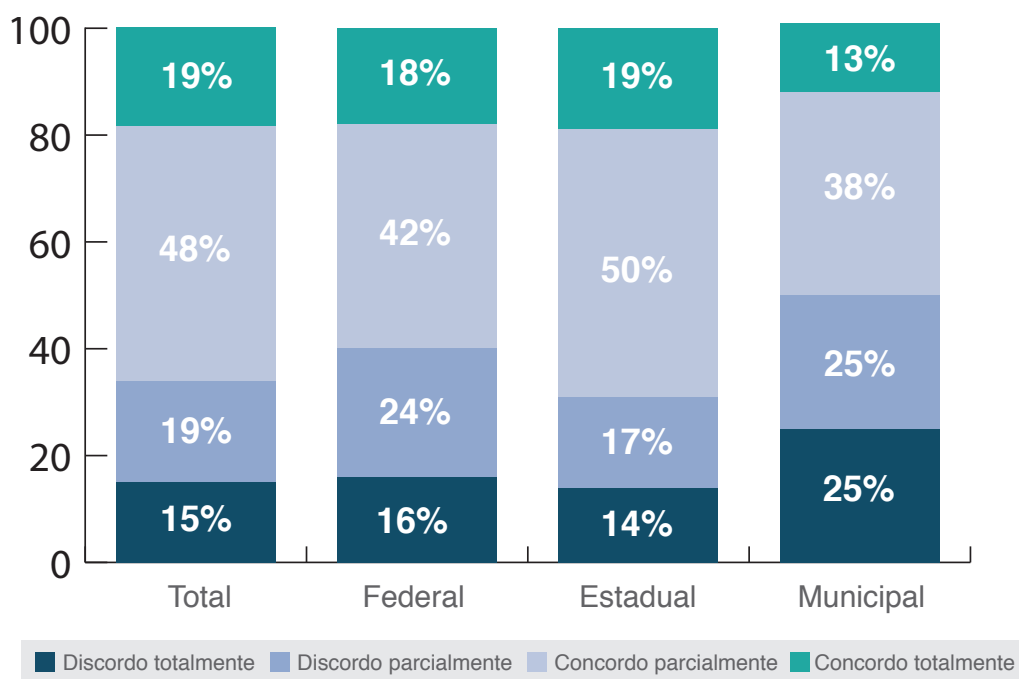


7.1.3 Condições da estrutura física do espaço de trabalho

Entre o total de respondentes, 66% dos gestores concordam parcial ou plenamente com a afirmação de que o ambiente físico de seu local de trabalho encontra-se em boas condições.

> Figura 45. Percepção dos respondentes sobre as condições do ambiente físico de trabalho, por esfera administrativa

Qual a sua percepção acerca da afirmação: “A estrutura física de seu espaço de trabalho encontra-se em boas condições (instalações, higiene, temperatura, aparência, como pintura, teto, etc.)”?



Fonte: Elaboração própria.

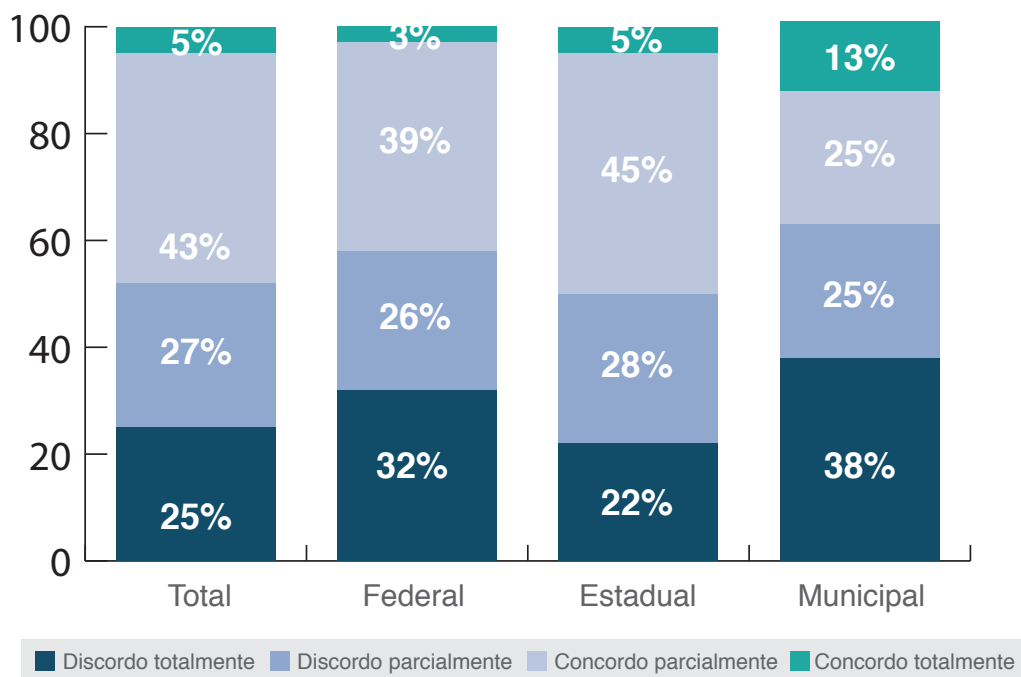
7.1.4 Disponibilidade dos recursos necessários para o trabalho

Ao perguntar aos respondentes se estes possuem os recursos necessários para a realização de suas atividades, o padrão se mostra diferente. No geral, entre 52% dos respondentes discordam parcial ou totalmente dessa afirmação.



> Figura 46. Percepção sobre a disponibilidade de recursos para realização das atividades, por esfera de gestão

Qual a sua percepção acerca da afirmação:
 “Você possui os recursos necessários para a realização de suas atividades”?



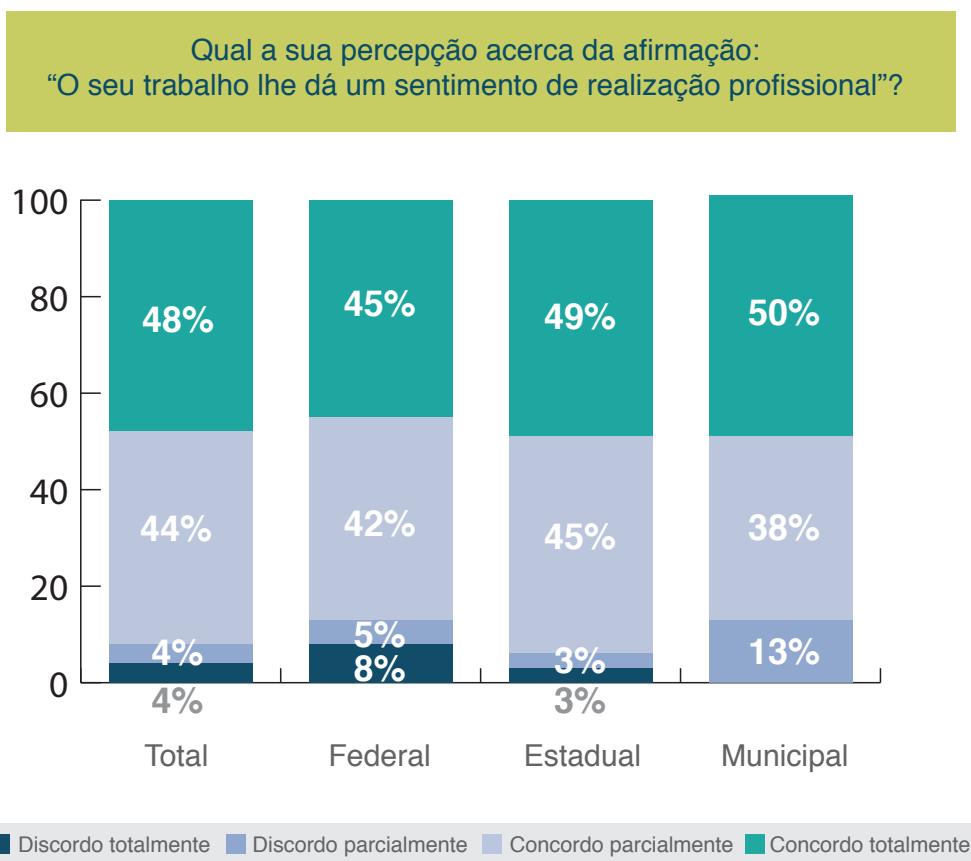
Fonte: Elaboração própria.



7.1.5 Sentimento de realização profissional

No geral, 92% dos gestores afirmaram que seu trabalho, de alguma forma, dá-lhes uma sensação de realização profissional, percentual este que se manteve elevado em todas as esferas de gestão de UC. Esse alto nível de realização dos gestores com o trabalho realizado deve ser encarado com seriedade pelos órgãos responsáveis pela gestão das Unidades de Conservação. A valorização desses atores pode significar o fortalecimento de importantes aliados para a conservação desses espaços.

> Figura 47. Realização profissional com o trabalho, por esfera administrativa



Fonte: Elaboração própria.

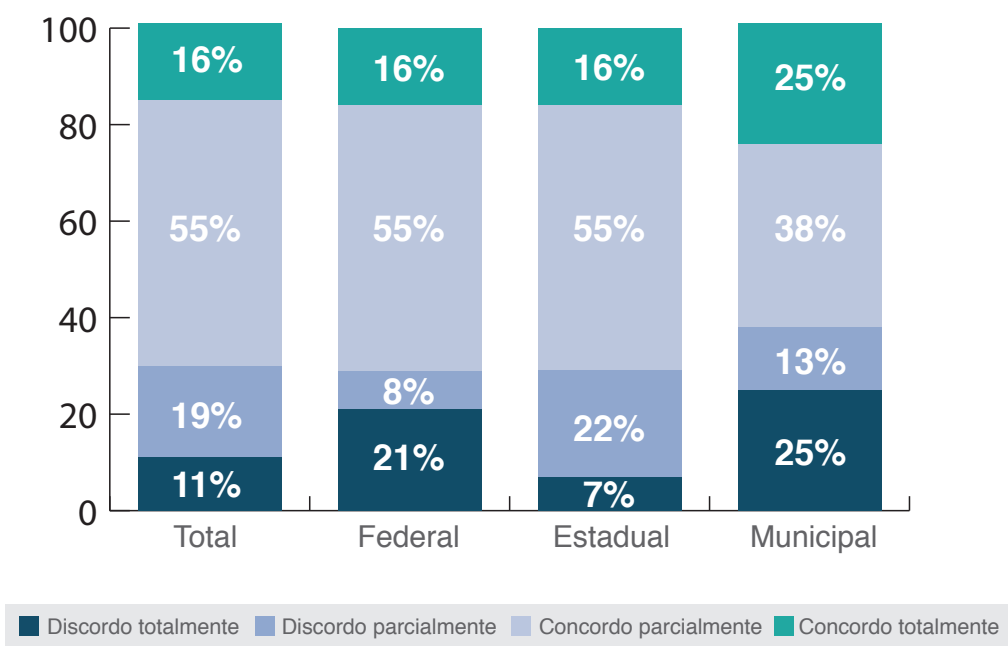


7.1.6 Aproveitamento do potencial de realização profissional

Apesar da grande maioria dos gestores acreditar que o trabalho realizado na UC dá um sentimento de realização profissional, apenas 16% deles, no geral, concordam plenamente que seu potencial de realização profissional esteja sendo aproveitado ou reconhecido de maneira adequada.

> Figura 48. Percepção sobre o aproveitamento do potencial pessoal e da valorização no trabalho, por esfera administrativa

Qual a sua percepção acerca da afirmação: “Você considera que o seu potencial de realização profissional tem sido adequadamente aproveitado e se sente valorizado”?



Fonte: Elaboração própria.

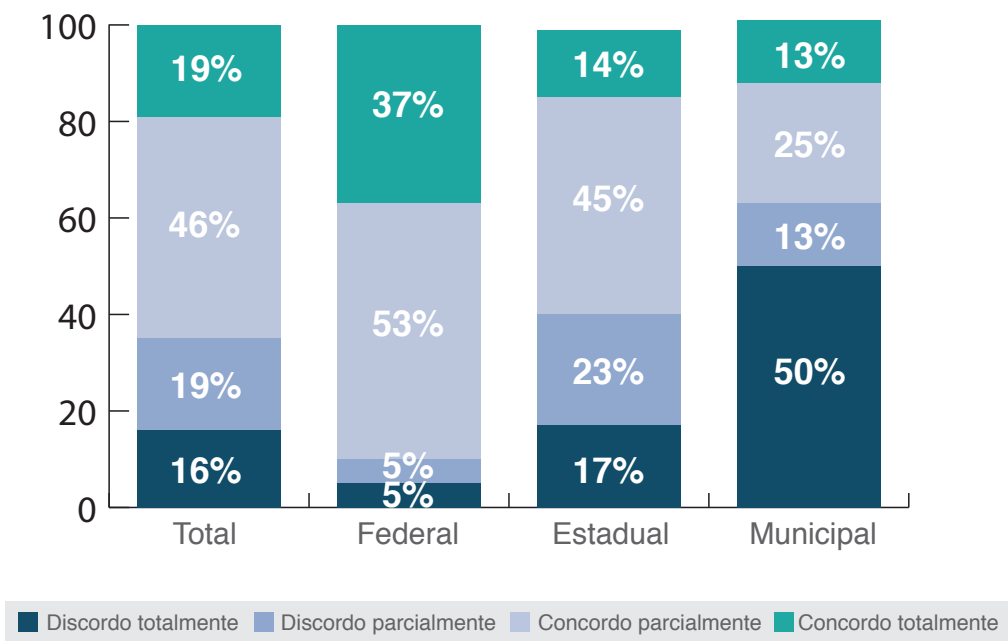
7.1.7 Oportunidades de crescimento profissional

A percepção dos gestores sobre as oportunidades formais ou informais de crescimento profissional, oferecidas pela organização na qual atuam, apresenta níveis bastante diferentes, de acordo com a esfera de gestão da UC.



> Figura 49. Oportunidades percebidas para crescimento profissional, por esfera administrativa

Qual a sua percepção acerca da afirmação: “A organização em que você trabalha oferece oportunidades formais ou informais para o seu crescimento profissional”?



Fonte: Elaboração própria.

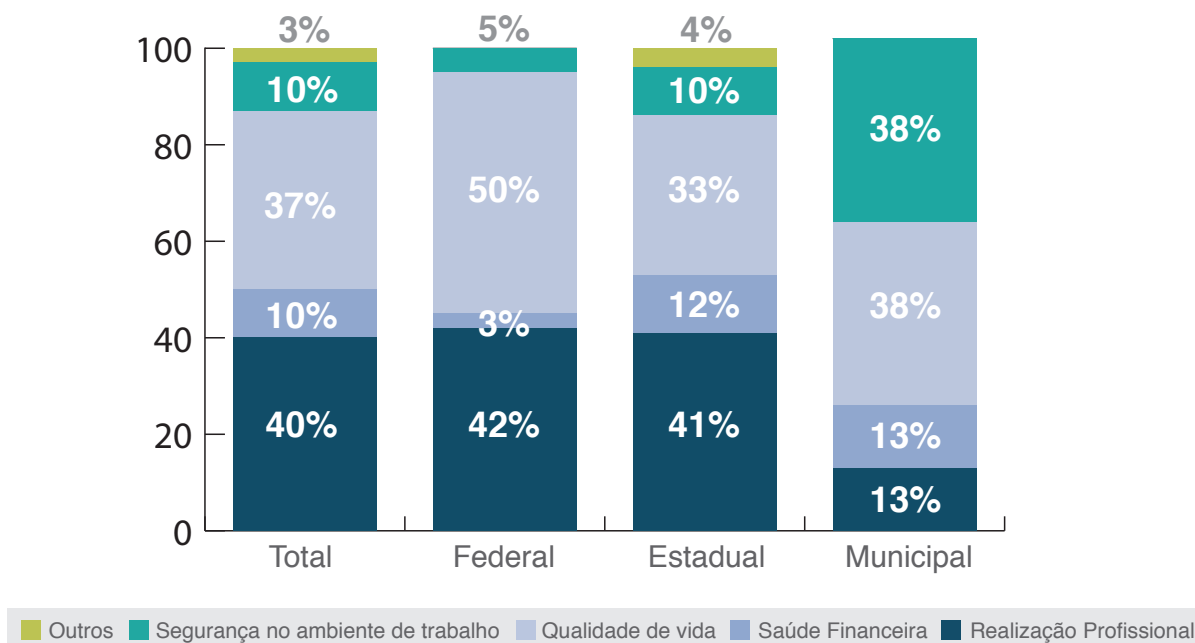
7.2 Outros resultados que não compõem o índice

Preocupações profissionais

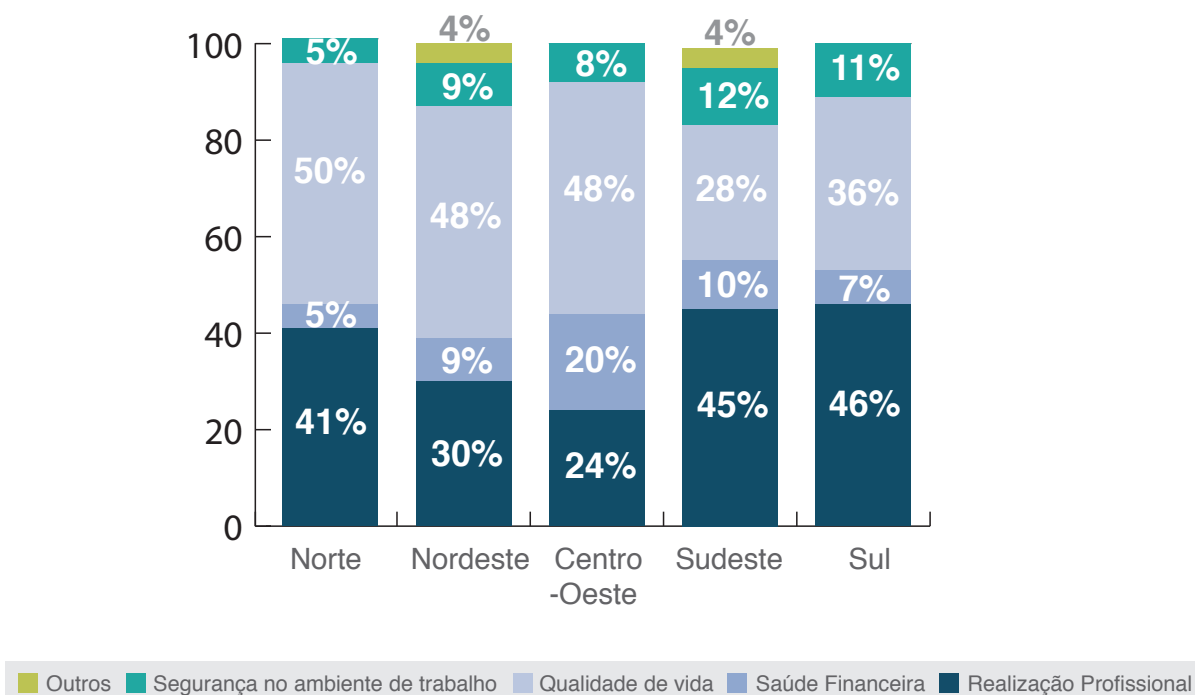
Quando questionados sobre a sua maior preocupação profissional, 40% dos respondentes da pesquisa afirmou que realização profissional é sua maior preocupação, seguido por 37% dos respondentes que antes escolheram qualidade de vida como sua maior preocupação no momento. Na figura a seguir é possível observar as maiores preocupações profissionais em cada esfera administrativa.



> Figura 50. Preocupações profissionais dos respondentes, por esfera administrativa e por região geográfica



Fonte: Elaboração própria.



Fonte: Elaboração própria.



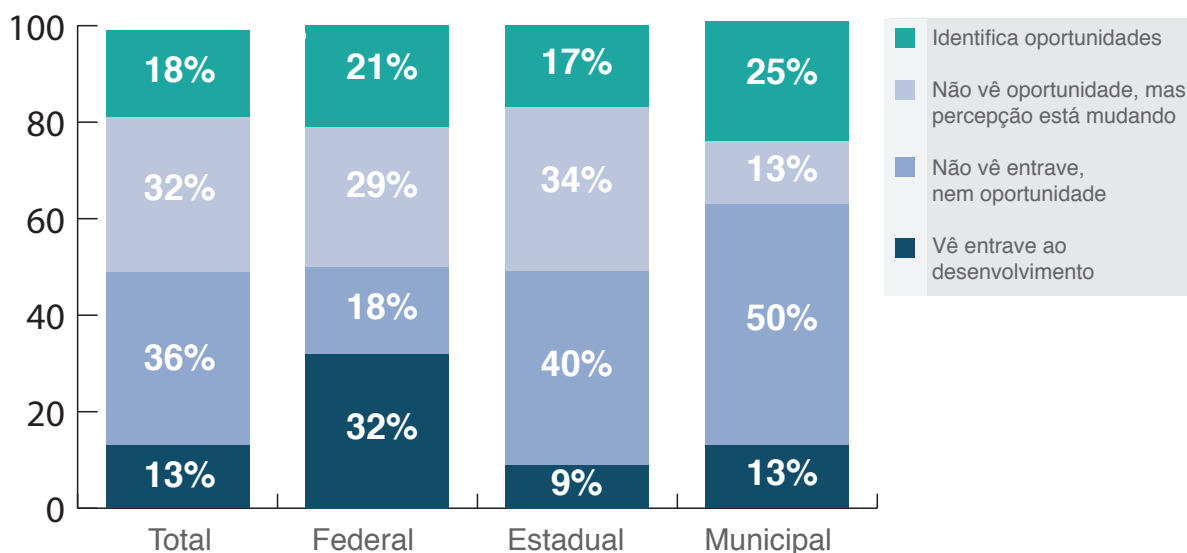
População do entorno

Perguntou-se aos respondentes sobre sua opinião a respeito de quanto consideram que a população do entorno dos parques enxerga oportunidades de desenvolvimento a partir da ampliação do uso público nessas áreas ou vê os parques como entrave a tal desenvolvimento regional.

Os dados indicam que cerca de 18% dos respondentes acreditam que a população do entorno tem uma visão positiva, identifica oportunidades de geração de emprego e renda a partir do desenvolvimento de atividades de uso público no parque. Trinta e dois por cento (32%) dos respondentes, na amostra global, afirmaram que a população do entorno não percebe os benefícios do uso público nos parques em termos de oportunidades de geração de emprego e renda, mas que há iniciativas que estão modificando essa percepção e apenas 13% acredita que a população do entorno identifica o parque como um entrave ao desenvolvimento da região.

A percepção é mais polarizada na esfera federal: enquanto 32% dos respondentes acreditam que a população do entorno vê entraves ao desenvolvimento pela presença do parque, 21% acreditam que este mesmo entorno identifica oportunidades.

> Figura 51. Percepção dos respondentes sobre a visão que a população do entorno dos parques tem acerca das oportunidades geradas por esses espaços, nas diferentes esferas administrativas

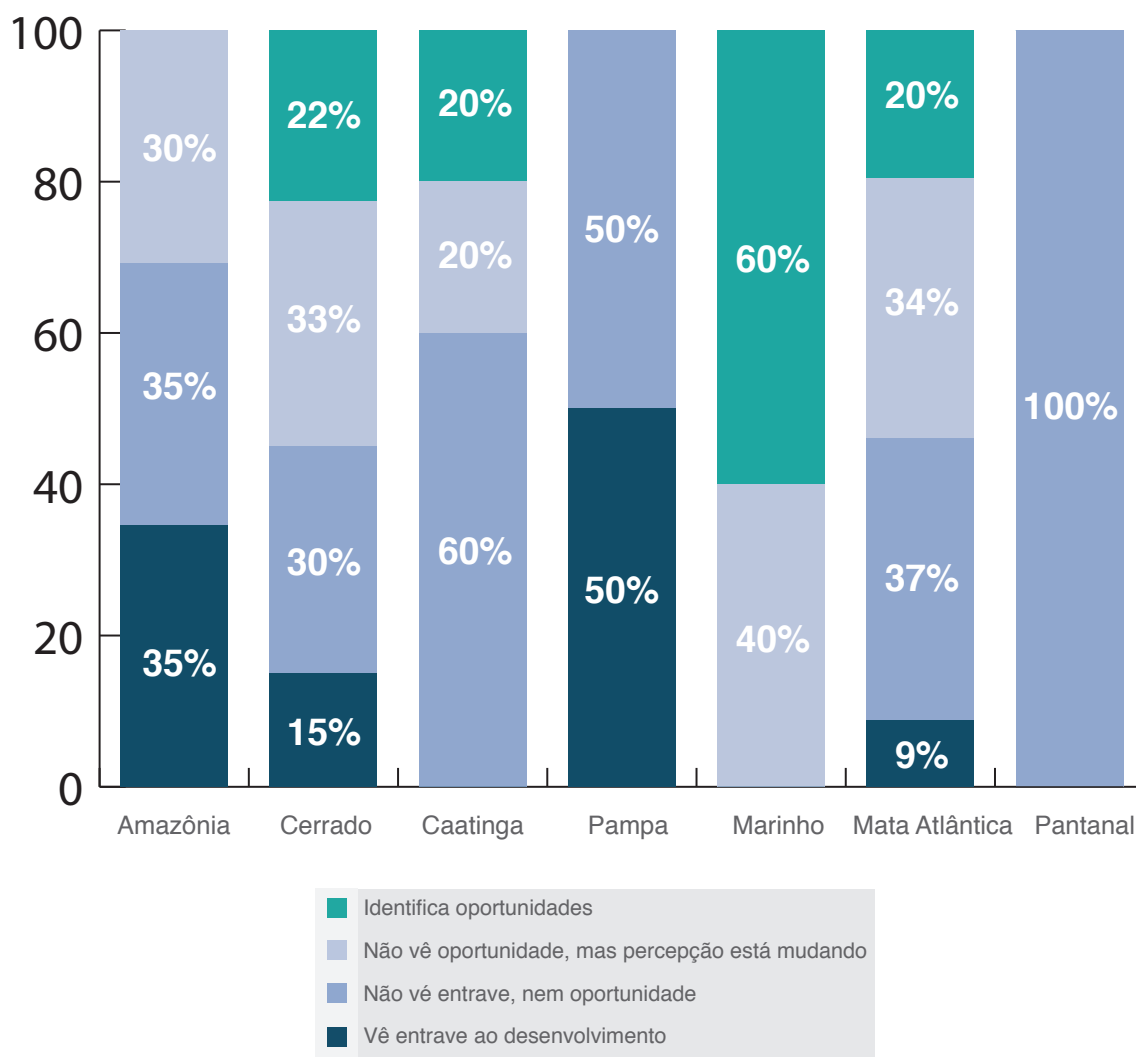


Fonte: Elaboração própria.



As percepções dos respondentes, quando analisadas por biomas, possuem perfis bem distintos, como mostra a figura abaixo.

> Figura 52. Percepção dos respondentes sobre a visão que a população do entorno dos parques tem acerca das oportunidades geradas por esses espaços, nos diferentes biomas



Fonte: Elaboração própria.



8. Panorama geral da situação do uso público nos parques

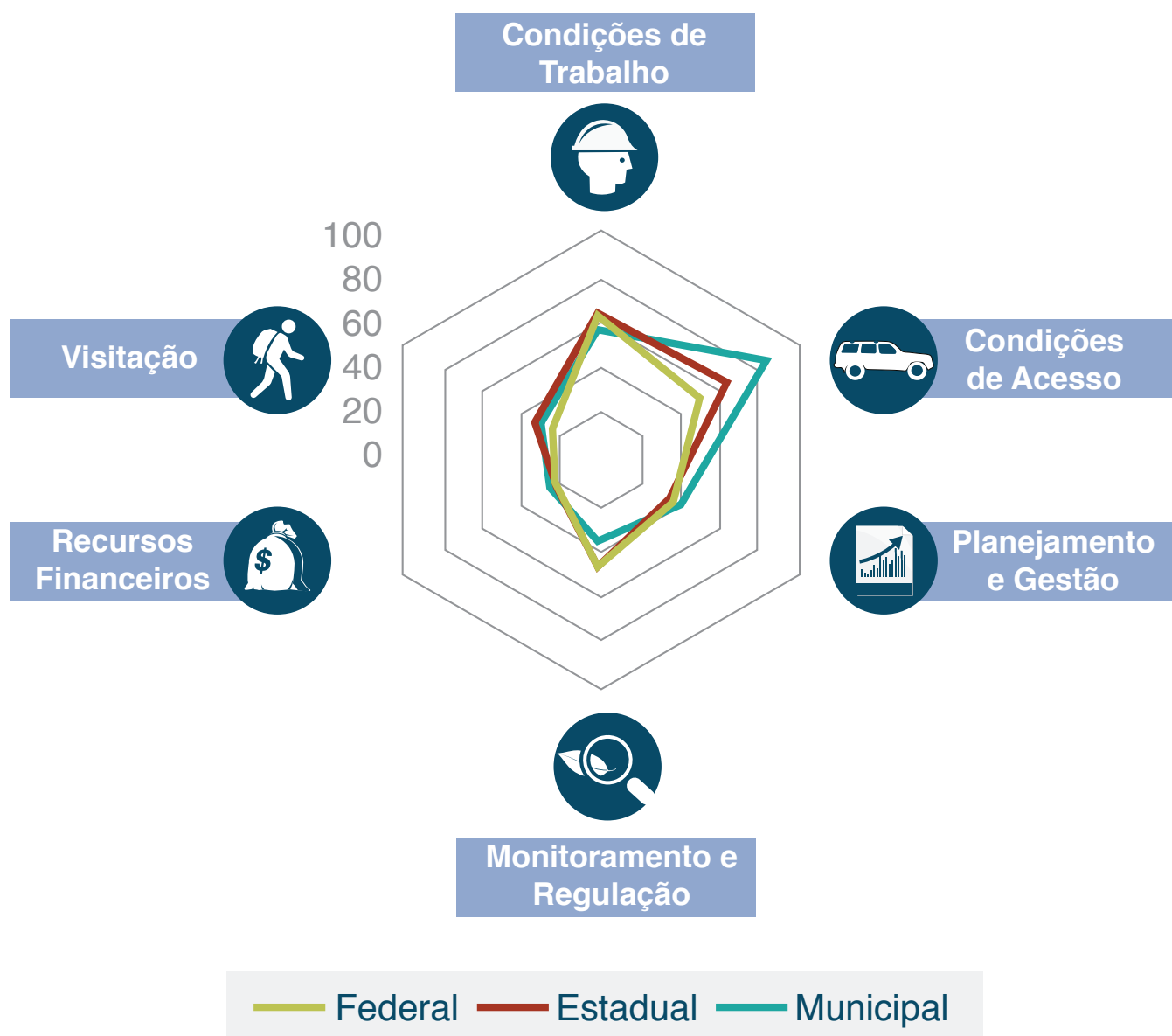


A partir da elaboração dos índices descritos neste relatório, é possível visualizar nas figuras a seguir um panorama objetivo da situação do uso público nos parques brasileiros em cada uma das dimensões analisadas nesta pesquisa: *visitação, acesso, planejamento e gestão, monitoramento e regulação, recursos associados ao uso público, parcerias e terceirizações e condições de trabalho no parque*. Essa visualização pode ser feita para cada parque e também pelas divisões propostas: esferas de gestão, órgãos gestores, biomas e regiões geográficas.

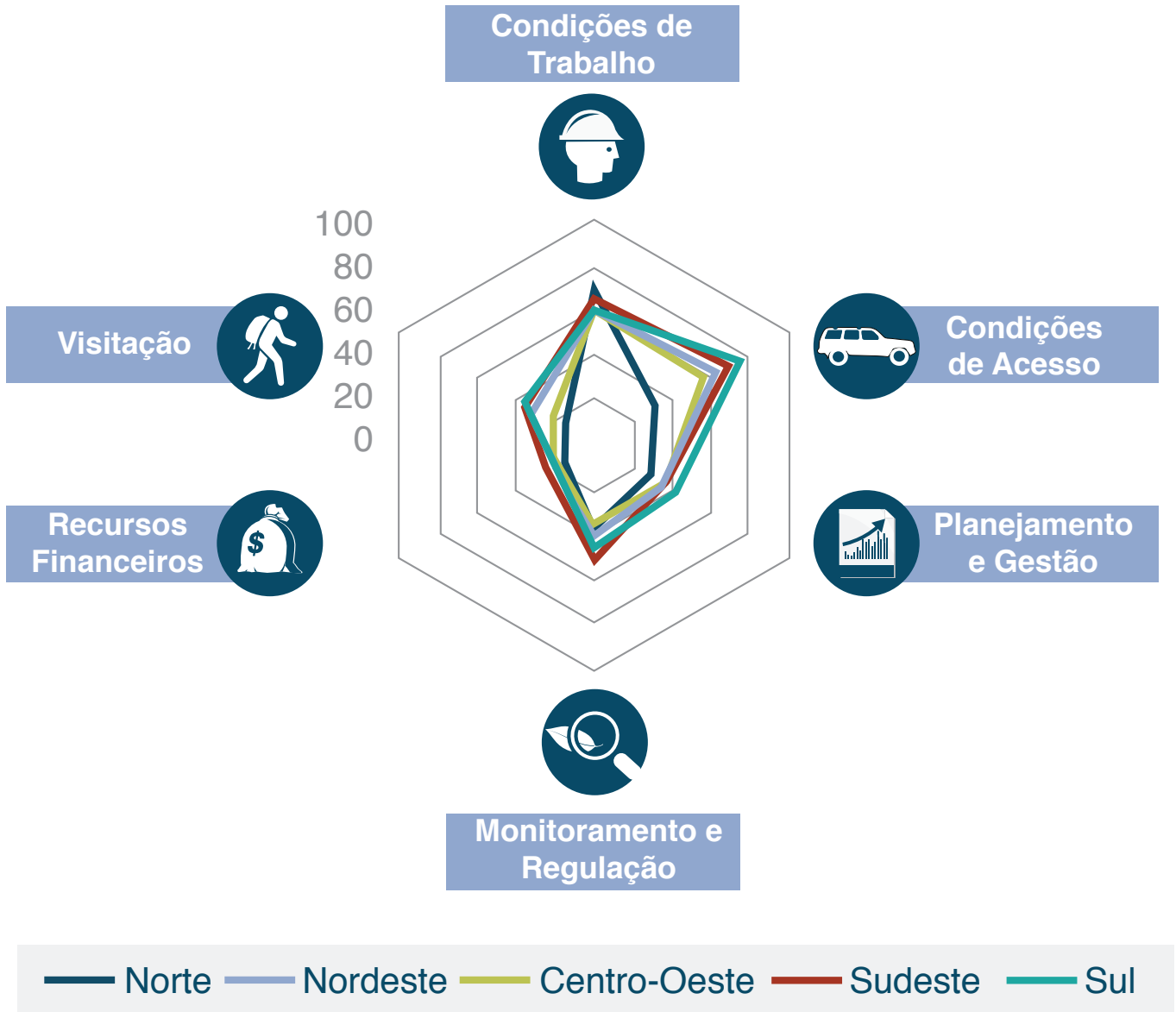
Trata-se do primeiro ano de aplicação desta metodologia e trabalharemos ao longo das próximas edições desta pesquisa para o aprimoramento destes índices a partir da experiência adquirida. Ao longo dos anos, uma análise evolutiva temporal também poderá ser traçada de forma objetiva.



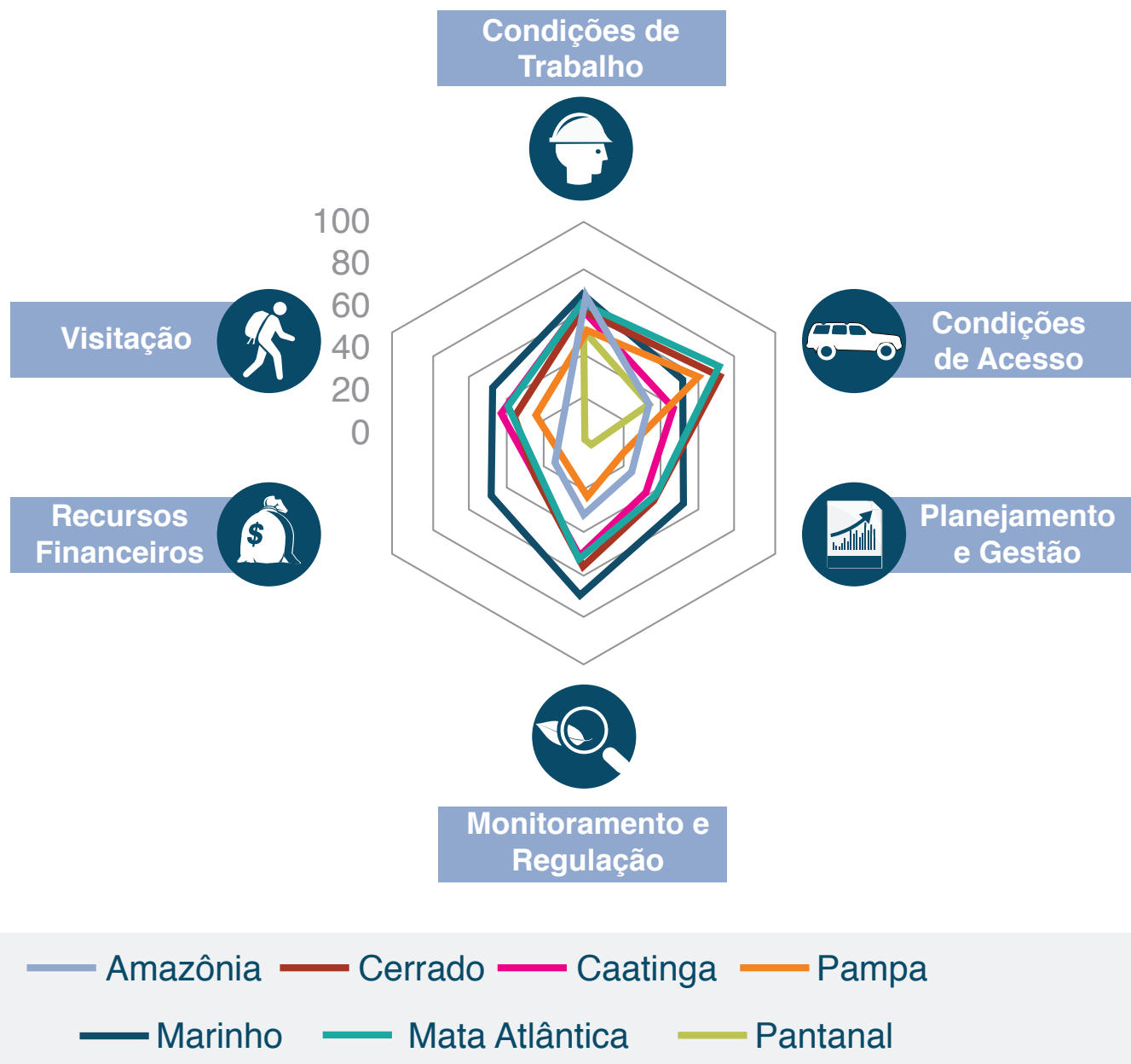
> Figura 53. Situação do uso público nos parques participantes, nas dimensões analisadas, por esfera administrativa, região e bioma



Fonte: Elaboração própria.



Fonte: Elaboração própria.



Fonte: Elaboração própria.



Referências bibliográficas



> Referências **Bibliográficas**

EAGLES, P.F.J. Governance of recreation a tourism partnership in parks and protected areas. **Journal of Sustainable Tourism**, 17 (2), p. 231-248. 2009.

LORENZETTO, A. & LINDOSO. G.S. 2015. Avaliação e Monitoramento da Gestão de Uso Público em Parques (AMUP): ferramenta de análise quali-quantitativa contribuindo para a melhoria da gestão. Curitiba: Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação.

ROCKTAESCHEL, B. M. M. M. **Terceirização em áreas protegidas: estímulo ao ecoturismo no Brasil**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2006. 134 p.

RIO DE JANEIRO (INSTITUTO ESTADUAL DO AMBIENTE). Decreto nº 42.483 de 27 de maio de 2010. Estabelece diretrizes para o Uso Público nos Parques Estaduais administrados pelo INEA. Rio de Janeiro, 2010.

RODRIGUES, C. G. O.; GODOY, L. R. C. **Atuação pública e privada na gestão de Unidades de Conservação: aspectos socioeconômicos da prestação de serviços de apoio à visitação em parques nacionais**. Editora UFPR Desenvolvimento e Meio Ambiente, v. 28, p. 75-88, jul./dez. 2013.

ROMAGOSA, F., EAGLES, P.F.J., DUTSCHAEVER, W.B. Evaluación de la Gobernanza en los espacios naturales protegidos. El caso de la Columbia Británica y Ontario (Canadá). **Anales de Geografía**, v. 32, Num1, p. 133-151. 2012.

SANTOS, M.M. & DEL ÁLAMO, J.B. 2012. **El uso público en la Red de Parques Nacionales de España – una propuesta de evaluación**. Cuadernos de la Red de Parques Nacionales 2. Organismo Autónomo Parques Nacionales, Espanha, 214 p.



Notas



> Notas

1. A definição de uso público está associada ao processo de visitação das áreas protegidas, podendo se manifestar como atividades educativas, de lazer, esportivas, recreativas, científicas e de interpretação.

2. Vale notar que os campeões nacionais em visitação, como os Parques Nacionais da Tijuca, do Iguaçu, de Jericoacoara e de Brasília, que recebem juntos mais de 5 milhões de visitantes por ano, não participaram da pesquisa. Por isso, temos por volta de apenas 700.000 visitantes registrados entre os parques nacionais, número bastante inferior às estatísticas oficiais.

3. Ver Apêndice para conteúdo do questionário da pesquisa.

4. O Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) é um sistema integrado de banco de dados com informações padronizadas das Unidades de Conservação geridas pelos três níveis de governo e por particulares. Com o objetivo de fornecer informações oficiais do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, é mantido e organizado pelo Ministério do Meio Ambiente.

5. O Banco de Dados do Semeia é composto por todos os parques cadastrados no CNUC em janeiro de 2015. Adicionalmente, estão incluídos neste Banco de Dados aqueles que responderam a essa pesquisa e não estavam cadastrados no CNUC na ocasião da mesma. Encorajamos esses parques a participarem do cadastro oficial (CNUC). São eles: Parque Estadual de Amaporã (PR), Parque Estadual do Guartelá (PR), Parque Estadual de Itapuã (RS), Parque Estadual Mata dos Godoy (PR), Parque Estadual do Ibitipoca (MG), Parque Estadual do Monge (PR), Parque Estadual de Ibicatu (PR), Parque Estadual de Ibiporã (PR).

6. Inclui-se no total de parques existentes os 105 parques municipais cadastrados no CNUC e inclui-se nos parques respondentes os 8 parques de administração municipal que participaram da pesquisa.

7. Estacionamento, centro de visitantes, portaria em funcionamento, banheiro para visitantes ou bebedouro para visitantes.

8. Lanchonete ou restaurante.



9. Abrigo, refúgio, alojamento, pousada, áreas para *camping*, hotel.

10. As atividades apresentadas são: arvorismo, banho de rio, *bunge jump*, caminhadas com mais de um dia, caminhadas de até um dia, canoagem, cicloturismo, escalada, espeleologia, esportes náuticos, flutuação aquática, mergulho, montanhismo, observação de fauna, parapente, passeios em veículos, *rafting*, rapel, *snorkeling*, tirolesa, trilhas interpretativas, turismo de base comunitária, turismo náutico, voo livre, outros.

11. Monitoria refere-se à monitoria ambiental.



Apêndice



> Questionário da pesquisa



Parques do Brasil Diagnóstico do Uso Público em Parques Brasileiros: Perspectivas dos Gestores



Clique aqui para
iniciar a pesquisa

Estamos interessados em conhecer melhor a realidade das Unidades de Conservação Brasileiras, a partir da percepção dos profissionais que atuam diretamente na gestão desses espaços. Acreditamos que os gestores e outros profissionais dedicados à administração do dia a dia das UC estão entre os maiores conhecedores do contexto social, econômico, ambiental e político relacionado a essas áreas.

Por isso, assim como fizemos nos últimos dois anos, convidamos você a contribuir com essa iniciativa. Lembramos que você pode optar por manter suas percepções individuais como confidenciais.

Ao responder esse questionário, você receberá uma devolutiva individual sobre o parque em que atua, comparando suas respostas com o total agregado dos demais parques. Se o parque estiver cadastrado no CNUC*, poderemos enviar também uma caracterização socioeconômica da região em que ele está inserido. Para os órgãos gestores onde conseguirmos um número significativo de respostas, consolidaremos também uma devolutiva comparativa a outros órgãos. Por último, uma análise agregada dos resultados da Pesquisa será compartilhada com todos.

Nosso objetivo é contribuir com gestores locais e formuladores de políticas públicas, na criação de uma ferramenta que auxilie na melhoria contínua da gestão desses espaços, incluindo análises comparativas e temporais. Esperamos que, no futuro, essa pesquisa seja uma aliada no dia a dia do trabalho em prol da conservação e do uso público sustentável.

Pedimos que nos ajudem a divulgar essa iniciativa para seus colegas. Quanto mais respondentes conseguirmos atingir, maior consistência de dados teremos para subsidiar o panorama que pretendemos traçar, bem como as devolutivas a cada um de vocês. Assim, estaremos todos em melhores condições para contribuir ativamente com o fomento à (re)formulação de políticas públicas capazes de fortalecer o SNUC.

Solicitamos, por favor, que todas as respostas se refiram exclusivamente ao ano de 2014, exceto quando indicado.

Agradecemos a sua contribuição!

Equipe Semeia

Iniciar a pesquisa >>>



**Além de responder a essas perguntas é fundamental que o Parque em que você trabalha esteja devidamente cadastrado no CNUC. Não podemos nos comprometer com devolutivas para Parques não cadastrados no CNUC.*

Concurso Cultural

E, ao finalizar o questionário, participe do Concurso Cultural que dará uma **GoPro Hero4** ou uma **Mochila Curtlo** para os dois respondentes que criarem slogans criativos com os termos **conservação** e **uso público**. **Veja o regulamento** ao terminar a pesquisa e não deixe de participar.



Parques do Brasil

Ao responder esse questionário, você concorda com o uso das informações disponibilizadas por você para a elaboração de análises de dados agregados, ou seja, que não destacam as suas respostas individuais, nem o Parque em que você trabalha e guardam o seu anonimato.

Por favor, marque abaixo a sua preferência quanto à divulgação das suas respostas individuais. Salientamos que o seu nome não será divulgado em nenhuma hipótese. *Essa resposta é obrigatória **

- Gostaria de manter a confidencialidade das minhas respostas individuais.
- Autorizo a divulgação das minhas respostas individuais.

1. Qual é o nome do Parque sobre o qual você responderá essa pesquisa? *

-- Please Select --

2. Gostaria de deixar um e-mail de contato do Parque?

3. Gostaria de deixar um telefone de contato do Parque?

Por favor, informe alguns dados sobre você:

4. Nome *

5. E-mail *

6. Sexo *

- Masculino
- Feminino

7. Data de Nascimento *

//



8. Formação (indique apenas o grau de formação mais avançado que você concluiu)

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Mestrado
- Doutorado
- Outra, Qual? *

9. Tempo de trabalho no Parque (em anos) *

10. Papel desempenhado no Parque *

- Gestor ou chefe do Parque
- Coordenador ou chefe de uso público
- Outro coordenador
- Administrativo
- Técnico
- Guarda-parque
- Outro, qual? *

Nome do gestor do Parque *

Por favor, informe alguns dados sobre o Parque:

11. Área Total do Parque (ha) *

12. Quantos visitantes o Parque recebeu em 2014? Este número pode ser uma estimativa. *

- Informe o número aproximado *
- Não há contagem ou estimativa do número de visitantes.



13. Quantos visitantes o Parque recebeu em 2013? Este número pode ser uma estimativa. *

- Informe o número aproximado *
- Não há contagem ou estimativa do número de visitantes.

14. Qual foi o número recorde de visitantes recebidos historicamente no Parque? Este número pode ser uma estimativa. *

- Informe o número aproximado *
- Não há contagem ou estimativa do número de visitantes.

15. Se houver esta definição, indique o número máximo de visitantes que o Parque pode receber anualmente. *

- Informe o número *
- Não há plano de manejo e/ou outros estudos que contemplem esta informação sobre o Parque.

16. Indique a quantidade de pessoas que trabalham no Parque, de acordo com o tipo de vínculo. Se o valor for zero, por favor preencha com "0". *

Efetivos

Comissionados

Temporários

Terceirizados

Voluntários

17. Indique os tipos de meio de transporte usados e disponíveis para o acesso de visitantes ao Parque: *

- Aéreo
- Marítimo
- Fluvial
- Terrestre Tradicional
- Terrestre 4x4
- Férreo
- Outros. Qual?

18. Indique a alternativa que mais reflete a realidade do seu Parque quanto a facilidade de acesso para visitantes. *

- O Parque é acessado por meio de transporte particular ou alugado, com até duas opções de contratação (até duas empresas oferecendo esse serviço).
- O Parque é acessado por meio de transporte particular ou alugado, com mais de duas opções de contratação (mais de duas empresas oferecendo esse serviço).
- Apenas uma entrada do Parque pode ser acessada de diversas formas, inclusive transporte público.
- A maioria ou todas as entradas do Parque podem ser acessadas de diversas formas, inclusive transporte público.

19. Qual o tempo médio necessário para acessar o Parque, a partir do aeroporto mais próximo, considerando o tipo de transporte mais comumente utilizado? *

- Mais de um dia.
- De cinco a oito horas.
- De duas a quatro horas.
- Até duas horas.



20. Qual o percentual da área total do Parque já foi regularizado fundiariamente? *

- Menos de 25% da área do Parque.
- Entre 25% e 50% da área do Parque.
- Mais de 50% da área do Parque.
- 100% da área do Parque.

21. Qual o percentual da área onde pode ocorrer o uso público já foi regularizado fundiariamente? (segundo o Plano de Manejo, se houver, ou segundo estimativas) *

- Menos de 25% da área onde pode ocorrer o uso público.
- Entre 25% e 50% da área onde pode ocorrer o uso público.
- Mais de 50% da área onde pode ocorrer o uso público.
- 100% da área onde pode ocorrer o uso público.

22. Qual o orçamento total recebido pelo Parque em 2014 para: *

- Não sei / Não tenho acesso às informações sobre a gestão financeira do Parque.
- Investimentos (em R\$) *
- Gastos correntes (em R\$) *

23. O Parque possui uma rubrica específica para uso público em seu orçamento? *

- Não, e não recebeu recursos para o desenvolvimento de tais atividades em 2014.
- Não, mas recebeu recursos para desenvolver tais atividades em 2014.
- Sim, o Parque possui orçamento para uso público de forma sistemática, porém não suficiente.
- Sim, o Parque possui orçamento para uso público de forma sistemática e suficiente.

24. O Parque busca recursos externos para o desenvolvimento de projetos relacionados ao uso público (ex: parcerias, compensação ambiental, doações de bens e serviços, investimentos internacionais, etc)? *

- Não, o Parque não busca recursos para tais projetos.
- Sim, mas não conseguiu nos últimos três anos.
- Sim, e conseguiu parte dos recursos solicitados nos últimos três anos.
- Sim, conseguiu sempre que buscou, nos últimos três anos.

25. O Parque gera receita por meio da cobrança de ingressos? *

- Não, e não existem iniciativas em andamento para instaurar tal cobrança.
- Não, mas existem iniciativas em andamento para instaurar tal cobrança.
- Sim, mas esta receita não é revertida diretamente para o Parque.
- Sim, e esta receita é revertida total ou parcialmente, de forma direta, para o Parque.

26. O Parque gera receita por meio da cobrança por serviços e atividades de apoio ao uso público (como estacionamento, hospedagem, etc)? *

- Não. Esses serviços não são oferecidos pelo Parque ou não existem iniciativas em andamento para instaurar tal cobrança.
- Não, mas existem iniciativas em andamento para instaurar tal cobrança.
- Sim, e esta receita não é revertida diretamente para o Parque.
- Sim, e esta receita é revertida total ou parcialmente, de forma direta, para o Parque.



27. O Parque possui terceirizações ou concessões estabelecidas (ex: terceirização de serviços, autorização precária, permissão de uso ou concessões)?*

- Não, não possui nem terceirizações nem concessões.
- Sim, mas possui apenas contratos de terceirização de serviços (limpeza, segurança, etc).
- Sim, mas possui apenas contratos de autorizações precárias, permissões de uso ou concessões.
- Sim, o parque possui contratos de terceirização de serviços (limpeza, segurança, etc) e também contratos de autorizações precárias, permissões de uso ou concessões.

Caso saiba, por favor informe alguns dados (essa resposta não é obrigatória)

	Modalidade do Contrato	Objeto do Contrato	Prazo do Contrato (em anos)	Valor do Contrato (em R\$)
Contrato 1	-- Please Select --		-- Please Select --	
Contrato 2	-- Please Select --		-- Please Select --	
Contrato 3	-- Please Select --		-- Please Select --	
Contrato 4	-- Please Select --		-- Please Select --	
Contrato 5	-- Please Select --		-- Please Select --	
Contrato 6	-- Please Select --		-- Please Select --	
Contrato 7	-- Please Select --		-- Please Select --	
Contrato 8	-- Please Select --		-- Please Select --	
Contrato 9	-- Please Select --		-- Please Select --	
Contrato 10	-- Please Select --		-- Please Select --	

28. Indique a alternativa que mais reflete a realidade no seu Parque quanto ao controle da qualidade de serviços de terceiros e concessionados.*

- Não há serviços de terceiros oferecidos no Parque.
- Não existem mecanismos de controle e avaliação da qualidade das atividades de terceiros que oferecem serviços de manutenção e de uso público no Parque.
- Existem mecanismos de controle e avaliação da qualidade das atividades de terceiros que oferecem serviços de manutenção e de uso público no Parque, que não são totalmente eficazes (exemplo: os resultados obtidos não são utilizados para a melhoria da qualidade de serviços).
- Há mecanismos de avaliação e controle da qualidade de atividades de terceiros que oferecem serviços de manutenção e de uso público no Parque e que são eficazes, proporcionando oportunidades de melhorias dos serviços prestados.

Para cada tópico abaixo, indique a alternativa que mais reflete a realidade no seu Parque.

Plano de Manejo*

- O Parque não possui um Plano de Manejo OU o Plano de Manejo está sendo elaborado/em aprovação.
- O Parque possui Plano de Manejo aprovado desatualizado e não está realizando a revisão deste Plano.
- O Parque possui um Plano de Manejo aprovado desatualizado, porém está realizando a revisão deste Plano.
- O Parque tem um Plano de Manejo aprovado e condizente com a realidade atual.



Planejamento do Uso Público *

- O Parque não possui plano específico de uso público.
- O plano de uso público está sendo elaborado e/ou não está implementado.
- O Parque possui um plano de uso público implementado, que não atende as necessidades do Parque.
- O Parque possui um plano de uso público implementado, que atende as necessidades do Parque.

Câmara Técnica / Grupo de Trabalho de Uso Público *

- O Parque não possui Conselho Consultivo ou este não está ativo.
- O Parque possui Conselho Consultivo ativo, porém não possui uma Câmara Técnica / Grupo de Trabalho relacionada ao Uso Público (ex: de turismo, de montanhismo e escalada, etc).
- O Parque possui Conselho Consultivo ativo E possui uma Câmara Técnica / Grupo de Trabalho relacionada ao Uso Público (ex: de turismo, de montanhismo e escalada, etc) que não está ativa.
- O Parque possui Conselho Consultivo ativo E possui pelo menos uma Câmara Técnica / Grupo de Trabalho ativa relacionada ao Uso Público (ex: de turismo, de montanhismo e escalada, etc).

Controle e monitoramento dos impactos de uso público *

- Não há atividades de uso público realizadas no Parque.
- O Parque não realiza monitoramento e controle dos impactos das atividades de uso público.
- O Parque realiza monitoramento (espórádico e não planejado) das atividades de uso público que permitem um certo controle dos impactos das mesmas.
- O Parque realiza monitoramento (sistemático, planejado, contínuo e com indicadores) das atividades de uso público que permitem um bom controle dos impactos das mesmas.

29. Indique a quantidade de itens disponíveis dentro do Parque. Se você deixar em branco, assumiremos que esse item não está disponível no Parque.

	Quantos?
Trilha (km de extensão total)	<input type="text"/>
Pousada	<input type="text"/>
Abriço / Refúgio / Alojamento	<input type="text"/>
Hotel	<input type="text"/>
Área para Camping	<input type="text"/>
Estacionamento	<input type="text"/>
Restaurante	<input type="text"/>
Lanchonete	<input type="text"/>
Loja de souvenirs	<input type="text"/>
Banheiro para visitantes	<input type="text"/>
Mirante	<input type="text"/>
Bebedouro para visitantes	<input type="text"/>
Portaria em funcionamento	<input type="text"/>
Centro de visitantes	<input type="text"/>
Pontos (guichê) de locação de meio de transportes	<input type="text"/>
Pontos (guichê) de locação de equipamentos	<input type="text"/>
Guias ou condutores autorizados	<input type="text"/>
Indivíduos ou empresas autorizadas a prestar serviço de foto ou filmagem	<input type="text"/>

30. Indique as atividades de uso público que ocorrem no Parque. Por favor, marque uma alternativa em todos os itens, não deixando itens em branco. *

	Ocorre atualmente	Não ocorre, mas o Parque possui vocação	Não ocorre, e o Parque NÃO possui vocação
Arvorismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Banho de rio	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Bunge Jump	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Caminhadas com mais de um dia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Caminhadas de até um dia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Canoagem	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Cicloturismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Escalada	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Espeleologia	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Esportes náuticos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>



Flutuação aquática	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Mergulho	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Montanhismo	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Observação de Fauna	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Parapente	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Passeios em veículos (4x4, quadriciclo, bugue)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rafting	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Rapel	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Snorkelling	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Tirolesa	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Trilhas interpretativas	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Turismo de base comunitária (entorno)	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Turismo náuticos	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Voo livre	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>
Outros	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>

31. Indique a alternativa que mais reflete a realidade no seu Parque quanto à satisfação das necessidades básicas de apoio à visitação. *

- O Parque não possui estruturas de apoio a visitação.
- O conjunto de estruturas de apoio a visitação não garante a satisfação das necessidades básicas dos visitantes (com banheiros, pontos de água, áreas de descanso).
- O conjunto de estruturas de apoio a visitação garante a satisfação das necessidades básicas dos visitantes na maior parte dos setores/núcleos do Parque.
- O conjunto de estruturas de recepção garante a satisfação das necessidades básicas dos visitantes em todos os setores/núcleos do Parque.

32. Indique a alternativa que mais reflete a realidade no seu Parque quanto à manutenção das estruturas de apoio à visitação. *

- O Parque não possui estruturas de apoio a visitação.
- O estado de conservação e/ou limpeza das estruturas de apoio a visitação existentes é inadequado.
- Bom estado de conservação e/ou limpeza das estruturas de apoio a visitação existentes.
- Excelente estado de conservação e/ou limpeza de todas as estruturas de apoio a visitação existentes.

33. Indique se há conflitos sociais no Parque e/ou entorno com os seguintes atores. Caso não haja conflitos, deixe em branco.

	Sim, dentro do Parque	Sim, no entorno
Indígenas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Caçaras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Condomínios	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Marinas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Pescadores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
População do entorno	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Quilombolas	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sem-terras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Mineradoras	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Outros	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

34. Indique os ambientes /atrativos que ocorrem dentro do Parque *

- Cachoeira
- Cânion
- Caverna / gruta
- Duna
- Lago / lagoa
- Mangue
- Mar
- Praia
- Rio /Poços
- Serra / Chapada / Montanha
- Sítio arqueológico
- Sítio histórico-cultural
- Outros. Quais *



35. Comparando o Parque onde você trabalha com os outros Parques que você conhece, em uma escala de 0 (pior) a 10 (melhor), que nota você daria para o seu Parque em relação a: *

Potencial de visitação

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

Beleza Cênica

0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10

36. O Parque possui logomarca própria? *

- Não, não possui logomarca própria.
- Não, mas esta está sendo desenvolvida.
- Sim, mas esta não é adequada à imagem atual do Parque.
- Sim, e esta reflete a imagem atual do Parque.

37. O Parque está dividido em núcleos/setores? *

- Sim
- Não

Qual é a sua percepção acerca das afirmações abaixo:

38. O órgão ambiental responsável pelo Parque para o qual você trabalha é um bom lugar para trabalhar e você sente-se satisfeito em fazer parte do quadro funcional deste órgão ambiental. *

- Discordo Plenamente
- Discordo Parcialmente
- Concordo Parcialmente
- Concordo Plenamente

39. O Parque para o qual você trabalha é um bom lugar para trabalhar e você sente-se satisfeito em fazer parte do quadro funcional deste Parque. *

- Discordo Plenamente
- Discordo Parcialmente
- Concordo Parcialmente
- Concordo Plenamente

40. A estrutura física de seu espaço de trabalho encontra-se em boas condições (instalações, higiene, temperatura, aparência como pintura, teto, etc) *

- Discordo Plenamente
- Discordo Parcialmente
- Concordo Parcialmente
- Concordo Plenamente

41. Você possui os recursos necessários para realização de suas atividades. *

- Discordo Plenamente
- Discordo Parcialmente
- Concordo Parcialmente
- Concordo Plenamente

42. O seu trabalho lhe dá um sentimento de realização profissional. *

- Discordo Plenamente
- Discordo Parcialmente
- Concordo Parcialmente
- Concordo Plenamente

43. Você considera que o seu potencial de realização profissional tem sido adequadamente aproveitado e se sente valorizado. *

- Discordo Plenamente
- Discordo Parcialmente
- Concordo Parcialmente
- Concordo Plenamente

44. A organização em que você trabalha oferece oportunidades formais ou informais para seu crescimento profissional *

- Discordo Plenamente
- Discordo Parcialmente
- Concordo Parcialmente
- Concordo Plenamente



45. Sua maior preocupação profissional hoje é com: *

- Realização Profissional
- Saúde Financeira
- Qualidade de vida
- Segurança no ambiente de trabalho
- Outro, qual?

46. Considerando o trabalho de 40 horas/semana no Parque, quantas horas da sua semana, em média, você se dedica às atividades relacionadas com: *

Administração

Uso Público

Fiscalização

Reuniões externas

Outras atividades

47. Na sua opinião (marque apenas uma alternativa) *

- A maioria da população do entorno identifica o Parque como um entrave ao desenvolvimento da região.
- A maioria da população do entorno não identifica o Parque como um entrave ao desenvolvimento, mas não enxerga a relação entre o Parque e as oportunidades de geração de emprego e renda a partir da ampliação do Uso Público.
- A maioria da população do entorno não enxerga a relação entre o Parque e as oportunidades de geração de emprego e renda a partir da ampliação do Uso Público, mas há iniciativas que estão mudando essa percepção.
- A maioria da população do entorno do Parque identifica as oportunidades de geração de emprego e renda a partir da ampliação do uso público na UC.

48. Como você gostaria que o Semeia entrasse em contato ou enviasse materiais para você?

- Não gostaria que o Semeia entrasse em contato comigo ou enviasse materiais diretamente
- Via Email
- Via redes sociais (Facebook, LinkedIn, etc.)
- Recebendo versões impressas via Correio
- Em encontros presenciais
- Outro. Qual?

49. Caso tenha quaisquer comentários ou sugestões ao Semeia, use esse campo para nos enviar sua mensagem!

Caso tenha interesse em dividir conosco as fotos do seu parque, por favor nos envie por e-mail: comunicacao@semeia.org.br. Com a sua autorização, elas poderão ser divulgadas nas próximas publicações do Semeia.

Enviar